



Alex Lamonica Magalhães

Às margens do “direito à cidade”: Uma análise sobre um conceito radical na obra de Henri Lefebvre e seu contraditório processo de banalização-potencialização

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Regina Célia de Mattos

Rio de Janeiro
Setembro de 2019



Alex Lamonica Magalhães

Às margens do “direito à cidade”: Uma análise sobre um conceito radical na obra de Henri Lefebvre e seu contraditório processo de banalização-potencialização

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da PUC-Rio. Submetida à avaliação da comissão examinadora abaixo.

Prof^a. Regina Célia de Mattos

Orientadora

Departamento de Geografia e Meio Ambiente – PUC-Rio

Prof. Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Departamento de Geografia –UERJ/FEBF

Prof. José Borzacchiello da Silva

Departamento de Geografia – PUC-Rio

Departamento de Geografia- UFC

Prof. Jorge Luiz Barbosa

Departamento de Geografia - UFF-Niterói

Prof. Márcio Piñon de Oliveira

Departamento de Geografia - UFF-Niterói

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Alex Lamonica Magalhães

Graduou-se em Geografia (bacharelado e licenciatura) na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2001, desenvolvendo sua monografia de conclusão sobre algumas manifestações culturais no bairro da Saúde (RJ) e suas relações com o processo de Cristalização. Concluiu o mestrado acadêmico em Geografia na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2004 na linha de pesquisa em Ordenamentos territorial urbano. Atualmente se dedica ao estudo do contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de "direito à cidade".

Ficha Catalográfica

Magalhães, Alex Lamonica

Às margens do “direito à cidade” : uma análise sobre um conceito radical na obra de Henri Lefebvre e seu contraditório processo de banalização-potencialização / Alex Lamonica Magalhães ; orientadora: Regina Célia de Mattos. – 2019.

167 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2019.

Inclui bibliografia

1. Geografia e Meio Ambiente – Teses. 2. Direito à cidade. 3. Racionalidade neoliberal. 4. Processo de banalização-potencialização. 5. Emancipação. 6. Metageografia. I. Mattos, Regina Célia de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Geografia e Meio Ambiente. III. Título.

CDD: 910

À todos e todas que, mesmo diante das incertezas dos tempos-espacos
necessários à reprodução da vida, “descobrem” forças individuais e
coletivas para continuarem suas trajetórias em busca de utopias concretas.

Agradecimentos

Muitas pessoas foram fundamentais no processo de confecção deste trabalho. Sejam parentes, amigos, colegas de trabalho ou alunos, estas pessoas sempre estiveram comigo neste processo, mesmo que sendo através de suas “ausências-presenças”. Por isso, neste singelo momento de agradecimento, não conseguiria expressar, através destas poucas palavras, toda a minha gratidão pela oportunidade de poder compartilhar com vocês mais essa experiência de vida, tão fundamental para meu crescimento pessoal e profissional. Neste sentido, gostaria de agradecer:

À uma certa “força estranha”, que sempre ajudou-me a prosseguir caminhando mesmo diante dos momentos difíceis. Como diz a letra de Caetano Veloso “*o tempo não para/no entanto ele nunca envelhece/aquele que conhece o jogo, o jogo das coisas que são/ É o sol, é o tempo, é a estrada, é o pé e é o chão*”.

À minha família, principalmente à minha mãe, Dalva Lamonica da Silva Magalhães, pelos tempos e espaços de convivência que nos foram “roubados” ao longo da escrita deste trabalho. Espero que ainda possamos trocar muitos afetos e experiências, e, à nossa maneira, continuar buscando nossos pontos de interseção em meio à trajetórias tão distintas que sempre acabam se encontrando de maneira delicada e fraterna.

À minha orientadora, professora Doutora Regina Célia de Mattos, pelo seu carinho e sua dedicação para comigo ao longo de toda a minha trajetória acadêmica (da graduação ao doutorado), tendo contribuído de diversas formas para que eu pudesse chegar até este momento. Não tenho palavras para agradecê-la por todo incentivo para que eu ingressasse no curso de doutorado. Lembro-me que você sempre me perguntava de maneira enfática: “*tem certeza que quer fazer doutorado?*” E ainda completava... “*eu estou avisando, hein?!* ”. Após esses quatro anos de curso, mesmo com todas as questões complicadas que atravessaram minha vida, eu a responderia com toda a certeza que “SIM”. O processo foi doloroso, mas valeu a pena. Certamente, você foi e continuará sendo fundamental em minha formação enquanto ser social. À você, o meu mais sincero “muito obrigado!”.

Ao professor Doutor João Rua, que, além de grande mestre para mim, sempre me incentivou nos momentos difíceis desse percurso. Muito obrigado pelas suas aulas e conversas informais, que, além de muito importantes para mim, sempre foram momentos de descontração, pois estavam permeadas pelo seu humor contagiante.

Ao professor Doutor Álvaro Ferreira, pelas suas inúmeras contribuições ao longo deste trabalho e, principalmente pela iniciativa de fazer uma “abordagem espacial” sobre algumas obras de autores como Ítalo Calvino, de Jorge Luís Borges, entre outros. Muito obrigado por compartilhar comigo a sua paixão em explorar os múltiplos ângulos do “Aleph” que compõem o urbano e a cidade em Henri Lefebvre. Com certeza, várias ideias deste trabalho carregam forte influência de sua forma de pensar o mundo em que vi-vemos. Desde suas críticas à nossa “*sociedade do espetáculo*”, passando pelos seus conselhos acerca dos

desafios inerentes à “*arte de viver para as novas gerações*” até sua convicção acerca do real-possível-impossível que envolve a construção de “*espaços de esperança*”. Por tudo isso, meus sinceros agradecimentos!

Ao professor Doutor Márcio Pinõn de Oliveira, que no período de 2002-2004 foi meu professor e orientador no curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense e até a presente data continua sendo para mim uma referência de pessoa e de profissional comprometido com a produção do conhecimento. Saiba que suas contribuições teórico-metodológicas foram e continuarão sendo fundamentais em minha vida pessoal e profissional. Muito obrigado por estimular em mim o olhar crítico em relação à cidade e ao urbano.

Ao professor Doutor Jorge Luiz Barbosa, que com suas aulas inesquecíveis, ainda à época do mestrado na Universidade Federal Fluminense, ampliou em mim a sensibilidade de pensar, a partir da Geografia, as relações entre o espaço e as múltiplas manifestações da arte. Saiba que pude repensar caminhos de luta contra a produção alienadora das cidades através de suas brilhantes análises da “paisagem” em *Mona Lisa* ou mesmo do seu profundo entusiasmo ao discorrer sobre as múltiplas representações do espaço em “*O Gabinete do Dr. Caligari*”. Muito obrigado mesmo!

Ao professor Doutor José Borzacchiello da Silva, gostaria de primeiramente agradecê-lo por ter aceitado ao convite para participar como membro desta comissão examinadora. Em segundo lugar, gostaria de dizer-lhe que, por questões de trabalho, para minha tristeza, não pude me matricular em disciplinas ministradas pelo senhor e que foram oferecidas pelo Programa de Pós-graduação da PUC-Rio. Este meu sentimento tem forte relação com o fato de ter assistido sua apresentação no III SIMEGER e ser profundamente tocado com suas análises para pensar as novas configurações espaciais na economia globalizada. Ainda neste evento, pude presenciar a emoção no momento de encerramento de sua fala sobre o tema “Metrópole e arte” e confesso que fiquei profundamente tocado com a sua sensibilidade. Desde já, gostaria de agradecê-lo pelas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

À minha amiga-irmã Roberta Esteves da Rocha, que direta ou indiretamente sempre estava presente em todos os momentos deste trabalho. Obrigado pela sua amizade calma e sincera de mais de vinte anos e por me proporcionar a alegria de poder ser padrinho do nosso amado Rafael.

Aos meus amigos-irmãos Roberto Maxwell (Bob), Uesliz e Paulo Motta (Paulinho), que, mesmo no corre-corre da vida diária, tiravam um tempinho para conversarmos sobre outras dimensões também importantes da vida e assim muito ajudaram para que eu “recuperasse o fôlego” para seguir com este trabalho. À vocês, todo meu carinho, amizade, consideração e solidariedade por compartilharem comigo “as dores e as delícias de sermos quem somos” mesmo diante da heteronormatividade que (ainda) impera em nossa sociedade.

À minha amiga-irmã (caçula) Juliana Torres, nunca terei palavras suficientes para agradecê-la por todo o seu carinho e cuidado para comigo ao longo desses quatro anos do curso de doutorado. Muito obrigado pela sua disponibilidade em diferentes momentos deste trabalho, principalmente pelos conselhos e pela escuta sincera e acolhedora quando, por diversas vezes, encontrava-me na “lanterna dos afogados”. Saiba que tu és luz intensa e constante que ilumina o caminho daqueles que passam por você.

À minha amiga-irmã Dayse Viana Noval, pelo carinho e dedicação ao longo desses mais de vinte anos de amizade. Só tenho a agradecer-lá pelos momentos alegres e felizes que vivemos e, principalmente, pela nossa luta de anos dentro do PVNC (Pré-Vestibular Para Negros e Carentes), que nos possibilitou um crescimento coletivo através da difícil e incerta caminhada em busca de um outro mundo possível.

À amiga Muza Clara, pelos mais variados momentos de escuta ao longo deste trabalho. Que ainda possamos rir deste momento “em comum” que estamos passando em nossas vidas. Não vamos nos deixar paralisar e sim continuar seguindo em frente com esperança em dias melhores e acreditando que fases ruins sempre acabam passando e deixando em nós um aprendizado. Não poderia deixar de registrar aqui uma simbólica frase que repetimos ao final de nossas longas conversas e que para mim já se tornou uma espécie de mantra-da-positividade: “*tudo vai dar certo!*”.

À Amanda Pilão e ao Leonardo Lessa Telles, pelo maravilhoso trabalho que vem desenvolvendo comigo ao longo dos últimos anos. Saibam que vocês foram fundamentais para que eu pudesse continuar a caminhar em direção a esse momento de realização pessoal e profissional. Muito obrigado por todos os momentos de troca envolvendo falas e escutas sinceras. Vocês são profissionais sensacionais!

À toda a comunidade escolar do CIEP Brizolão Municipalizado 407- Neusa Goulart Brizola. Gostaria de agradecer imensamente a todos: aos professores(as), aos alunos(as), aos pais, aos inspetores(as), aos secretários, as cozinheiras, ao pessoal de apoio, as equipes de orientação pedagógica/educacional e à direção desta unidade escolar. Saibam que a amizade e o carinho de vocês foram muito importantes para que eu pudesse chegar até aqui. Amo vocês!

À todos amigos do Grupo de Estudos e Pesquisa em Produção do Espaço, Trabalho e Gênero (LABORES), vinculado ao Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio. Meu muito obrigado pela parceria e convivência durante esses quatro anos do curso de doutorado. Também agradeço pelos momentos coletivos de trocas e pelas suas críticas a este trabalho, que, com certeza, expressa também um pouco de cada um de vocês.

À todos os professores(as) do Departamento de Geografia da PUC-Rio, por compartilharem seus valiosos conhecimentos e experiências. À vocês, meus sinceros agradecimentos!

À Márcia Coutinho, secretária do Departamento de Geografia da PUC-Rio, muito obrigado pelo seu cuidado, atenção e disponibilidade em esclarecer minhas dúvidas em relação aos diversos procedimentos burocráticos desde o momento inscrição no processo seletivo até a conclusão do curso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à PUC-Rio pelas bolsas de estudos e pelos diversos auxílios concedidos, sem os quais, este trabalho não poderia ter sido realizado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Magalhaes, Alex Lamonica; Mattos, Regina Célia de. **Às margens do “direito à cidade”: uma análise sobre um conceito radical na obra de Henri Lefebvre e o seu contraditório processo de banalização-potencialização**. Rio de Janeiro, 2019. 167p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A produção alienadora das cidades tem avançado mediante ações político-estatais cada vez mais alinhadas com a racionalidade neoliberal. Tal fato, dentre outras características, contribuiu para ampliar a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada. Neste sentido, o “direito à cidade” tem sido um termo cada vez mais utilizado por diferentes sujeitos como possibilidade de reafirmar projetos de emancipação também contraditórios (emancipação política e emancipação humana) que sustentam modelos de democracia distintos. Portanto, partindo-se de uma análise (meta)geográfica, na qual consideramos o “direito à cidade” como um “conceito radical” em obra homônima escrita por Henri Lefebvre, estaríamos diante de um processo contraditório de banalização-potencialização deste conceito ainda fundamental para (re)pensar a alienação urbana. Nesse sentido, em relação às experiências concretas, ainda estaríamos à margem de formas de organização social e política que materializem toda a radicalidade contida e expressa neste conceito apresentado originalmente por Henri Lefebvre. Enquanto “sujeitos históricos” estaríamos (ainda) “às margens do direito à cidade” ao considerarmos os limites e as fronteiras dos diferentes projetos de democracia contidos nos contraditórios projetos de *emancipação política* e *emancipação humana* e suas relações com práxis comprometidas com a produção do espaço a partir da dialética entre o possível-impossível. Acreditamos que, a crítica radical proposta pela metageografia, nos proporcionaria pensar a produção do espaço através de um caminho teórico-metodológico comprometido com a reafirmação da radicalidade contida no conceito de direito à cidade desenvolvido por Henri Lefebvre.

Palavras-chave

Direito à cidade; racionalidade neoliberal; alienação urbana; emancipação política; emancipação humana.

Abstract

Magalhaes, Alex Lamonica; Mattos, Regina Célia de. (Advisor). **At the margins of the “Right to the City”: An analysis on a radical concept in Henri Lefebvre's work and his contradictory banalization-potentialization process.** Rio de Janeiro, 2019. 167p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The alienating production of cities has advanced through state-political actions increasingly aligned with neoliberal rationality. This fact, among other characteristics, contributed to extend the contradiction between the process of social production of space and its private appropriation. In this sense, the “right to the city” has been a term increasingly used by different subjects as possibility to reaffirm also contradictory emancipation projects (political emancipation and human emancipation) that support different models of democracy. Therefore, starting from a (meta)geographical analysis, in which we consider the “right to the city” as a “radical concept” in a homonymous work written by Henri Lefebvre, we would be in the face of a contradictory process of trivialization-potentialization of this still fundamental concept to (re)think the urban alienation. In this sense, in relation to concrete experiences, we would still be at the margins of social and political organization forms that materialize all the radicality contained and expressed in this concept originally presented by Henri Lefebvre. As “historical subjects” we would be (still) “at the margins of the right to the city” when considering the limits and boundaries of the different projects of democracy contained in the contradictory projects of political emancipation and human emancipation and their relations with praxis committed to the production of space from the dialectic between the possible-impossible. We believe that the radical critique proposed by metageography would allow us to think about the production of space through a theoretical and methodological path committed to the reaffirmation of the radicality contained in the concept of the right to the city developed by Henri Lefebvre.

Keywords

Right to the city; neoliberal rationality; urban alienation; urban alienation; political emancipation; human emancipation.

Resumen

Magalhaes, Alex Lamonica; Mattos, Regina Célia de. (Advisor). **A las márgenes del “derecho a la ciudad”: una análisis sobre un concepto radical en la obra del Henri Lefebvre y su proceso contradictorio de trivialización-potenciación.** Rio de Janeiro, 2019. 167p. Tese de Doutorado – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

La producción alienante de las ciudades ha avanzado mediante acciones políticas estatales cada vez más alineadas con la racionalidad neoliberal. Este hecho, entre otras características, contribuyó a alargar la contradicción entre el proceso de producción social del espacio y su apropiación privada. En este sentido, el "derecho a la ciudad" ha sido un termo cada vez más utilizado por diferentes sujetos como posibilidad para reafirmar proyectos de emancipación también contradictorios (emancipación política y emancipación humana) que apoyan modelos de democracia diferentes. Así pues, a partir de un análisis (meta) geográfico, en el que consideramos el "derecho a la ciudad" como un "concepto radical" en un trabajo homónimo escrito por Henri Lefebvre, nos enfrentaríamos a un proceso contradictorio de trivialización-potenciación de este concepto aún fundamental para (re) pensar en la alienación urbana. En este sentido, en relación con experiencias concretas, todavía estaríamos al margen de formas de organización social y política que materializan toda la radicalidad contenida y expresada en este concepto presentado originalmente por Henri Lefebvre. Como "sujetos históricos" estaríamos (todavía) "al margen del derecho a la ciudad" al considerarnos los límites y las fronteras de los diferentes proyectos de democracia contenidos en los proyectos contradictorios de emancipación política y emancipación humana y sus relaciones con la praxis comprometida con la producción del espacio de la dialéctica entre lo posible-imposible. Creemos que la crítica radical propuesta por la metageografía nos permitiría pensar en la producción del espacio a través de un camino teórico y metodológico comprometido con la reafirmación de la radicalidad contenida en el concepto del derecho a la ciudad desarrollado por Henri Lefebvre

Palabras-clave

Derecho a la ciudad; racionalidad neoliberal; alienación urbana; emancipación política; emancipación humana.

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1. A propósito do “direito à cidade” na sociedade urbana: descortinando nossa proposta de investigação.....	33
Capítulo 2. Às margens do “direito à cidade”: o avanço da racionalidade neoliberal e a (re)produção da vida no limite.....	47
Capítulo 3. Sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: um conceito radical em busca da abertura do pensamento e da ação.....	80
Capítulo 4. Considerações sobre o contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade”: sujeitos em busca de qual emancipação?	102
5. Considerações Finais	138
6. Referências bibliográficas	146
Anexos	154
Anexo 1	155
Anexo 2	158
Anexo 3	161
Anexo 4:	163
Anexo 5	166

Lista de Figuras

Figura 1: Representação de <i>optical art</i>	67
Figura 2: A Obra “Fausto”, de Goethe	96
Figura 3: Folder/cartaz de conferência sobre Direito à idade/UERJ.....	104
Figura 4: Folder/ cartaz sobre Seminário ocorrido na UFES com o tema “O direito à cidade nos 30 anos da Constituição Federal”	104
Figura 5: Folder/cartaz do curso “Juventude, tempo livre e Direito à Cidade” ministrado pela Prefeitura de São Paulo.....	105
Figura 6: Folder/ cartaz de palestra “LGBTQIA+ e o Direito à Cidade” ministrado pela prefeitura de São Paulo em parceria com várias ONGs.....	105
Figura 7: Folder/ cartaz de aula inaugural com o tema “Direito à Cidade, Mulher e Racismo”, ministrada na Universidade Católica de Salvador	106
Figura 8: Folder/cartaz sobre palestra com o tema “Direito à Cidade, Favela, Urbanização e Cidadania”, ministrada na Universidade Federal da Bahia	107
Figura 9: Esquema visual mostrando a tensão entre o movimento de banalização e o movimento de potencialização do direito à cidade.....	116
Figura 10: Representação da instalação artística “A última alienação”:	122

Lista de siglas

AEIU - Área de Especial Interesse Urbanístico

AGCRJ - Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPP - Instituto Pereira Passos

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OUCRJ - Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro

SIMEGER – Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais.

SMU – Secretaria Municipal de Urbanismo

Não entendo. Isso é tão vasto que ultrapassa qualquer entender.

Entender é sempre limitado. Mas não entender pode não ter fronteiras. Sinto que sou muito mais completa quando não entendo. Não entender, do modo como falo, é um dom. Não entender, mas não como um simples de espírito. O bom é ser inteligente e não entender. É uma benção estranha, como ter loucura sem ser doida. É um desinteresse manso, é uma doçura de burrice. Só que de vez em quando vem a inquietação: quero entender um pouco. Não demais: mas pelo menos entender que não entendo.

Clarice Lispector. A Descoberta do Mundo. (1984, p. 253-254)

“Se não enfrentarmos a ideia, por mais arriscada que seja, de nossa natureza humana e do ser de nossa espécie, chegarmos a uma compreensão dela, não poderemos saber de que estamos alienados nem o que pode ser a emancipação. Nem poderemos determinar quais de nossas *‘potencialidades adormecidas’* têm de ser despertas para que alcancemos metas emancipatórias. Uma definição operacional de natureza humana, por mais provisória que seja, é um passo necessário na busca de alternativas concretas, em oposição a fantásticas. Há uma necessidade premente de uma conversação sobre o *‘ser de nossa espécie’*.”

David Harvey. Espaços de esperança. (2006, p. 272)

Apenas um poema ou a “Cidade prevista”: (qual) utopia?

Cidade prevista

Irmãos, cantai esse
mundo que não verei, mas
virá
um dia, dentro em mil anos,
talvez mais... não tenho
pressa.
Um mundo enfim ordenado,
uma pátria sem fronteiras,
sem leis e regulamentos,
uma terra sem bandeiras,
sem igrejas nem quartéis,
sem dor, sem febre, sem
ouro,
um jeito só de viver,
mas nesse jeito a variedade,
a multiplicidade toda
que há dentro de cada um.
Uma cidade sem portas,
de casas sem armadilha,
um país de riso e glória
como nunca houve nenhum.
Este país não é meu
nem vosso ainda, poetas.
Mas ele será um dia
o país de todo homem.

(Carlos Drummond de Andrade, *A rosa do povo*, em *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, p.158-159.)

Introdução

O ano de 2019 marca os cinquenta anos da primeira edição publicada no Brasil, em língua portuguesa, de uma obra que para nós é leitura fundamental para aqueles interessados na crítica radical sobre a produção do espaço urbano. Trata-se da tradução de “*Le droit à la ville*”, obra que ao ser traduzida para nossa língua materna transformou-se em “*O direito à cidade*”¹.

Ainda no ano em tela, no dia primeiro de janeiro, toma posse o 38º presidente eleito democraticamente no Brasil. Trata-se de Jair Messias Bolsonaro, que, segundo o manchete do periódico *El País*, “*abre a era da extrema direita na presidência do Brasil*”². O então chefe do Poder Executivo Federal, já nos primeiros meses de sua gestão, veio a assinar um número recorde de decretos³. Sua prática de “governar por decretos”, dentre outros episódios que demonstram uma certa postura de não priorizar o diálogo com a oposição, vem corroborando significativamente para ressurgimento de discussões acaloradas entre diferentes representantes da sociedade civil. Uma parte considerável da população brasileira parece compartilhar de um sentimento de incerteza acerca da continuidade do Estado Democrático de Direito em nosso país.

De acordo com Casara (2017, p.61), “por Estado Democrático de Direito entende-se um estado constitucional, em que os direitos e as garantias fundamentais de cada pessoa não podem ser afastados ao bel-prazer dos agentes estatais”. No entanto, ao considerarmos as íntimas relações entre o Estado moderno e os diferentes matizes do capital, concordamos com a seguinte afirmação de Ribeiro (2018, p. 55): “no século XXI, a privatização impulsiona com imensa força a apropriação privada da riqueza gerada socialmente, subjugando espaço-tempos ligados a lógicas improdutivas”.

¹ LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de T.C.Netto. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

² Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540755111_272029.html (Texto reproduzido, na íntegra, no anexo 1 deste trabalho).

³ Disponível para acesso em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/06/04/interna_politica,760088/bolsonaro-edita-recorde-de-decretos-desde-collor.shtml. (Texto reproduzido, na íntegra, no anexo 2 deste trabalho).

Diante da acumulação por espoliação que se acentua tanto no Brasil como em outros países, defendemos a urgência em resgatar o “direito à cidade” como uma práxis orientada por aquilo que Lefebvre denomina de “utopia experimental” (Lefebvre [1968] 2008a. p.110).

Há uma tensão que aparece regularmente através das diferentes e complexas manifestações sociais que ocupam as ruas das principais cidades do mundo constantemente. Nesse sentido, a luta pelo “direito à cidade” tem se diversificado mediante uma realidade social desigual e contraditória em que presencia-se um aumento exponencial da apropriação privada da riqueza gerada socialmente pelo trabalho.

Em relação ao cenário político brasileiro atual, avança um processo de aprovação de reformas que reafirmam as intimas relações entre Estado e capital.

Considerando-se a “agenda de reformas” como uma das prioridades do Estado brasileiro, destacaríamos as disputas sociais e políticas que estão sendo travadas em torno da possível aprovação da Reforma da Previdência Social. Em sintonia com essa agenda, descortina-se também um conjunto de medidas e decretos, também promovidos pelo executivo federal, que estão substancialmente comprometidos com o avanço da racionalidade neoliberal. Sendo assim, presenciamos um momento de “reposicionamento” do Estado brasileiro em relação à sua responsabilidade para com a promoção dos chamados “direitos fundamentais”.

Identificamos um discurso reproduzido por certos atores hegemônicos de que estamos em período de “crise”. O uso estratégico dessa palavrinha mágica, utilizada de forma reificada e não crítica⁴, parece camuflar as intencionalidades daqueles que, de fato, a produzem. De acordo com a interpretação neoliberal, as chamadas “medidas de austeridade”, adotadas por diferentes países, acabariam

⁴ Segundo Nasser e Fumagalli (1996, p. 26) “Partindo de Marx e Lenin, que introduziram no pensamento teórico a discussão e o significado da palavra “crise”, Lefebvre propõe a análise do *período transicional* que vivemos. Ou seja, trata-se de buscar compreender o momento crítico: o da ação, o da transição – não entre o fim de uma sociedade e o começo de outra, como o concebia Marx – que, ao revelar o descompasso entre a re-produção das relações capitalistas de produção e a re-produção das relações sociais, indica que sem a real possibilidade de manifestação e desenvolvimento dos fundamentos das relações sociais será impossível a superação do mundo em crise”.

sendo justificadas como um “mal necessário” diante da “crise” que atravessamos. Descortina-se assim o desmonte de programas sociais, que foram uma conquista coletiva fruto de lutas travadas em diferentes frentes (saúde, educação, cultura, meio ambiente etc.). Neste sentido, Casara (2017, p. 65) reitera que “não se pode esquecer que os direitos fundamentais, entendidos como os direitos de todos, não são dados da natureza (como defendem alguns metafísicos), mas uma construção de lutas políticas”.

Atentar para o fato da construção histórica do que hoje entende-se por direitos fundamentais pode nos conduzir a uma compreensão crítica das (re)ações do atual Governo Federal no sentido de tentar desmobilizar as mais variadas formas de práticas socioespaciais da resistência, principalmente aquelas identificadas com os diversos governos sul-americanos identificados como “progressistas”⁵. Dentre estas iniciativas, poderíamos destacar a recente extinção de centenas de conselhos federais criados em mandatos de presidentes anteriores⁶.

Outras tentativas de desmobilização social têm sido levadas a cabo com maior intensidade desde o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, reeleita ao final de 2014, principalmente após chegar ao poder um governo mais alinhado com a chamada racionalidade neoliberal, que de acordo com Dardot e Laval (2016) criam novas práticas de subjetivação dos sujeitos. Segundo Ribeiro (2018, p. 53):

A consequência dessa recente realidade é o estabelecimento sistemático de um processo de perda de direitos, de modos de vida (espaços-tempo do uso), de relações de vizinhança etc., diante de uma notável geração de riquezas. Esse movimento tendencial de tomada da sociedade pela lógica privatista sinaliza que as estratégias de acumulação de capital – cuja base é a contínua expropriação do trabalho e da riqueza – tendem a dominar também o espaço, o que revela o papel

⁵ De acordo com Zibechi e Machado (2017, p. 13) “Logo depois de uma década de convulsões prossegue outra de estabilizações. Mediante eleições chegaram ao governo forças progressistas na Venezuela (1999), Brasil (2003), Argentina (2003), Bolívia e Uruguais (2005), Equador (2007) e Paraguai (2008), sendo discutível se a Coalização chilena pode ser incluída como parte destas forças. (...) Entre os diversos governos progressistas, houve pelo menos quatro questões em comum e algumas diferenças. Essas lógicas comuns são: o fortalecimento/reposicionamento do Estado, a aplicação de políticas sociais compensatórias como eixo das novas governabilidades, o modelo extrativo de produção e exportação de commodities como base da economia e a realização de grandes obras de infraestrutura”.

⁶ Ver <https://www.conjur.com.br/2019-abr-14/presidente-jair-bolsonaro-extingue-centenas-conselhos-federais>. (O texto está disponível, na íntegra, no anexo 2 deste trabalho).

estratégico de sua produção, seja para garantir o ciclo rentável do capital, seja para afrontar, política e socialmente, as barreiras contidas nesse processo.

Diante do avanço da racionalidade neoliberal como uma racionalidade “governamental”, coloca-se em questão os limites representativos da nossa recente “*democracia burguesa*”, assim como também (re)surgem discussões importantes sobre a importância de pensar a “*verdadeira democracia*”. De acordo com Pogrebinski (2009, p. 217), “Marx faz da ‘verdadeira democracia’ o paradigma de todas as formas de governo e um ‘estágio’ da sociedade no qual não há alienação entre o homem e a estrutura política”.

O movimento de crítica à democracia burguesa parece estar novamente na ordem do dia e tem ressurgido com considerável força em diferentes contextos, o que nos leva a acreditar na potencialidade contida no momento atual em relação à possibilidade da *práxis* defendida por Marx e retomada por Lefebvre⁷. De acordo com Martins (1996, p. 14), “Lefebvre não retorna, simplesmente, ao conceitos de Marx, mas à relação entre um modo de pensar e uma prática, isto é, a um projeto na *práxis* que define o trajeto de uma vida”.

Acreditamos que estamos diante de um momento histórico em que identificamos movimentos que, ainda de maneira tímida, parecem mirar em direção à noção de *práxis* defendida por Marx e Lefebvre. Percebemos, assim, uma tendência à crítica da democracia burguesa em diferentes e contraditórias frentes, ou seja, essa crítica parece estar presente em distintos matizes que englobam desde o interesse do mercado editorial em publicações que se tornaram fenômenos de vendas⁸ quanto em alguns simpósios acadêmicos internacionais⁹.

⁷ De acordo com Pádua (2018, p. 36), “A noção de *práxis* é proposta, a partir do pensamento de Marx, como um pensamento cujo ponto de partida e finalidade é a prática, é o homem social investigado, pensado e projetado em seus problemas e possibilidades reais. Lefebvre defende a ideia de que a *práxis* já está no pensamento de Hegel, no entanto é potencializada pela crítica de Marx (superação) a esse sistema filosófico. Em vista disso, a noção de *práxis* é construída na obra de Marx a partir da crítica à própria Filosofia, que, para ele, até aquele momento (meados do século XIX), colocava-se como um pensamento especulativo, que se postava acima da realidade como um sistema abstrato sem implicações na transformação da sociedade de classes, e era, por isso, um sistema apropriado para a manutenção dessa mesma sociedade de classes”.

⁸ Dentre estas publicações, poderíamos citar i) “*Como a democracia chega ao fim*”, de David Runciman ii) “*Como as democracias morrem*”, de Steven Levitsky e iii) “*O povo contra a democracia*”, de Yascha Mounch. Editados no Brasil nos anos 2018 e 2019, respectivamente, e traduzidos para língua portuguesa.

Também poderíamos destacar a ação de movimentos sociais ou mesmo de milhares de pessoas comuns que têm ocupado as ruas das principais cidades do Brasil em recentes manifestações.

Percebe-se que no atual momento de nossa materialidade histórica têm ressurgido críticas sobre os limites da “função social da propriedade” diante da crise da democracia burguesa. Tal fato pode nos levar a (re)pensar o papel do Estado moderno, não como uma instância, e sim como a forma do político e do poder (Sposito, 1996, p. 40) e assim traçar possíveis estratégias de luta coletiva em direção à verdadeira democracia. Lefebvre ([1973] 2008b p.142) já nos advertia que:

Na prática, como na representação, a produção do espaço tem entraves oriundos das relações de produção e, sobretudo, da *propriedade privada do solo*. A propriedade do Estado pouco resolve! É a sociedade inteira, prática e teoria, saber e ideologia, que é retirada, puxada para trás.

Tendo-se em vista a importância de discussões em torno da verdadeira democracia para repensar certos entraves à produção do espaço, acreditamos ser importante revisitar o projeto utópico do “direito à cidade” apresentado por Lefebvre, ou seja, criticando sua “banalização” e reafirmando sua “potência”.

Cada vez mais encontramos publicações que ratificam a nossa tese de que o termo “direito à cidade” foi banalizado ao ser incorporado institucionalmente. O movimento de banalização incorporaria a dimensão da institucionalização, que por sua vez implicaria em análises que reiteram o esvaziamento conceitual do termo em tela, visto que estaríamos diante da neutralização do potencial radical contido na ideia original desenvolvida por Henri Lefebvre.

Podemos dizer que os fenômenos que estamos identificando como sendo movimentos de “banalização” e de “potencialização” do direito à cidade já estariam presentes, embora de maneira ainda pontual, em outros trabalhos. No

⁹ Destaca-se a pertinência de eventos como o IV Simpósio Internacional Metropolização do Espaço, Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais (SIMEGER), sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre 21 a 26/10/2018. De acordo com o site do evento, “Nesta quarta edição do simpósio trazemos como eixo principal do debate a necessária associação entre a produção do espaço, a emancipação social, o comum e a verdadeira democracia, que acreditamos serem fundamentais para a construção de um mundo com mais justiça social” (ver <https://iv-simeger.webnode.com/simposio/>).

entanto, esses movimentos não eram o objeto dessas análises, visto que os autores desses trabalhos orientavam sua investigação no sentido de estudar outros conjuntos temáticos e conceituais. Porém, no decorrer de suas análises, estes acabavam “tocando” na questão do direito à cidade, como podemos identificar em Volochko (2018, p. 74):

Urge considerar que há um desgaste dos termos “direito à cidade” e “função social da propriedade”, no sentido de que tais termos, banalizados, têm neutralizada a sua potência transformadora, ao serem incorporados institucionalmente enquanto discurso e enquanto uma espécie de contrapartida do planejamento estratégico. Nesse sentido, o esvaziamento conceitual e prático do direito à cidade pode estar obstruindo em nome de um pragmatismo, a utopia e a radicalidade do próprio direito à cidade.

Sendo assim, esperamos que esta tese possa trazer uma contribuição para pensar os movimentos de banalização e potencialização do direito à cidade como sendo movimentos que devem ser analisados em tensão. Compreendemos que ambos os movimentos têm como horizonte a “luta por direitos”, embora com diferentes intenções e possibilidades de transformação social. Ratificamos, portanto, a importância desses movimentos em meio ao avanço da governabilidade neoliberal a qual, segundo Casara (2017, p. 50), “não tem preocupação com o comum, incentiva o cada um por si’ e a busca pelo prazer individual”.

O direito à cidade, ao longo desses cinquenta anos, passou a ser identificado como sendo uma espécie de “bandeira” que acabaria sendo utilizada por diferentes vozes que lutam por igualdade de direitos ao buscarem reconhecimento por parte do Estado, ou seja, tendo como base ideais de “emancipação política”. No entanto, também percebemos um outro movimento orquestrado por aqueles que pensam o conceito de “direito à cidade” como potência para a emancipação humana/autoemancipação.

Considerando-se esse duplo movimento, neste trabalho, buscaremos analisar o que estamos denominando de *contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade”*. Esse processo não é linear e tampouco evolucionista, pois apresenta e representa rupturas e continuidades, visto que é engendrado por movimentos que internamente também não são homogêneos.

É importante também advertir que não concebemos os movimentos que compõem esse processo como práticas socioespaciais que apresentam dinâmicas plenamente separadas. Eles se manifestam de maneira contraditória, ou seja, em tensão constante. No entanto, acreditamos que esses movimentos tenham possibilidades de alcance distintos para ultrapassar as brechas que sempre existem em todo projeto hegemônico. Segundo Ribeiro (2018, p. 54):

No revelar das contradições espaciais, consideramos possível nos deparar com as brechas que contestam o hegemônico, isto é, com o não dominado, que se encontra no subterrâneo. Talvez possamos, no processo, descobrir as práticas nas quais seja possível “apostar” em direção à superação da condição de crise social em que vivemos.

Embora Lefebvre tenha feito uma análise exaustiva do Estado nos quatro tomos de sua obra *De l'État*, reconstruindo o estatismo como fenômeno mundial total¹⁰, não podemos desconsiderar a posição de país periférico ocupada pelo Brasil frente à economia-mundo. Neste sentido, em se tratando da complexa realidade brasileira, o papel do Estado, no sentido de promoção de políticas públicas de diminuição da desigualdade social, ainda se faz extremamente fundamental, principalmente em se tratando daqueles menos abastados.

No entanto, sabemos que a verdadeira emancipação humana não acontecerá sob a batuta do Estado. Muito pelo contrário, a autoemancipação é um projeto relacionado ao complexo tema desaparecimento/desvanecimento do Estado. De acordo com Sposito (1996, 46):

É preciso considerar que Lefebvre pressupõe o polêmico tema do desaparecimento do Estado como uma das teses fundamentais do pensamento de Marx, abandonado pelo marxismo oficial e, talvez, pelo conjunto do pensamento que pretende fazer a sua crítica. Suas análises buscam os caminhos possíveis da emancipação humana que será também uma emancipação da tutela do momento político, do poder e da subordinação e, portanto do Estado. Trata-se, para Lefebvre, de resgatar o civil, entendido como social, estilhaçado pelo econômico e pelo político.

¹⁰ Para Sposito (1998, p. 40) “Nesse trabalho, escrito em meados da década de 1970, o pensador francês examina, à luz dos acontecimentos de maio de 68 que desvelaram a luta social contra o Estado, os processos que produziram sua mundialidade, exprimindo-se nas formas tanto do mundo socialista como do capitalista”.

O debate atual acerca dos diferentes projetos de emancipação¹¹ no Brasil pode também ser pensado considerando-se “processos como o rentismo, o patrimonialismo e a especulação imobiliária que compõem a capitalização do espaço, que se coloca como momento do processo de valorização geral do espaço ...” (Volocho, 2018, p. 73). Segundo Lefebvre ([1973], 2008b. p. 160):

Hoje as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas.

Diante de um mundo, no qual, segundo o geógrafo David Harvey (2018), estaríamos sob o domínio da *loucura da razão econômica*, na qual o dinheiro torna-se a representação do valor¹², presenciamos o avanço das incertezas para a reprodução da vida em meio aos labirintos do capital.

Neste sentido, pensar sobre a (re)produção de conceitos e suas diferentes formas de apropriação torna-se cada vez mais um exercício intelectual fundamental ao pensamento científico e crítico que busca ir na contramão da banalização dos conceitos.

Acreditamos que esse cuidado de analisar os conceitos de maneira crítica esteja presente naqueles sujeitos comprometidos com a reafirmação da acepção radical da ideia de “direito à cidade” que fora apresentada por Henri Lefebvre em livro homônimo e que foi desdobrada na obra “*Espaço e Política*”, também de sua autoria. Embora tenha uma produção teórica extensa (ver anexo 5), optamos por dar um mergulho teórico “apenas” nessas duas obras em tela, as quais serão utilizadas como referências diretas. No entanto, também incorporamos à nossa

¹¹ De acordo com Pogrebinschi (2009, p. 355) “ao passo que a emancipação política se apresenta como a emancipação do homem por meio do Estado, a emancipação humana consiste na emancipação humana consiste na emancipação do homem pelo homem, sem mediações. Por isso a emancipação humana deve ser necessariamente entendida como autoemancipação”.

¹² De acordo com Harvey (2018, p. 60) “Marx é muito cuidadoso com a linguagem. Ele se refere ao dinheiro quase exclusivamente como a “forma de expressão” do valor. E evita escrupulosamente a ideia de que o dinheiro seria o valor encarnado, ou um símbolo arbitrário imposto por convenção às relações de troca (uma concepção muito disseminada na economia política da época). O valor não pode existir sem o dinheiro como sua forma de expressão. Por outro lado, por mais autônomo que pareça, o dinheiro não pode cortar o cordão umbilical que o une ao que ele representa. Devemos pensar o dinheiro e o valor como autônomos e independentes em relação um ao outro, mas dialeticamente interligados.”

análise as interpretações teóricas que outros autores fizeram sobre as ideias apresentadas e/ou desenvolvidas por este filósofo francês, que segundo alguns seria mais (re)conhecido no Brasil do que no seu próprio país de origem. Essa última afirmação é derivada de conversas e aulas que tivemos com pesquisadores brasileiros que nasceram ou moraram algum período na França e relataram sua perplexidade diante de uma certa “marginalização” ou mesmo o desconhecimento das obras de Lefebvre neste país europeu.

Portanto, estamos de acordo com a afirmação de Harvey (2018, p. 205) quando ele nos chama a atenção de que “a verdadeira ciência começa quando trazemos esses conceitos, abstrações e formulações teóricas de volta à vida cotidiana e mostramos como eles podem iluminar os porquês das lutas cotidianas”.

Em meio à exigência cada vez maior do produtivismo acadêmico¹³, a Geografia, enquanto ciência, ainda resiste criticamente e vem buscando formas de ampliar suas articulações com outras ciências, com a Filosofia e as com as Artes.

Consideramos que este movimento de repensar os limites e fronteiras das diferentes ciências parcelares em busca da interpretação da “realidade” pode abrir um diálogo com algumas propostas teórico-metodológicas que foram apresentadas e desenvolvidas por Henri Lefebvre em sua obra “O direito à cidade”. Portanto, destacaríamos a importância da *metageografia* como um horizonte de interpretação científica que nos possibilitaria, através de um resgate da importância do tempo lento na pesquisa, ampliar o olhar para além das aparências dos fenômenos sempre mirando o desenvolvimento de uma análise crítica das determinações históricas sobre as quais (re)produzimos o espaço. De acordo com Carlos (2015, p. 11):

A metageografia se gesta ao longo de um tempo lento. (...) Ela repousa sobre um momento de interrogação e sobre a capacidade da geografia de interpretar a realidade em sua potencialidade e limites disciplinares. É permeada por muitas inquietações frente a uma realidade urbana em profundas transformações e de uma geografia em renovação.

¹³Ver <http://www.posgeo.uff.br/contr-o-productivismo-um-protesto-solitario-ana-fani>

Portanto, partindo-se de uma tentativa de aproximação com a metageografia e considerando-se a produção alienadora das cidades como uma problemática urbana contemporânea, acreditamos que ainda estaríamos “às margens do direito à cidade”.

Mas por que consideramos que (ainda) estaríamos às margens desse “direito”, que segundo Lefebvre ([1968] 2008a p.134) se manifesta como “forma superior dos direitos”?

Entendemos que, principalmente diante do modo de produção capitalista, e considerando-se o avanço da racionalidade neoliberal, ainda estamos distantes de formas de organização social e política que se aproximem do verdadeiro sentido do direito à cidade proposto por Lefebvre. Embora possamos dizer que enquanto proposta teórica o “direito à cidade” já exista há cinquenta anos, enquanto prática social “materializada” ele ainda encontra-se aparentemente ausente em nossa sociedade, mesmo que consideremos algumas experiências engendradas por movimentos sociais e populares, pois segundo Volochko (2018, p. 74):

A utopia do direito à cidade, nos termos de Lefebvre, é uma utopia contra a despossessão representada e naturalizada pela propriedade privada da terra. Então a função social da propriedade colocaria, de um lado, um estreitamento do horizonte utópico do direito à cidade, ao naturalizar a forma-propriedade – e tudo que ela envolve: fetiche, alienação, dominação etc. – como forma social, econômica e política. Isto é, a função social da propriedade entende a cidade como produção coletiva, mas, mesmo que seja uma propriedade melhorada – que avança em relação ao caráter absoluto da propriedade privada individual –, ela ainda não atinge a essência do direito à cidade.

A tese de que estamos “às margens do direito à cidade” não deve nos desanimar na direção do movimento triádico constituído pelo real-possível-impossível. Em sendo verdade que em nossa materialidade histórica “vivemos o mal-estar e a miséria insustentável de uma vida de privações em seus diversos aspectos” (RIBEIRO, 2018, p. 63), o “direito à cidade” defendido por Henri Lefebvre pode nos reacender a esperança, visto que “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, [1968] 2008, p. 116).

No entanto, como falamos anteriormente, acreditamos que estamos diante de um momento do contraditório processo de banalização-potencialização do

conceito de direito à cidade. Esse processo fica cada vez mais evidente diante da emergência daquilo que Milton Santos qualificou como sendo um novo período histórico: o período demográfico ou popular (SANTOS, 2001, p.143). Desenvolvem-se, assim, diferentes práticas, engendradas por múltiplos sujeitos que compreendem o “direito à cidade” a partir de perspectivas contraditórias em relação à luta por direitos e sua íntima relação com os projetos de emancipação em suas variáveis política e humana. Tais projetos, por sua vez, estariam intimamente ligados a diferentes níveis de expansão da consciência para além de anseios individualistas em direção ao florescimento de práticas solidárias. De acordo com Santos (2001, p. 138):

A atual experiência de escassez pode não conduzir imediatamente à desejável expansão da consciência. E quando esta se impõe, não o faz igualmente, segundo as pessoas. Visto esquematicamente, tal processo pode ter, como primeiro degrau, a preocupação em defender situações individuais ameaçadas e que se deseja reconstituir, retomando o consumo e o conforto material como o principal motor de uma luta, que, desse modo pode se limitar a novas manifestações de individualismo. É num segundo momento que tais reivindicações, fruto de reflexão mais profunda, podem alcançar um nível qualitativo superior, a partir de um entendimento mais amplo do processo social e de uma visão sistêmica de situações aparentemente isoladas. O passo seguinte pode levar à decisão de participar de uma luta pela sua transformação, quando o consumidor assume o papel de cidadão.

O avanço da razão neoliberal encontra profundas relações com o aumento das manifestações da sociedade civil em diferentes cidades do mundo. Sendo assim, diante de um cenário no qual têm se acirrado as contradições do capitalismo, o termo “direito à cidade” tem alcançado considerável visibilidade ao ter sido apropriado no discurso e nas práticas de diferentes sujeitos que já estão tomando a “decisão de participar de uma luta pela transformação”, conforme as palavras de Santos.

Considerando-se as mais variadas práticas de “apropriação” do termo “direito à cidade”, duas questões norteadoras principais nos convidam à reflexão: **i)** os diferentes sujeitos que lutam pelo “direito à cidade” o compreendem a partir de qual concepção de emancipação e democracia? e **ii)** estariam estes sujeitos lutando “apenas” por ter reconhecimento de certos direitos mediados pelo Estado ou também teriam a “consciência” da importância de lutar pela autoemancipação, mesmo estando “imersos” no oceano de incertezas do capital? Esta segunda

questão é praticamente um desdobramento da primeira, visto que elas encontram-se inter-relacionadas.

Partindo-se da ideia seminal apresentada por Henri Lefebvre, interpretamos que o “direito à cidade” engloba um conjunto de proposições que nos leva a identificá-lo como um “conceito radical”. Essa interpretação é resultado de nosso caminho teórico-metodológico que é um esforço de aproximação com o método dialético e a postura filosófica materialista através de dois autores: Karl Marx e Henri Lefebvre, pois, de acordo com Volochko (2018, p. 68):

O método dialético e a postura filosófica materialista entendem o método com caminho do pensamento, uma atitude filosófica, nas palavras de Odette Seabra, ou uma visão social de mundo, nos dizeres de Michael Löwe. Se por um lado, possuir duas visões sociais de mundo seria algo incoerente – o que revelaria, no mínimo, uma incoerência em tentar trabalhar “ecleticamente” com dois ou mais métodos – por outro, o método não deve significar um sistema intelectual fechado.

Considerando-se a escolha do nosso “caminho do pensamento”, consideramos que interpretar a ideia de “direito à cidade” apresentada por Lefebvre como sendo um “conceito radical” poderia nos conduzir a um debate, para nós bastante pertinente, acerca da urgente necessidade de superação da fragmentação entre teoria e prática¹⁴.

O debate que ora nos referimos é aquele que busca uma análise crítica acerca das relações entre “conceito” e “problemática vivida”. Ao considerarmos a noção de práxis, “cujo debate na Filosofia ganha força no século XIX, inicialmente com Hegel e posteriormente com Marx” (PÁDUA, 2018, p. 35), não deveríamos pensar que “conceito” e a “problemática de vida” representam dimensões isoladas entre si. Muito pelo contrário, estas deveriam ser compreendidas como sendo práticas socioespaciais que, pensadas em suas

¹⁴ De acordo com Carlos (2018, p. 18) “No âmbito da Geografia, a exigência da produção de um conhecimento que contemple a totalidade social propõe a superação da contradição entre a Geografia como campo disciplinar (produto da divisão do conhecimento) e sua necessidade de compreender a realidade em sua totalidade. Esse fato requer a relação indissociável entre a realidade e o ato que a compreende, em um contexto em que o processo de conhecimento despedaçou-se, fragmentando-se pela especialização demandada pelo estreitamento do tempo de pesquisa e pela ideologia do produtivismo. A superação dessa contradição passa pelo método dialético, visto que ele se apresenta como um caminho do pensamento capaz de compreender o mundo iluminando o elo teoria-prática em suas contradições, deslocando assim, a questão do plano da epistemologia para o da prática, com redefinição/superação dos conteúdos dos conceitos”.

contradições e complementariedades, poderiam nos fornecer elementos para identificar, analisar e compreender as microrresistências, microliberdades e microdiferenças que são gestadas no cotidiano (VOLOCHKO, 2018, p. 70), ou seja, que “o conhecimento permitido pelo conceito não se opõe a vida – como lembra Deleuze, pensar significa descobrir, inventar novas possibilidades de vida” (HAESBAERT, 2014, p.26).

Acreditamos que a necessidade de pensar criticamente a indissociável relação entre “conceito/teoria” e “problemática de vida/prática” se faz presente, indiretamente, nas páginas iniciais de “*O direito à cidade*” (LEFEBVRE, [1968] 2008). Em sua “advertência” ao leitor, Lefebvre faz uma crítica ácida aos sistemas que aprisionam o pensamento e fecham os horizontes da reflexão.

A presente advertência começa com uma epígrafe contendo um excerto de uma obra de Friedrich Nietzsche (suspeitamos que possa ser “*Vontade de potência*”, visto que Lefebvre não mencionou a referência). Ainda no primeiro parágrafo, esse filósofo francês afirma que “este livro terá uma forma ofensiva (que alguns considerarão, talvez chocante). Por quê?” (LEFEBVRE, [1968] 2008a p.09). Logo em seguida, ainda na mesma página, Lefebvre nos responde de uma maneira direta, objetiva e crítica:

Porque muito provavelmente cada leitor já terá em mente um conjunto de ideias sistematizadas ou em vias de sistematização. Muito provavelmente, cada leitor procura um “sistema” ou encontra o seu “sistema”. O sistema está na moda, tanto no pensamento quanto nas terminologias e na linguagem. Ora, todo sistema tende a *aprisionar* a reflexão, a fechar horizontes. Este livro deseja romper com os sistemas, não para substituí-los por um outro sistema, mas para abrir o pensamento e a ação na direção de possibilidades que mostrem novos horizontes e caminhos. É contra uma forma de reflexão que tende para o formalismo que um pensamento que tende para a abertura trava o seu combate.

Essa advertência de Lefebvre nos aproximaria do seu legado teórico-conceitual em defesa de um pensamento crítico que, avança em direção à análise do “fenômeno urbano” que segundo o autor, “manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação” (LEFEBVRE, [1968] 2008a, p.07).

Identificamos também que na redação de apresentação em “*O direito à cidade*”, Henri Lefebvre já defendia a importância e a urgente necessidade de uma

análise da realidade considerando uma perspectiva que considerasse a totalidade. Para tanto, seria fundamental que as chamadas ciências parcelares buscassem avançar sua compreensão dos fenômenos para além das fragmentações existentes entre diferentes áreas do conhecimento. Segundo este filósofo, seria necessário repensarmos as interseções existentes entre os domínios da filosofia, da arte e das diferentes ciências, tendo em vista a busca por uma nova “estratégia de conhecimento/saber”, inseparável (porém distinta) da estratégia política. De maneira enfática, ele nos questiona: “Segundo qual eixo e em que horizontes pensar essa estratégia do saber?” (LEFEBVRE, [1968] 2008a). Logo em sequência, nos responde: “Na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados” (*idem*).

Considerando-se as instigantes perguntas e as respostas acima, validamos que a ideia de “direito à cidade”, tomando por base o pensamento de Henri Lefebvre exposto em obra homônima, compreenderia um conjunto de proposições que busca trazer importantes contribuições para (re)pensar a problemática espacial relacionada à produção alienadora das cidades. Neste sentido, ratificamos que ao longo deste trabalho compreendemos o “direito à cidade” como um *conceito radical* que engloba um conjunto de temáticas que nos orientam para a crítica do conhecimento a partir de uma prática socioespacial não alienada, ou seja, para a práxis. Segundo Pádua (2018, p. 36):

A dificuldade, real e prática, do conhecimento na modernidade e, sobretudo, na contemporaneidade, reside no fato de que a prática se torna objeto de estratégias ultrarrefinadas de controle que separam cada vez mais as representações do real vivido. Dessa maneira, a prática concreta se revela como a vivência de abstrações, ou seja, a realidade é vivida como conjunto de alienações.

Ao partirmos da compreensão de que o “direito à cidade” apresentado por Lefebvre constituiria um conceito radical em direção à práxis, consideramos que (ainda) nos encontraríamos às margens do verdadeiro sentido do “direito à cidade”. Porém, não podemos desconsiderar o aumento da tensão entre forças contraditórias que engendram o contraditório processo de banalização-potencialização deste conceito radical que englobaria pensamentos e ações voltados às diferentes lutas em prol da vida humana. Esta última, somente se realizaria plenamente mediante outras formas de organização social que não sejam

orquestradas de acordo com os interesses do Estado moderno (em suas múltiplas escalas) que sustentam o complexo aparato legal-institucional que amparam os alicerces dos diferentes matizes do capital.

Pensando em formas de melhor exposição e compreensão acerca do nosso pensamento, no sentido de discorrer teoricamente sobre as ideias que foram apresentadas até o presente momento deste texto, julgamos necessário dividir este trabalho em capítulos. É importante destacar que estruturar um trabalho em capítulos nem sempre é a melhor escolha, principalmente quando uma das ideias que buscamos enfatizar seja justamente a não fragmentação do pensamento. Acreditamos que elaborar a redação de uma tese sem optar por uma proposta de “divisão” poderia nos levar a outros problemas de interpretação do trabalho. No entanto, cremos que os capítulos que compõem esta tese estão inter-relacionados e demonstram nossa tentativa de exercitar um pensamento que “tende para a abertura”, conforme nos advertiu Lefebvre. Neste sentido, além desta introdução, este trabalho está dividido em quatro capítulos a saber:

O **primeiro capítulo**, intitulado “A propósito do direito à cidade na sociedade urbana: descortinando nossa proposta de investigação”, temos como um dos objetivos a delimitação teórica, ou seja, destacar que em nossa análise apenas buscaremos dialogar diretamente com duas obras de Henri Lefebvre, a saber: “*O direito à cidade*” ([1968] 2008a) e “*Espaço e Política*” ([1973] 2008b). No entanto, é importante mencionar que dialogamos indiretamente com Lefebvre através de trabalhos publicados por outros autores que fizeram releituras e interpretações de diferentes obras lefebvrianas. Sublinharíamos como um outro objetivo do capítulo em tela, a preocupação em apresentar e descrever os elementos que nortearam a pesquisa: a problemática, o objeto teórico, a hipótese (que se confirmou em tese) e os objetivos.

Nosso **segundo capítulo** tem como título “Às margens do direito à cidade: o avanço da racionalidade neoliberal e a (re)produção da vida no limite”. Neste capítulo, nosso objetivo geral será discutir como a racionalidade neoliberal tem contribuído para acentuar as contradições do capital e como isso tem promovido uma precarização da reprodução da vida para considerável parcela da população que vive nas cidades.

No **terceiro capítulo**, intitulado “*Sobre o direito à cidade em Henri Lefebvre: Um conceito radical em busca da abertura simultânea do pensamento e da ação*”, nosso objetivo geral é buscar desenvolver algumas considerações acerca da radicalidade do conceito de “direito à cidade” em sua obra homônima. Sendo assim, consideraremos três formas de expressão desta radicalidade a saber i) antidiscriminatória, ii) antifracturação espaço-temporal e iii) antifracturação do conhecimento. Embora cada uma destas dimensões possua suas especificidades, buscaremos suas articulações.

O **quarto capítulo** é denominado de “*Considerações sobre o contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade: sujeitos em busca de qual emancipação?”*”. Neste capítulo, buscaremos desenvolver uma análise que busque relacionar o movimento de “banalização” do conceito de “direito à cidade” com as diferentes formas de alienação (política e econômica) e os ideais da democracia burguesa pautados na emancipação política. Também analisaremos o que estamos chamando de movimento de “potencialização” do direito à cidade, o qual está intimamente relacionado com a busca pela “verdadeira democracia” e pela emancipação humana/autoemancipação. Ainda neste capítulo, buscaremos apresentar possíveis relações entre o “direito à cidade” como uma estratégia de conhecimento que busca romper com um pensamento fragmentado.

Após discorrer pelos capítulos apresentados anteriormente, faremos nossas considerações finais como uma espécie de “não-conclusão”, visto que estamos analisando um processo que continuará em seu movimento contraditório. Com vistas a possibilitar outras leituras de caráter menos acadêmico, logo após as referências bibliográficas, apresentamos um anexo em cujo corpo teórico, em sua maioria, é composto por textos jornalísticos.

Espera-se, portanto, contribuir com uma dentre as inúmeras possibilidades de análise sobre o processo de banalização-potencialização do conceito de direito à cidade. Afirmamos mais vez que, ao identificarmos esse processo como nosso objeto de análise, não esperamos dar conta de analisá-lo plenamente em sua multiplicidade de questões, por vezes inter-relacionadas, e que são o resultado de práticas socioespaciais com diferentes intencionalidades. Escolhemos apenas

atravessar algumas “brechas” desse processo que continuará a se desenvolver e se metamorfosear diante das contradições que envolvem a (re)produção do espaço urbano.

Afinal, como muito bem já nos dizia a geógrafa inglesa Doreen Massey (2013, p. 32) “nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas”.

Capítulo 1. A propósito do “direito à cidade” na sociedade urbana: descortinando nossa proposta de investigação

Hoje, o “mundo às avessas”, objeto de investigação de Henri Lefebvre, é o mundo marcado pela destruição da natureza (aí incluída a humanidade do humano), pela crise das instituições políticas, pelo esgotamento da religião, pela separação inconciliável entre filosofia, ciência e arte, pelo isolamento das ciências parcelares, pela corrosão das particularidades, pela emergência de novas necessidades sociais (como, por exemplo, as necessidades urbanas), pelas decepções e frustrações do consumidor, pela automatização, pela aguda especialização da divisão do trabalho, pelo aprisionamento do desejo, do sonho, da vida.

Nasser e Fumagalli (1999, p. 25)

Diante de “um mundo cada vez mais às avessas”, ao defendermos a potencialidade revolucionária contida no conceito de “direito à cidade”, corremos o risco de sermos interpretados pejorativamente como “utópicos”. As críticas negativas ainda podem aumentar exponencialmente diante da revelação de nossas escolhas teórico-metodológicas baseadas no materialismo histórico dialético.

Críticas negativas à parte, preferimos acreditar na dimensão de esperança contida na utopia. Nesse sentido, nossa proposta de investigação tem como aporte teórico o pensamento dialético desenvolvido por Henri Lefebvre em duas de suas obras, a saber: “*O direito à cidade*” ([1968] 2008a) e “*Espaço e Política*” ([1973] 2008b). A escolha destas não descarta o nosso respeito e reconhecimento para com outras obras, também de sua autoria, que abordam ideias, noções, conceitos e discussões pertinentes que só teriam a acrescentar à nossa reflexão crítica acerca do direito à cidade.

A preocupação em delimitar essas duas obras em tela como sendo aquelas que irão nortear nossa proposta de investigação não pode ser interpretada como um simples procedimento metodológico. Buscamos também demonstrar com essa atitude uma “postura de autocrítica” no sentido de reconhecer os limites de investigação deste trabalho. Portanto, assumimos o risco de uma análise que possa ser interpretada como superficial, visto que, de fato, não estabelecemos um diálogo direto com várias obras lefebvrianas que também poderiam trazer imensas contribuições para esse trabalho. Sendo assim, ratificamos que será “apenas” a partir dessas duas obras que buscaremos dialogar mais diretamente com esse

grande intelectual francês que, segundo Martins (1999, p. 09) “*representou, melhor do que ninguém, o inquieto pensamento dos inconformados com todos os dogmatismos e com todas as opressões*”.

Acreditamos que fomos profundamente afetados pelo “pensamento inconformado” de Lefebvre, principalmente quando nos deparamos com discursos que desconsideram possibilidades de transformação social em direção a um mundo melhor para todos e não apenas para alguns. Essa constatação está intimamente relacionada com a seguinte **problemática** que orientou o desenvolvimento desta tese: a produção alienadora das cidades tem avançado mediante ações político-estatais cada vez mais alinhadas com a racionalidade neoliberal que tem acentuado a contradição entre o processo de produção social do espaço e a sua apropriação privada¹⁵. Neste sentido, o “direito à cidade” tem sido um termo cada vez mais utilizado por diferentes sujeitos como possibilidade de reafirmar projetos de emancipação também contraditórios (emancipação política e emancipação humana) que estão relacionados à modelos de democracia distintos.

Uma das possibilidades de reflexão sobre o direito à cidade incorpora a extensa discussão sobre a democracia e a crítica de suas formas. Ao buscarmos autores contemporâneos comprometidos com a produção de uma teoria social crítica, baseada no materialismo histórico dialético, encontrarmos aqueles que analisam diretamente o projeto revolucionário da “verdadeira democracia”. Nesse sentido, Pogrebinschi (2009, p. 316-317) nos explica que:

A verdadeira democracia prescinde de formas, pois tem no homem sua O homem não só cria a constituição: o homem é a constituição; (...). É por isso que, para a democracia ser verdadeira, ele tem que se afirmar em sua existência humana e não como existência jurídica. Por isso a democracia deve ser concebida como uma experiência humana e não como um conjunto de regras e instituições, entre as quais um sistema de direitos pelo qual o homem tem que lutar para se inserir e em seu âmbito ser reconhecido como sujeito. Um homem não pode ser concebido

¹⁵ Para Massey (2013, p.216-217) “O espaço que chamamos de ‘espaço público’ levanta, mais acentuadamente, esses debates. Existe uma preocupação, muito difundida, como ‘declínio do espaço público’ na cidade neoliberal: a privatização comercial do espaço, o advento dos novos redutos fechados [*enclosures*], tais como, iconicamente, os shopping centers, e assim por diante. Esses são claramente, processos que podemos testemunhar com alarme e por inúmeras razões. (...) Mas a tendência em romantizar o espaço público como um vazio que permite livre e igual expressão não leva consigo a necessidade de teorizar espaço e lugar como produto de relações sociais que são, mais provavelmente, conflitivas e desiguais”.

como sujeito só pela posse de direitos que podem ou não lhe ser conferidos pelo Estado.

Partindo-se da nossa inquietação diante da problemática apresentada acima, neste trabalho, *defendemos a seguinte tese*: mediante o avanço da racionalidade neoliberal, que tem acentuado a produção alienadora das cidades em nossa materialidade histórica, percebemos um duplo movimento que caracterizaria um contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade”. Nesse sentido, considerando-se a noção de *práxis* desenvolvida por Marx, ainda estaríamos à margem de formas de organização social e política que materializem toda a radicalidade contida no conceito de “direito à cidade”. Portanto, ao considerarmos a nossa condição singular de “sujeitos históricos” e em eterna des(re)construção, afirmamos que estaríamos (ainda) “às margens do direito à cidade”, visto que identificamos uma espécie de vertigem que nos assola e acaba por comprometer uma visão crítica acerca do verdadeiro sentido da política.

Ao utilizarmos a metáfora das “margens” buscamos orientar o pensamento e ação para além das diversas fragmentações identificadas por Lefebvre, destacando assim tanto os “limites” quanto as “fronteiras” que se apresentam nos diferentes projetos de democracia contidos nos contraditórios projetos de *emancipação política e emancipação humana*.

Considerando-se que *nosso objeto analítico* é o contraditório processo de banalização-potencialização do conceito lefebvriano de direito à cidade, buscaremos desenvolver neste trabalho uma análise que busque compreender a nossa atual materialidade histórica a partir do instrumental teórico-conceitual da Geografia, porém não desconsiderando o diálogo com outras áreas do conhecimento. Nesse sentido, acreditamos nos aproximar dos marcos teóricos-metodológicos da metageografia.

Diante do objeto analítico apresentado, *buscaremos alcançar os seguintes objetivos*: i) identificar que a expansão de práticas de controle coletivo e individual constituem a base do conceito de “governamentalidade” que tem alicerçado o avanço da racionalidade neoliberal, analisando que, perante a mesma, acentuou-se a produção alienadora das cidades e os contraditórios movimentos

pelo “direito à cidade”; **ii)** examinar o “direito à cidade”, a partir da fundamentação teórica de Henri Lefebvre, considerando-o como um “conceito radical”, pois exige a construção de um projeto de sociedade nova, fundada numa ciência renovada, capaz de colocar no centro do debate as necessidades da realização da humanidade do homem; e **iii)** compreender um duplo e inter-relacionado movimento ao qual estamos denominando de “contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de direito à cidade.

Compreendemos por “*movimento de banalização do direito à cidade*” o conjunto de práticas relacionadas à luta por direitos que é engendrada por sujeitos que buscam distintas formas de reconhecimento através do Estado. Ou seja, as práticas socioespaciais de resistência orquestradas por estes sujeitos partem do reconhecimento do Estado como sendo o principal “mediador” para que os mesmos possam ser “incluídos” no conjunto de direitos definidos por Lei e assim poderem exercer sua “cidadania” ao reivindicarem a condição de “sujeito de direitos”. Para compreensão deste movimento, consideramos como tarefa fundamental nos apropriarmos de considerações desenvolvidas por autores que se debruçaram sobre os conceitos de *alienação política*, *alienação econômica*, *democracia burguesa*, etc.

No que diz respeito ao que estamos caracterizando como “*movimento de potencialização do direito à cidade*”, pode-se dizer que este compreenderia todas as tentativas teóricas e práticas de lutas sociais que estejam buscando a “verdadeira democracia”, ou seja, que tem como base a possibilidade de construção de emancipação humana, ou seja, a autoemancipação. Com o intuito de pensar sobre esse movimento, buscaremos como interlocutores aqueles autores que desenvolveram análises sobre alguns conceitos, dentre estes, poderíamos destacar: *emancipação humana*, *liberdade*, *verdadeira democracia*, *o comum*, entre outros.

Os dois movimentos mencionados acima devem ser interpretados de maneira inter-relacionada e considerados em tensão permanente, neste sentido, preferimos falar que estamos diante de um *contraditório processo de banalização-potencialização do direito à cidade*.

É importante salientar que ao longo deste trabalho, utilizaremos o termo “contradição” identificando-o a partir de uma concepção que busca se aproximar do pensamento dialético de Henri Lefebvre. De acordo com Martins (1999, p. 22):

(...) na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades. Na descoberta da gênese contraditória de relações e concepções que persistem está a descoberta de contradições não resolvidas, de alternativas não consumadas, necessidades insuficientemente atendidas, virtualmente não realizadas. Na gênese dessas contradições está de fato a gestação de virtualidades e possibilidades que ainda não se cumpriram. Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado.

Em nossa proposta de investigação, ao tentar nos aproximar da concepção de contradição lefebvriana, estaríamos utilizando esse termo considerando que a contradição “*acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento*” (HARVEY, 2016, p.15). É o próprio Lefebvre ([1968] 2008a, p. 84) que nos chama atenção de que:

(...) sobre essa base abalada, a sociedade urbana e “o urbano” persistem e mesmo se intensificam. As relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer.

O Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 2012) é uma obra de referência que também contribuiu consideravelmente para que pudéssemos repensar criticamente o termo “contradição”. Na obra referida, este termo é definido a partir de uma compreensão que enfatiza o contraste com dois tipos principais de “oposições”. De acordo com Bottomore (2012, p. 117):

Na tradição marxista, as *contradições dialéticas* se têm caracterizado em contraste com (i) as oposições ou conflitos exclusivos ou “reais” (a Realpugnanz kantiana), pois seus termos ou pólos pressupõem-se mutuamente, de modo a constituir uma oposição inclusiva; e (ii) as oposições lógicas formais, pois as relações envolvidas são dependentes de significado (ou conteúdo), e não puramente formais, de modo que a negação de A não leve ao seu cancelamento abstrato, mas a criação de um conteúdo mais abrangente, novo e superior.

O exercício de pensar o objeto deste trabalho incorporando em nossa análise o desafio de pensar a contradição em seu sentido dialético nos aproxima de um movimento de “reconquista” da corrente denominada de Geografia crítica e

radical. Entendemos que contribuir com análises teóricas comprometidas com esse movimento seja fundamental para que o pensamento crítico na Geografia brasileira não continue sendo apenas residual. Segundo Carlos (2018, p. 09):

A prática acadêmica fundamentada na perspectiva de uma geografia crítica e radical advém das necessidades reais e concretas colocadas pela crise do mundo moderno, mas também, conforme já mencionado, advém de uma crise teórica que traz como exigência a crítica ao pensamento que simplifica e modeliza a compreensão da realidade.

Neste sentido, consideramos tanto as interpretações do direito à cidade que “apenas” o reduzem à luta por projetos de emancipação política, mas também aquelas interpretações que reafirmamos o seu caráter enquanto um “conceito radical” que pode instrumentalizar diferentes sujeitos comprometidos com a construção de uma “verdadeira democracia”, baseada em um projeto de emancipação humana. De acordo com Ferreira (2019, p. 40):

A realização do projeto da verdadeira democracia é um processo, que é parte integrante do processo de desvanecimento do Estado. Assim é fundamental apoiar e incentivar a criação de assembleias populares e do debate popular. Para tanto, colaboraria muitíssimo a criação de conselhos populares e temáticos permanentes. O que parece aqui como uma espécie de utopia do processo de transformação demanda a criação de espaços de diálogo que possibilitem a visibilidade das inúmeras e distinta demandas populares. Para alcançarmos a justiça social, é preciso escapar da ideia da ditadura da maioria, é preciso pensar em uma democracia que tenha em conta o respeito com às minorias.

Como muito bem nos lembrou Meszáros (2015, p.29), “o Estado se afirma e se impõe como a montanha que devemos escalar e conquistar”. Ainda de acordo com Meszáros (2015, p. 28-29):

O Estado na sua composição na base material antagônica do capital não pode fazer outra coisa senão proteger a ordem sociometabólica estabelecida, defende-la a todo custo, independentemente dos perigos para o futuro da sobrevivência da humanidade. Essa determinação representa um obstáculo do tamanho de uma montanha que não pode ser ignorado ao tentar a transformação positiva tão necessária de nossas condições de existência.

Analisar criticamente o processo de banalização-potencialização do direito à cidade envolve também reconsiderar nossa compreensão daquilo que identificamos como o “real”. Esse cuidado analítico nos colocaria frente à “realidade” considerando-a em seu movimento, ou seja, entendo-a como uma

construção social aberta e não como algo dado, imutável, pois, como coloca Badiou (2017, p. 07):

Hoje, o real, como palavra, como vocábulo, é utilizado essencialmente de maneira intimidante. Devemos nos preocupar constantemente com o real, obedecer a ele, devemos compreender que não podemos fazer nada contra o real, ou – os homens de negócios e os políticos preferem esta palavra – as realidades. As realidades são impositivas e formam uma espécie de lei, da qual é insensato querer escapar. Somos atacados por uma opinião dominante segundo a qual existiriam realidades impositivas a ponto de não se poder imaginar uma ação coletiva racional cujo ponto de partida subjetivo não seja aceitar essa imposição.

A “realidade” seria portanto o produto de uma construção histórica e geográfica coletiva, engendrada por sujeitos que são diferentes (considerando-se suas subjetividades enquanto seres sociais) e desiguais (considerando-se a luta de classes dentro do modo de produção capitalista).

Nesse sentido, ir “em busca do real perdido”, como bem nos motivou Badiou (2017) em livro homônimo, é um desafio necessário se quisermos buscar alternativas diante das contradições do capital que estão se acentuando, principalmente pelo avanço da racionalidade neoliberal.

A racionalidade neoliberal tenta poderosamente esterilizar projetos utopianos e tem avançado consideravelmente sobre a produção do conhecimento. Portanto, cada vez mais é necessário criticar os “raptos ideológicos” e a banalização de conceitos e categorias. Muitos destes surgem como “obras” de caráter revolucionário em relação ao status quo, porém acabam por perder a sua força política ao serem reduzidos a um caráter meramente reformista.

De acordo com alguns autores, estaríamos diante de uma banalização do conceito de “direito à cidade”, para outros seria a noção de “direito à cidade” que estaria sendo banalizada. Percebe-se assim que também não há um consenso acerca do status teórico em relação ao termo “direito à cidade”. É importante destacar que para Henri Lefebvre isso não era uma questão. Neste sentido, não identificamos que autor tenha a preocupação em definir o direito à cidade como um conceito ou uma noção. No entanto, identificamos que ele procura reafirmar aquilo que o direito à cidade “legitima”, “significa” e “implica” (LEFEBVRE, ([1968] 2008b, p. 32-33).

Como já mencionamos na introdução, defendemos neste trabalho que o “direito à cidade” é um conceito. No entanto, consideramos que apenas afirmar que ele é um conceito não contribuiria para uma análise crítica. Acreditamos ser necessário qualificá-lo. Neste sentido, o direito à cidade, conforme desenvolvido por Henri Lefebvre, pode ser considerado um “conceito radical”, visto que “é preciso juntar os fragmentos, dar sentido ao residual, descobrir o que ele contém como possibilidade não realizada (MARTINS, 1999, p. 23). Ainda segundo o autor:

Nos resíduos e no virtual estão as necessidades radicais, necessidades que não podem ser resolvidas sem mudar a sociedade, necessidades insuportáveis, que agem em favor das transformações sociais, que anunciam as possibilidades contidas nas utopias, no tempo que ainda não é, mas pode ser.

Primeiramente, destacaríamos que identificamos este caráter radical presente em vários momentos em que Henri Lefebvre, em seu livro “O direito à cidade”, expressa a sua vontade de compreender o fenômeno urbano para além da fragmentação do conhecimento. Esse autor, ainda na apresentação do livro, nos afirma que o “fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação” (LEFEBVRE, [1968] 2008a, p. 07).

Para Lefebvre ([1968] 2008, p.07) “[o fenômeno urbano] obriga a reconsiderar a filosofia, a arte e a ciência”. Neste sentido, cada um desses campos do conhecimento estaria sendo implicado diretamente pelo fenômeno urbano em diferentes aspectos. De acordo com as palavras deste filósofo francês: **i) “a filosofia** reencontra o médium (meio e mediação) de seus primórdios – a Cidade – numa escala colossal e completamente isolada da natureza”, **ii) “a arte**, também reconhecendo suas condições iniciais, dirige-se para um novo destino, o de servir à sociedade urbana e à vida cotidiana nessa sociedade”, e **iii) “Quanto às ciências**, não podem evitar o confronto com esse novo objeto sem que renunciem à sua especificidade, (...) Elas travam contato, de maneira cada vez mais premente, com uma exigência de totalidade e de síntese”.

Logo após chamar a atenção em relação à exigência de totalidade e de síntese a que estão cada vez mais submetidas às ciências, Lefebvre ([1968] 2008a) nos afirma que estamos diante da necessidade de conceber uma “estratégia de

conhecimento” que não pode estar desvinculada de uma “estratégia política”, ainda que estas duas estratégias possuam suas especificidades.

Lefebvre, de maneira enfática, nos indaga: “segundo qual eixo e em que horizontes pensar essa estratégia de saber?”. Logo em seguida, ele mesmo nos responde: “na direção da entrada para a prática de um direito: o direito à cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados”.

Em segundo lugar, defendemos que o direito à cidade é um conceito radical, pois englobaria proposições teórico-metodológicas que nos ajudam a pensar na indissociabilidade (contraditória) entre as três modalidades de conceitos – analíticas, da prática e normativas. De acordo com Haesbaert (2014, p. 31):

Ainda que reconheçamos três modalidades de categorias ou conceitos – analíticas, da prática e normativas, estamos cientes também da sua indissociabilidade. Enquanto uma categoria analítica, é sobretudo, um instrumento no processo de investigação do pesquisador – ou um conceito no seu sentido mais difundido, a categoria da prática é um “conceito” – ou noção do senso comum, utilizado nas práticas cotidianas do discurso ordinário, e a categoria normativa tem como objetivo primeiro indicar um caminho, tem um caráter mais propositivo que analítico, como nos conceitos de região e território utilizados pelo Estado enquanto agente planejador.

Em terceiro lugar, acreditamos que Lefebvre amplia o horizonte radical do conceito de direito à cidade na introdução do livro “*Espaço e Política*” (LEFEBVRE, [1973] 2008b). Nesta obra, a compreensão do direito à cidade ilumina a possibilidade de romper com diferentes formas de fragmentação ao reconsiderar aspectos importantes que, segundo ele, descortinariam certas práticas sociais que seriam “legitimadas”, “significadas” e “implicadas”.

De acordo com Henri Lefebvre ([1973], 2008a, p.32), temos que pensar a inclusão dos diferentes grupos, classes e indivíduos ao urbano. Para ele, “o direito à cidade legitima a recusa de se deixar afastar da realidade urbana por uma organização discriminatória, segregadora”.

Lefebvre também nos adverte acerca da importância de pensar a totalidade. Segundo ele “o direito à cidade significa, portanto, a constituição ou

reconstituição de uma unidade espaço-temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação” (idem).

Ainda de acordo com Lefebvre, ao pensarmos o que legitima e significa o direito à cidade, estaríamos diante da produção de um conhecimento. Segundo Lefebvre ([1973], 2008a, p. 33), “o direito à cidade implica e aplica um conhecimento que não se define como “ciência do espaço” (ecologia, geopolítica, equística, planejamento etc.), mas como conhecimento de uma produção, a do espaço”.

Considerar o “direito à cidade” como um conceito radical pode abrir caminhos para compreender que os conceitos não podem ser “naturalizados”. Eles são produzidos dentro de determinados contextos históricos e geográficos. De acordo com Patton (*apud* HAESBERT, 2014, p. 29) “os conceitos têm uma história, que pode incluir sua história como componente de outros conceitos e suas relações com problemas particulares. Os conceitos sempre são criados em relação à problemas específicos”.

São, portanto, obra humana que devem contribuir para desvelar o real e não para camuflá-lo. Ainda de acordo com Haesbaert (2014, p. 29):

Além de uma revelação do já dado, do já produzido, o conceito também indica um caminho, uma conexão (ou uma série de conexões), um devir. No sentido deleuzeano, o conceito é também um “transformador”, na medida em que pode interferir na realidade a que pretende dar conta, operando não só como produto, mas também como produtor.

Consideramos neste trabalho as múltiplas conexões da ideia seminal de direito à cidade apresentada por Henri Lefebvre, com a possibilidade de crítica ao processo de produção alienadora das cidades¹⁶. Acreditamos que a principal conexão a ser feita aponta na direção de um projeto de emancipação humana que não se estabelecerá sem nos atentarmos para a complexidade contemporânea das relações entre a questão das classes sociais e o debate em torno do cotidiano. No entanto, é preciso admitir que não pretendemos nos aprofundar teoricamente no

¹⁶ Para Ferreira (2017, p. 95), “A maneira como são produzidas as cidades traz consigo elementos ocultos, ou que por vezes, naturalizamos. Assim afastamo-nos da Natureza e daquilo que produzimos, que passam a ser coisificados. Nesse sentido, experimentamos uma sensação de estranhamento, de impotência para definir os rumos dos eventos”.

estudo dessas relações, embora elas apareçam de maneira muito pontual em nossas análises. Nesse sentido, reconhecemos a importância de tocar na questão das classes sociais, porém não teríamos fôlego para um debate que necessitaria incorporar muitos outros elementos para além da contradição capital-trabalho¹⁷. De acordo com Volochko (2018, p. 70):

Existem muitos outros elementos em jogo, que tornam mais complexas as classes sociais, no cruzamento das transformações macroestruturais (macroeconômicas, políticas) que estão ocorrendo no mundo – o capitalismo financeirizado; a reestruturação produtiva ou a crise da sociedade do trabalho; o papel das novas tecnologias de informação, comunicação e representação espacial; a mundialização; os novos, os velhos e renovados conflitos geopolíticos, urbanos, migratórios, ambientais – com os processos microestruturais, que apontam as questões que envolvem raça, gênero, sexualidade, religião, identidades etc. Tais elementos tornam mais complexo o debate das classes sociais hoje, mas não nos autorizam a desconsiderar sua persistência e importância.

Tendo como desafio enfrentar os labirintos encontrados ao longo deste caminho, precisamos fazer um movimento de buscar compreender a realidade para além das aparências dos fenômenos. Portanto, voltaremos nossa atenção para a necessidade de pensar as relações entre Estado e Capital como chave para compreender diferentes interpretações acerca do “direito”, do “espaço público”, da ‘democracia’ e da “emancipação” e como estas interpretações estão intimamente relacionadas com os objetivos que engendram as lutas defendidas por diferentes sujeitos. Segundo Mascaro (2014, p. 95):

Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. Nas relações de produção capitalistas se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtores diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede necessária de trabalho assalariado. A troca de mercadorias é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas

¹⁷De acordo com Volochko (2018, p. 70) “O debate do cotidiano não pode ignorar nem a complexidade da questão das classes sociais no mundo contemporâneo, nem o fato de que a contradição capital-trabalho não pode mais ser considerada como o único centro estruturador do debate das classes. A esse respeito, escreve Armand Ajzenberg ‘isso conduz a fazer entrar na análise do modo de produção os aspectos negligenciados até aqui: arquitetura, urbanismo e, mais amplamente, espaços e tempos sociais, mas também a ecologia, que se tornaram mercadorias ao redor das quais se travam grandes lutas [...]’. Essa luta, à escala mundial, pelo tempo e pelo espaço [...] tornou-se uma forma moderna da luta de classe não implicando mais unicamente um sujeito histórico já constituído: a classe operária. Forma moderna a qual Marx não previu, porque ela não existia em seu tempo’ “.

por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados”.

Em relação à questão do direito, consideramos importante destacar as considerações feitas por Löwy *et al.* (2015, págs. 53-54) em relação à forma como essa questão é tratada em algumas obras de Karl Marx. De acordo com esses autores:

Na Crítica da filosofia do direito de Hegel (1843), Marx desenvolve ainda a sua crítica política, antes do ponto de vista da filosofia do direito que da crítica do direito. Seu objetivo então era lutar contra a subordinação do “direito do Estado” ao direito privado, e contra a delimitação da soberania popular pelo contexto constitucional e pela separação dos poderes. Com o artigo “sobre a questão judaica” (1844), a análise do direito é reformulada no âmbito da crítica da alienação política; o sistema jurídico moderno deixa de aparecer como forma de organização e de justificação da ordem social fundada sobre a propriedade privada. A crítica da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão consiste, então, em mostrar que esses direitos se reduzem, na verdade, ao direito da propriedade privada. Marx esboça, assim, os temas que aprofundará em A ideologia Alemã (1846), destacando a função ideológica do direito. Será necessário esperar O capital para que a abordagem materialista do direito venha acompanhada de uma descrição mais precisa de suas funções. Ele aparece então como um dos vetores constitutivos da interação de mercado, como modo de subjetivação específica, como um fator de dissimulação da exploração e como espaço normativo no qual se desenvolve a luta de classes. (LÖWY *et al.* 2015, págs. 53-54)

Estas diferentes concepções têm nos colocado diante de projetos de cidade contraditórios, ou seja, que encontram-se em constante tensão. Estes projetos descortinam ações e intencionalidades distintas, porém inter-relacionadas, isto é, de um lado, teríamos a produção alienadora da cidade, de outro, teríamos a luta por uma cidade para o habitar¹⁸ em que estaríamos reivindicando uma práxis que se movimenta em direção ao verdadeiro sentido do direito à cidade. Lefebvre ([1973] 2008b, p. 143) explicita que:

Aprofunda-se, portanto, a contradição entre o possível e o real. O que motiva o pensamento “utópico”, mas confere a essa exploração do possível um caráter

¹⁸ Segundo Ferreira (2017, p. 100) “O direito à cidade é mais do que um habitat, é o direito ao habitat. O habitat liga-se à morfologia urbana, mas o habitar é uma atividade; referimo-nos a apropriação. Habitar é apropriar-se de algo, o que bastante diferente de tê-lo como propriedade. Significa fazer do espaço sua obra, modelá-lo, apropriar-se dele. Mas ele é também o lugar dos conflitos, porque o espaço é um produto social. É também ‘produtor’, já que as formas construídas interferem no cotidiano da sociedade”.

concreto que falta, precisamente, ao positivismo, que cai na abstração. Essa inversão da situação ainda escapa a muitos bons espíritos, como se diz.

Acreditamos que o contraditório processo de banalização-potencialização do “direito à cidade” englobaria também o complexo debate acerca das classes sociais no mundo contemporâneo e abriria para discussões que incorporariam muitos outros elementos para além da contradição capital-trabalho. Ainda de acordo com Lefebvre ([1968] 2008a, p. 59):

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar e religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Motivo de certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade.

Nesse sentido, não podemos desconsiderar a compreensão de que a reprodução ampliada do capital se dá mediante desenvolvimentos geográficos desiguais¹⁹ que materializam no espaço das mais variadas cidades do mundo as relações sociais de produção. De acordo com Faulhaber e Azevedo (2015, p. 22):

Se vivemos em um modelo socioeconômico neoliberal, as cidades enquanto expressão espacial desse sistema não são diferentes. Em um contexto de globalização, as ditas nações em desenvolvimento permanecem se submetendo às diretrizes do Consenso de Washington para supostamente garantirem sua inserção no mercado global através do fomento das instituições financeiras internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial (BIRD), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Neste sentido, mais do que nunca é necessário lutar pelo direito à cidade. No entanto, ao considerarmos a ideia de dialética²⁰, podemos compreender a luta

¹⁹ Segundo Harvey (2013, p. 527) “tal processo de desenvolvimento é totalmente inconsistente com o universalismo ao qual o capitalismo sempre aspira. As fronteiras regionais são invariavelmente indistintas e sujeitas a eternas modificações porque as distâncias relativas se alteraram com as melhorias no transporte e nas comunicações. Mas as economias regionais nunca são fechadas. A tentação por parte dos capitalistas de se engajarem no comércio inter-regional para alavancar os lucros derivados de trocas desiguais e colocar capitais excedentes onde a taxa de lucro é mais alta é, em longo prazo, irresistível. E os trabalhadores certamente serão tentados a se mover para onde os padrões de vida materiais são mais elevados. Além de a tendência para a superacumulação e para a ameaça de desvalorização obrigar os capitalistas que estão dentro de uma região a estender suas fronteiras ou simplesmente mover seu capital para pastos mais verdes.

²⁰ De acordo com Karel Kosík ([1926] 1976 p.09): A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um détour. Por esse motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendo apenas distinguir duas

por esse direito para além das lutas por direitos mediados pelo Estado. De acordo com Löwy et al. (2015, 52):

Embora Marx não tenha deixado nada além de algumas observações dispersas sobre a dialética, diferentes correntes do marxismo viram nela o centro de seu pensamento. Engels foi o primeiro a propor uma teoria da dialética materialista, buscando em Hegel certo número de “leis dialéticas” (transformação de quantidade em qualidade; interpretação e inversão de contrários; e desenvolvimento da contradição como negação da negação) e interpretando-as como leis da matéria. Em Georg Lukács, a ideia de dialética, ao contrário, é entendida como uma ciência da totalidade social. De maneira geral, o marxismo tendeu a fazer da ideia de dialética um operador teórico fundamental, distinguindo o materialismo dialético (filosofia marxista) e o materialismo histórico (ciência marxista).

Portanto, ao tomarmos como objeto de análise o contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de direito à cidade, acreditamos que estamos fazendo um esforço de aproximação com o método dialético no sentido de pensar o movimento das contradições que se acentuam em nosso tempo histórico. Nesse sentido, no capítulo a seguir, nos debruçaremos sobre as relações entre o avanço da racionalidade neoliberal e os limites impostos à (re)produção da vida.

Capítulo 2. Às margens do “direito à cidade”: o avanço da racionalidade neoliberal e a (re)produção da vida no limite

De certa forma, se vivemos hoje “no limite” ou “nas fronteiras”, provavelmente é porque, além da ambiguidade de nossa condição política, tantas vezes na “dobra” entre o legal e o ilegal, a exceção e a regra, o capitalismo também, depois de praticamente conquistada toda a Terra, se reproduz pela recriação da diferença e, com ela, de novos limites e fronteiras no dos próprios territórios por ele incorporados (daí, por exemplo, a agilidade com que s apropria e re-cria novos nichos de mercado).

Rogério Haesbaert (2014, p. 274)

Colocar em evidência a ambiguidade de nossa condição política, conforme análise desenvolvida por Haesbaert (2014) na obra *Viver no Limite*, nos faz pensar sobre episódios, para nós muito preocupantes, que ocorreram e ainda vêm ocorrendo na cena política brasileira. Em nosso país, o Estado, em suas diferentes escalas, alinha-se de maneira mais estreita e visível com a racionalidade neoliberal, e, conseqüentemente, a reprodução social da vida torna-se a cada dia mais incerta para a maioria da população brasileira.

O acesso à saúde, educação, segurança, entre outros, está cada vez mais condicionado à posse da forma-dinheiro²¹. Estes serviços tornam-se mercadorias caras e que nem todos podem pagar por eles, principalmente diante do processo de perda do poder aquisitivo dos salários, aliado ao expressivo número de desempregados no país²². No entanto, talvez essa precarização da vida nos encaminhe a pensamentos e ações que nos conduzam a diferentes formas de luta

²¹ De acordo com Harvey (2018, p. 26) “Uma vez que os valores são transformados de forma-mercadoria em forma-dinheiro por meio da venda no mercado, o dinheiro é distribuído a uma série de participantes que, por um motivo ou outro, podem reivindicar uma parcela dele. Os trabalhadores vão reivindicar seu valor na forma de salário em dinheiro.

²² Segundo Mattos (2017, p. 357) “O elevado desemprego é utilizado pelo atual governo para acelerar as mudanças nas atuais normatizações entre capital e trabalho que, de fato, são de grande interesse do empresariado. Dados da FVG Social indicam que o alto índice de desempregados fez aumentar as desigualdades já existentes diante da queda da renda domiciliar, que, acompanhada de altos índices inflacionários, comprometem ainda mais os poucos e poucos expedientes de sobrevivência. É rotineira a exposição das dificuldades enfrentadas pela manutenção da educação dos filhos; com o pagamento de despesas que constituem a base para a reprodução social como a casa, a alimentação, além de outras necessidades indispensáveis para a manutenção de vida social modelada pelo mercado.

contra a “loucura da razão econômica” que se manifesta em nossos dias. Através da intensificação das contradições do capital que se apresentam diante do processo de (re)produção *lato sensu*, parecemos estar sobrevivendo como “reféns” do consumo e do dinheiro. De acordo com Carlos (2015, p. 34):

As lutas surgem a partir de relações sociais contraditórias, criadas e aprofundadas pelo desenvolvimento do processo de reprodução *lato sensu*, o que faz com que as batalhas se resolvam no jogo político das forças sociais. Isso tem colocado no centro do debate o direito à cidade como possibilidade de questionamento sobre as formas de atuação do poder público – em que o espaço se revela instrumento político intencionalmente organizado e manipulado por meio de um poder que se realiza enquanto estratégia de classe – bem como diante das condições de vida precarizada. Questiona-se, assim, o processo de valorização aliado às estratégias dos empreendedores imobiliários que reproduzem um espaço voltado aos interesses particulares do grande capital, e que, ao intervirem no urbano, interferem na prática socioespacial e, com isso, nos modos de apropriação do espaço da vida.

As lutas pelo direito à cidade tornam-se cada vez mais necessárias diante de um processo de precarização das nossas vidas. Tal processo pode ser observado através de várias dimensões, dentre as quais destacaríamos a generalização da sensação de medo, que, de forma exponencial, atinge principalmente os habitantes das grandes cidades²³. Segundo Santos (2001, p. 58):

Jamais houve na história um período em que o medo fosse tão generalizado e alcançasse todas as áreas de nossas vidas: medo do desemprego, medo da fome, medo da violência, medo do outro. Tal medo se espalha e se aprofunda a partir de uma violência difusa, mas estrutural, típica do nosso tempo, cujo entendimento é indispensável para compreender, de maneira adequada, questões como a dívida social e a violência funcional, hoje tão presentes no cotidiano de todos.

Além da generalização do medo, vivemos sob o império do consumo e da competitividade que parecem confundir as figuras do “consumidor” e do “cidadão”. A criação desta “confusão” é uma das estratégias relacionadas às práticas de “governamentalidade” que são instituídas com a racionalidade neoliberal. Ainda de acordo com o pensamento de Santos (2001, p. 49),

²³ Para não passar a impressão de que a sensação de medo é algo recente em nossa história, acreditamos ser importante destacar aqui as palavras de Souza (2008, p.08). De acordo com este geógrafo “o que o material histórico disponível mostra é que preocupações com a segurança pública acompanham o fenômeno urbano ao longo da sua história. Considerando-se que o senso comum de cada época julga a gravidade dos problemas à luz de comparações de fôlego curto, é lícito inferir que, para os padrões de um dado momento, não necessariamente a imprensa e o público em geral estariam exagerando ao se dizerem ‘preocupados’, ‘impressionados’, ‘horrorizados’ etc. com a criminalidade violenta e a insegurança. Apesar disso, é necessário investigar como, concretamente, a violência e a insegurança se manifestam em cada momento”.

chamamos a atenção de que *consumismo e competitividade levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo, convidando, também, a esquecer a oposição fundamental entre a figura do consumidor e a figura do cidadão.*

A “confusão estratégica” entre consumidor e cidadão também é um produto discursivo da articulação entre o Estado, a mídia de massas e os diferentes matizes do capital. Para Santos (2001, p. 39) nos chama a atenção de que:

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de se estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa.

Com o avanço da racionalidade neoliberal, também presenciamos um momento histórico em que as múltiplas e inter-relacionadas dimensões de nossas vidas acabam também sendo reguladas pelo dinheiro. Como sabiamente já nos alertava Milton Santos (2001, p. 56) “o consumo, tornado denominador comum para todos os indivíduos, atribui papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual”.

Diante de nossa materialidade histórica – moldada pelo consumo, pelo dinheiro, pelo medo e por discursos que embaralham a “realidade” com “ideologia” – poderíamos dizer, metaforicamente, que, enquanto sociedade, nos encontraríamos cada vez mais distantes das margens de um “rio” em cuja nascente encontraríamos o verdadeiro direito à “cidade”. O caminho em direção a essa “nascente”, à montante, pode ser longo e doloroso, por isso precisamos ter coragem e perseverança caso nosso objetivo seja, de fato, alcançá-lo. Como nos incentiva Mészáros (2015, p. 28-29), “sob as circunstâncias que se desdobram da crise estrutural irreversível do capital, o Estado se afirma e se impõe como a montanha que devemos escalar e conquistar”.

A escalada e a conquista desta “montanha” é um desafio que julgamos necessário para nos aproximarmos de uma experiência de vida na qual tenhamos acesso “à forma superior dos direitos”, ou seja, para nos apropriarmos de pensamentos e ações que traduzam a radicalidade do conceito de direito à cidade apresentado por Henri Lefebvre.

A cada dia temos a sensação de que parece ser impossível fazer esse movimento por dentro dos “labirintos do capital”, os quais tendem a nos aprisionar através de “muros” erguidos sob a chamada “economia do endividamento”. Porém, acreditamos que devemos não nos intimidar com a altura destes muros e assim continuar a nossa caminhada em busca de saídas desse labirinto. Não nos paralisarmos diante de ameaças autoritárias de diferentes matizes, torna-se quase uma condição para a continuidade da reprodução social de nossa vida diária contemporânea para além de nossa condição como “trabalhadores produtivos”. De acordo com Harvey (2018, p. 88):

Sobrecarregar com dívidas populações vulneráveis e marginalizadas é, em suma, uma maneira de disciplinar os mutuários para que se tornem trabalhadores produtivos (“produtivo” definido aqui como tudo o que produz valor passível de ser apropriado pelo capital na forma de taxa de juros exorbitantes).

A “economia do endividamento” encontrou um terreno fértil para se desenvolver devido a dois fatores inter-relacionados: i) no atual momento histórico do capitalismo, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida social, e ii) o número expressivo de desempregados, tanto no Brasil quanto em outros países do mundo.

Diante destes fatores, nem mesmo as políticas de transferência de renda, cada vez mais adotadas em alguns países, podem ser vistas como antípodas à racionalidade neoliberal. Pelo contrário, não devemos desconsiderar que as políticas de transferência de renda enquanto uma prática estatal poderiam favorecer também o “desenvolvimento de uma gestão ultraliberal da mão de obra”. Conforme a análise desenvolvida por Alain Bihr (2010, p. 97):

A instituição de uma renda mínima garantida (RMG), já conquistada sob diferentes formas em um certo número de países ocidentais (na Grã-Bretanha, na Irlanda, nos Estados Unidos, na Bélgica, na Holanda, na Dinamarca, na Noruega e, recentemente, na França) (...) pode favorecer o desenvolvimento de uma gestão

ultraliberal da mão de obra. Liberando os capitalistas de qualquer responsabilidade em matéria de política social. Incitando-os, ao mesmo tempo, a demitir mais facilmente, a aumentar a instabilidade (especialmente recorrendo ao trabalho temporário), a fazer pressão sobre os salários baixos (por exemplo, para estourar os mínimos legais ou convencionais), enfim, a restringir ainda mais os benefícios de assistência social.

No Brasil, embora o “Programa Bolsa Família²⁴” tenha reduzido em 25% a taxa de extrema pobreza, conforme dados apresentados por pesquisa feita pelo IPEA²⁵, não devemos desconsiderar que ainda estamos distantes do ideal de “cidadania” produzido com o advento da democracia burguesa. Para alguns autores, a figura do “cidadão” jamais existiu, de fato, no Brasil. Ainda de acordo com Santos (2001, p. 49):

(...) em nosso país jamais houve a figura do cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãs; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. E isso é um dado essencial do entendimento do Brasil: de como os partidos se organizam e funcionam; de como a política se dá, de como a sociedade se move.

A economia do endividamento, a qual grande parte da população parece estar “refém”, é um produto das relações estabelecidas entre os diferentes matizes do capital e o Estado. Esta economia desenvolve-se sob bases legais instituídas pelos diferentes regimes jurídicos dos países que instituem o “governo do homem endividado”, conforme a brilhante análise desenvolvida por Lazzarato (2017, p. 83):

²⁴ De acordo com a página virtual do Ministério da Cidadania “O Bolsa Família é um programa que contribui para o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. Ele foi criado em outubro de 2003 e possui três eixos principais: i) **Complemento da renda** — todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. ii) **Acesso a direitos** — as famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. iii) **Articulação com outras ações** — o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza”. Para saber mais sobre o programa, acessar <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>

²⁵ De acordo com o site do IPEA, “O Bolsa Família é a transferência pública que mais alcança a população pobre no Brasil, uma vez que cerca de 70% dos recursos do programa alcançaram os 20% mais pobres, reduzindo a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%. A conclusão consta do trabalho feito por pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que analisou ‘Os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre a pobreza e a desigualdade: Um balanço dos primeiros 15 anos’”. Para ter acesso à pesquisa completa ver http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34949&catid=10&Itemid=9

A relação entre credor e devedor como relação entre forças ativas e reativas e como domínio do tempo e, enquanto dívida infinita, investida e continuada pelo capital que, com o capital financeiro, faz dessa sua relação dominante. No capital financeiro, é impossível quitar a dívida, pois o capital como moeda, quer dizer, o crédito é, por definição, dívida (...). A relação credor/ devedor não pode jamais ser saldada, pois ela constitui a relação de dominação política, mas também de exploração econômica. Honrar suas dívidas significa sair da relação credor/devedor e, portanto, atualmente, sair do capitalismo ele mesmo. Nós podemos honrar dívidas, mas se nós honramos todas as dívidas ao mesmo tempo, não há mais assimetria, não há mais diferencial de poder, não há mais forças superiores e inferiores e não há mais capital. O reembolso definitivo é logicamente, a morte do capitalismo, pois o diferencial de classe se exprime por meio do crédito/dívida.

Portanto, diante da hegemonia do “governo do homem endividado”, podemos reafirmar que estaríamos às margens do verdadeiro direito à cidade, principalmente ao considerar uma interpretação crítica das diferentes formas de alienação sofrida pela “classe-que- vive- do-trabalho”²⁶.

Relacionar as diferentes formas de alienação²⁷ com a racionalidade neoliberal contemporânea pode contribuir para entendermos alguns “porquês” da classe-que-vive-do trabalho não conseguir, efetivamente, se apropriar da cidade como uma “obra” como possibilidade de resgatar práticas que parecem estar desaparecendo nos centros urbanos. Segundo Lefebvre ([1968] 2008a, p. 53):

(...) paradoxalmente, a cidade dos mercadores e dos banqueiros continua a ser para nós o tipo e o modelo de uma realidade urbana onde o uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) predomina ainda sobre o lucro e o proveito(...).

Neste sentido, estamos de acordo com as considerações apresentadas por Carlos (2015, p. 32) pois:

A normatização das relações sociais, a rarefação dos lugares de encontro decorrentes das mudanças na morfologia da metrópole, a degradação das relações de vizinhança, a flexibilização do trabalho vão apontando a instauração do

²⁶ Para Antunes (2009, p. 103) “a noção de classe trabalhadora ou classe-que-vive-do-trabalho (será utilizada) para englobar tanto o proletariado industrial, como o conjunto dos assalariados que vendem a sua força de trabalho (e, naturalmente, os que estão desempregados, pela vigência da lógica destrutiva do capital”.

²⁷ De acordo com Mészáros (2006, p. 160) “(...) a alienação surge como um divórcio entre o individual e o social, entre o natural e o autoconsciente. Segue-se em contraposição, que numa relação humana não alienada, o individual e o social, o natural e o autoconsciente devem estar juntos – e formar uma unidade complexa. E isso nos leva a outra questão importante: qual a conexão entre a alienação e aquelas necessidades e poderes que são o resultado do intercâmbio social, isto é, o produto da sociedade?”.

cotidiano em que a atomização, ao mesmo tempo que realiza uma superorganização da vida, impõe-se quase sem resistência. Campo da autorregulação voluntária e planificada, o cotidiano aparece como construção da sociedade, que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada, preenchido por repressões e coações imperceptíveis.

A construção da sociedade baseada na normatização das relações sociais, constituída mediante uma ordem fortemente burocratizada, tem contribuído consideravelmente para que diferentes sujeitos se apropriem do termo “direito à cidade”. No entanto, essa apropriação está relacionada às intencionalidades e ações que produzem movimentos contraditórios em relação à crítica radical²⁸ proposta pelo conceito de direito à cidade desenvolvido por Henri Lefebvre.

Considerando-se que a crítica radical²⁹ é um atributo necessário para a compreensão do mundo moderno em sua totalidade, acreditamos que, se quisermos compreender às razões de estarmos ainda hoje às margens do direito à cidade, precisamos “mergulhar” profundamente na análise de conceitos que nos possibilitem ir além do “mundo da pseudoconcreticidade”, como já nos alertava o filósofo Karel Kosik (1969).

Embora já exista uma farta literatura dedicada à análise do “direito à cidade”, devemos admitir que esse conhecimento produzido, muitas vezes, não chega às mãos da maior parte dos “homens-que-vivem-do-trabalho”, muitos desses que participam ativamente das diferentes lutas engendradas por movimentos sociais e populares. Essas pessoas podem relacionar este conceito “apenas” às conquistas dos direitos assegurados pelo Estado através do regime jurídico vigente. Neste sentido, é muito importante reafirmar uma práxis na academia que pensa a ciência como ferramenta de luta e transformação social. Como bem nos advertiu Lukács (2010, p.41), “o homem jamais é capaz de agir com total conhecimento de todos os elementos de sua práxis. Mas o limite entre verdadeiro e falso é fluido, social e historicamente condicionado, cheio de transições”. De acordo com Bartholl (2018, 128):

²⁸ Lefebvre ([1968] 2008a, p. 49) propõe que “é indispensável a crítica radical tanto das filosofias da cidade quanto do urbanismo ideológico, e isto no plano teórico como no plano prático”.

²⁹ Emergindo da vitalidade das pesquisas sobre a cidade e o urbano a atitude crítica e a reflexão radical colocam-se como atributo indispensável para a compreensão do mundo moderno em sua totalidade, visando à construção de um projeto de sociedade centrado nas possibilidades de constituição do homem – que hoje se acha preso ao “mundo da mercadoria”, condicionado pela “ideologia do consumo”, orientado pela mídia, vigiado pelo Estado.

O lugar do encontro horizontal e aberto entre saberes, assim, é o próprio movimento de luta, é a luta em movimento, em processos coletivos e nos movimentos sociais. Saberes emancipatórios somente o são onde há (e quando propiciam/reforçam) relações emancipatórias, onde nos encontramos e nos debates cada um(a) tem seu momento de fala e opinião e onde todas e todos decidem juntos (as) sobre os rumos a serem tomados juntos(as), enquanto coletivo/movimento, e não há ninguém que decida sobre o rumo do outro.

Para entender a realidade como uma totalidade, a partir da compreensão da Geografia, é fundamental estarmos *implicados e aplicados em direção a uma forma de pensar a produção do espaço* para além da fragmentação do conhecimento produzido pelas diferentes ciências. Segundo Lefebvre ([1973] 2008b, p. 33), “o direito à cidade implica e aplica um conhecimento que não se define como “ciência do espaço” (ecologia, geopolítica, equística, planejamento etc.) mas como **conhecimento de uma produção, a do espaço**” (grifo nosso).

Considerando-se que o “*direito à cidade implica e aplica um conhecimento sobre a produção do espaço*”, a seguir, faremos alguns apontamentos teóricos acerca do conceito de espaço. Para tanto, partiremos de algumas análises desenvolvidas por Lefebvre (2008), Haesbaert (2014), Harvey (2012), Santos (1996), Carlos (2011) e Massey (2000 e 2013). Estes autores/interlocutores nos convidam a pensar criticamente a nossa condição espacial. Acreditamos que suas análises convergem e contribuem com reflexões importantes para traçarmos possíveis estratégias de ação que vão na contramão da produção alienadora das cidades que tem avançado com a racionalidade neoliberal. Portanto, uma análise crítica sobre o conceito de espaço é fundamental para identificarmos alguns porquês de, no atual momento histórico, estarmos ainda às margens do direito à cidade. Afinal de contas, como nos afirma Lefebvre ([1973] 2008b, p. 48):

Não se pode dizer que o espaço seja um produto como um outro, objeto ou soma de objetos, coisa ou coleção de coisas, mercadoria ou conjunto de mercadorias. Não se pode dizer que se trata simplesmente de um instrumento, o mais importante dos instrumentos, o pré-suposto de toda produção e de toda troca. O espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção.

De acordo com Carlos (2018, p. 20):

A problemática do espaço desenvolve-se nas obras de Lefebvre a partir da discussão do conceito de produção desdobrada em reprodução, o que sinaliza

mudanças no desenvolvimento das forças produtivas que, na segunda metade do século XX, não acarreta somente a produção de coisas no sentido clássico do termo, mas se estende à reprodução de relações sociais – acrescentando-se algo de novo à produção. A reprodução se desloca da fábrica para tomar a cidade e a vida cotidiana.

Para Haesbaert (2014, p. 22), “em Geografia podemos propor ‘espaço’ como categoria, nosso conceito mais geral, e que se impõe frente aos demais conceitos – região, território, lugar, paisagem...” Neste sentido, o espaço pode ser entendido como uma categoria analítica fundamental para a Geografia, ciência a qual tem profissionais cada vez mais comprometidos com o conhecimento da produção do espaço em suas múltiplas dimensões e interpretações. Esses profissionais, ao buscarem interlocutores de outras ciências, da Filosofia e das Artes, acabam fazendo um caminho na direção contrária à fragmentação do conhecimento tão criticada por Henri Lefebvre em “O direito à cidade”. Esta discussão será melhor desenvolvida no terceiro capítulo deste trabalho.

Em relação ao entendimento de nossa condição espacial, consideramos que o diálogo estabelecido entre o conhecimentos produzidos pela Geografia e pela Filosofia contribuem de maneira significativa no sentido de articular as dimensões epistemológica e ontológica da “virada espacial” que estamos presenciando em nosso momento histórico³⁰.

Neste sentido, o avanço do diálogo interdisciplinar acerca da “concepção correta do espaço” pode contribuir para a busca de respostas para novos problemas (dentre os quais, destacáremos nossa condição de “reféns” diante da “economia da dívida” e da “governamentalidade”, inerentes à racionalidade neoliberal), que se apresentam diante da realidade. Por outro lado, também há uma necessidade cada vez mais latente de formulação de novas perguntas e assim colocarmos em evidência “novas” problemáticas para análise. De acordo com Harvey (2012, p. 14):

“O espaço não é nem absoluto, nem relativo, nem relacional em si mesmo, mas ele pode tornar-se um ou outro separadamente ou simultaneamente em função das circunstâncias. O problema da concepção correta do espaço é resolvido pela

³⁰ De acordo com análise de Haesbaert (2014, p.11) “o debate sobre o espaço, o território e outros conceitos geográficos ganha destaque nas últimas décadas, sobretudo no bojo da chamada “virada” ou “giro espacial” (spatial turn) nas Ciências Sociais, notadamente as de origem anglo-saxônica”

prática humana em relação a ele. Em outros termos, não há respostas filosóficas a questões filosóficas que concernem à natureza do espaço – as respostas se situam na prática humana. **A questão “o que é o espaço?” é por consequência substituída pela questão “como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”**” (grifo nosso).

Considerando-se a “provocação” feita acima pelo geógrafo David Harvey, somos levados a pensar a necessidade de (re)formular a questão norteadora em direção à compreensão do espaço. Esse autor propõe que devemos mudar de pergunta quando nosso objetivo é tentar entender a categoria espaço. Segundo ele, a *questão “o que é o espaço?”* deve ser substituída pela questão *“como é que diferentes práticas humanas criam e usam diferentes concepções de espaço?”*.

A substituição de uma pergunta por outra poderia resultar em algo aparentemente simples, no entanto, a partir dessa mudança de questionamento, pode-se descortinar outra perspectiva na análise do espaço que passa a considerar as diferentes práticas humanas dos sujeitos que o produzem.

Partindo-se da compreensão de que “o espaço se define pelo movimento que o situa como condição, meio e produto da reprodução social ao longo do processo civilizatório” (CARLOS, 2011, p.23), pode-se dizer que as práticas humanas possuem diferentes intencionalidades, sendo engendradas por sujeitos que ocupam instâncias de poder desiguais e, portanto (re)produzem diferentes concepções de espaço.

Segundo Harvey (2012, p.14-15), o espaço poderia assumir a condição de absoluto, relativo e relacional³¹. Para ele, a decisão de usar uma ou outra concepção dependeria da natureza dos fenômenos que forem considerados em determinadas análises. Nesse sentido, o autor ilustra que a relação de propriedade, por exemplo, criaria espaços absolutos nos quais o controle monopolista pode operar. Já o movimento de pessoas, de bens, serviços e informação realiza-se no espaço relativo porque o dinheiro, tempo, energia, etc, são necessários para superar a fricção da distância. Parcelas de terra também incorporam benefícios

³¹ Haesbaert (2014, p. 23) também nos chama atenção de que “o espaço relativo, que muitos associam à figura do filósofo Leibniz, implica valorizar a relação entre os objetos, seu movimento, portanto. David Harvey sintetizou de forma muito didática essa distinção, acrescentando ainda sua própria versão do que ele denominou de ‘espaço relacional’, um espaço considerado não apenas enquanto relação entre objetos, mas também como relações contidas nos próprios objetos, inerentes a eles.

porque contêm relações com outras parcelas...sob a forma do arrendamento, o espaço relacional se torna um aspecto importante da prática social humana.

Ao afirmar que o espaço pode assumir a condição de absoluto, relativo e relacional de acordo com certas práticas humanas, acreditamos que Harvey nos convida a interpretar essas práticas levando-se em consideração que elas estão sempre em movimento, numa espécie de constante devir. Portanto, consideramos pertinente trazer para a Geografia as considerações feitas por Lefebvre (s/d, p. 210-211) à Sociologia acerca das categorias “forma”, “função” e “estrutura”, as quais, muitas vezes são pensadas isoladamente nos estudos acerca da produção do espaço:

Forma, función y estructura son três conceptos claves, tan importante los otros, por lo que ninguno debe absorber a los demás. Es decir, una sociología científicamente orientada en el plano conceptual debe rezachar el formalismo que absorba la función y la estructura en la forma, el funcionalismo que absorba la estructura y la forma en la función, y el estructuralismo que absorba la función y la forma en la estructura; debe servirse de esta batería de conceptos, dando a cada uno una importancia y una capacidad igual, sin privilegiar uno en detrimento de los otros.

Milton Santos retoma a importância de pensarmos as articulações entre as categorias forma, função, estrutura e nos chama a atenção para análise do processo de totalização. Segundo Santos (1996, p. 120):

O todo somente pode ser conhecido através do conhecimento das partes e as partes somente podem ser conhecidas através do conhecimento do todo. Essas duas vertentes são, porém, parciais. Para alcançar a verdade total, é necessário reconhecer o movimento conjunto do todo e das partes, através do processo de totalização.

Santos (1996) também nos convida a uma análise crítica do conceito de espaço a partir das relações contraditórias entre “técnica” e “tempo”, “razão” e “emoção”. Aliás, esses quatro termos são empregados como subtítulo desta obra. Acreditamos que a escolha destes termos por este autor já acusaria a intenção de criticar uma certa racionalidade hegemônica na produção do espaço, reafirmando a importância de pensar “outras racionalidades” e “outros tempos” para além daqueles comandados pelo Estado e pelos mais diversos matizes do capital.

Ainda reafirmando o pensamento de Santos (1996, p.113), devemos considerar o espaço em sua totalidade, o que requer analisar a relação entre o que

ele denomina de “sistema de objetos” e “sistema de ações” (SANTOS, 1996, p. 61). Para o autor, “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 1996, p. 63).

De acordo com Haesbaert, as proposições de Santos apresentadas acima representariam uma forma de compreender o espaço geográfico a partir de sua perspectiva relacional. De acordo com este geógrafo:

O espaço geográfico, na verdade, partindo de uma posição relacional, envolve, como queria Santos, tanto o universo dos objetos quanto dos sujeitos e suas ações, tanto a dimensão dos elementos (aparentemente) fixos quanto móveis, tanto a dimensão material quanto a dimensão imaterial. (HAESBAERT, 2014, p. 37, grifo nosso).

Essa perspectiva relacional de compreender o espaço nos abre a possibilidade de pensar que a produção do espaço, considerando-se a expansão do modo de produção capitalista sobre a Terra, descortina conflitos, contradições, articulações e consensos produzidos entre os diferentes agentes sociais envolvidos nesse processo³². Neste sentido, é interessante a reflexão de Lazzarato (2017, p.93) acerca das contradições ente Estado e capital e suas respectivas formas de apropriação do mesmo espaço sob uma perspectiva relacional:

Há uma heterogeneidade entre Estado e capital. O Estado se define por um território e pelas suas fronteiras. O capital não tem nenhum território para si. Ele é, pelo contrário, um processo de desterritorialização permanente, que não conhece nenhum limite territorial. O Estado constitui uma comunidade, um povo e uma nação, o capital é incapaz de produzir uma, pois a concorrência, a divisão de classes e a apropriação privativa desfazem a comunidade, o povo e a nação. O Estado se funda nos direitos e na cidadania, o capital, nos “juros” dos empreendedores e na exploração dos assalariados e da população etc. O Estado exerce sua soberania política, ligada a um território e a um povo. O capital organiza um poder econômico sobre sua população cuja única e verdadeira dimensão é o mercado mundial.

Levando-se em consideração as contradições entre os diferentes agentes sociais, Carlos (2011, p. 24) nos chama a atenção de que a noção de produção do

³² Em seu livro *O Espaço Urbano*, Corrêa (2013, p. 44) nos afirma que esses agentes seriam “os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. A partir de sua ação, o espaço é produzido, impregnado de materialidades, como campos cultivados, estradas, represas e centros urbanos com ruas, bairros, áreas comerciais e fabris, mas também pleno de significados diversos, como aqueles associados a estética, status, *etnicidade* e sacralidade.

espaço marcaria “a passagem da compreensão do espaço produto da ação humana para a compreensão do movimento triádico, que entende o espaço pelo movimento ininterrupto que o define enquanto condição, meio e produto da reprodução social”. Ainda segundo a autora:

O sentido do espaço está, portanto, associado à ação humana, à produção, ligando-se à noção de atividade e de trabalho, o que o situa no âmbito do processo de produção, do modo como o trabalho se divide a partir da hierarquização do grupo, de sua orientação, das relações de propriedade que comandam a divisão de seus frutos, a técnica e o conhecimento. (CARLOS, 2011, p. 24)

Ainda de acordo com Carlos (2011, p. 39):

O espaço é produto social e histórico e, ao mesmo tempo, realidade e presente imbricados, tudo isso sem deixar de conter o futuro que emerge como condição de vivência dos conflitos. O pensamento, portanto, não concebe apenas a produção material- a morfologia espacial-, mas, necessariamente, o conjunto dos processos e relações sociais que dão conteúdo e sentido à práxis.

As transformações espaciais são promovidas por diferentes e desiguais práticas humanas que possuem múltiplas intencionalidades: econômicas, políticas, técnicas etc. e teriam como fundamento uma espécie de “ajuste espacial” constante para a reprodução ampliada do capital. Para Harvey (2013, p. 477):

A geografia histórica do capitalismo tem sido absolutamente notável. Povos dotados de total diversidade de experiências históricas, vivendo em uma incrível variedade de circunstâncias físicas, têm-se unido, às vezes de modo grandioso e por convencimento, mas mais frequentemente mediante o exercício de uma força bruta implacável, em uma unidade complexa no âmbito da divisão internacional do trabalho.

Podemos dizer que não existiria um único padrão de abordagem acerca do espaço. “Existem vários modelos, várias abordagens no que concerne ao espaço, e isso a diferentes níveis, de reflexão, de recorte da realidade objetiva”. (LEFEBVRE, [1973] 2008b, p.36).

Lefebvre ([1973] 2008b, p. 40) também nos chama a atenção de que:

Toda a definição de espaço, ou pesquisa sobre o espaço, implica um conceito de espaço, no mínimo, para enunciar e classificar as proposições. Nessa problemática, o espaço é um “puro” objeto da ciência. No que concerne ao “vivido”, o espaço nunca é neutro e “puro”. O que já coloca uma distância entre a problemática do espaço vivido e a do espaço epistemológico, posto como neutro.

Na busca por diferenciar criticamente certas peculiaridades entre “espaço geográfico” e “espaço social”, Souza (2015, p. 22) nos chama atenção que muitos geógrafos, identificados com a “Geografia Humana” e sob forte influência do filósofo neomarxista Henri Lefebvre, “passaram a ver no espaço social, e não mais no espaço geográfico, o conceito central de seu arsenal”. Souza, ao fazer essa constatação, afirma que “esse tipo opção merece, no entanto, algumas pequenas ressalvas³³”.

Pensar sobre a produção do espaço envolve uma reflexão sobre o conjunto de técnicas desenvolvidas pelo homem em diferentes momentos da História.

Consideramos que uma pequena reflexão crítica acerca das técnicas seja pertinente neste capítulo, visto que, diante do avanço da racionalidade neoliberal, percebemos que o espaço das cidades é tomado cada vez mais por técnicas de controle do homem sobre outros homens e do homem sobre si mesmo, que constituiria uma das características da “governamentalidade”, como discutiremos mais adiante. Segundo Pádua (2018, p. 43):

No urbano, deparamo-nos com a técnica moldando a prática, com a cidade produzida para o deslocamento de carro, a sistematização dos espaços-tempos da vida, com o espaço que é crescentemente tomado como objeto de controle, seja do Estado, seja das empresas, seja do crime organizado etc. A operacionalização da vida se substancia na generalização do habitat como degradação do habitar (a cidade).

Destacáramos, assim, a importância de pensar a técnica enquanto mediadora tanto na relação “homem-natureza”, como também nas relações do homem consigo mesmo e com outros homens. Por exemplo, as diferentes técnicas de intervenção no espaço das cidades, principalmente aquelas colocadas em prática pelo Estado em articulação com o grande capital, podem ser interpretadas como práticas condicionadas por um certo tipo de imaginário que estes atores buscam legitimar através da normatização dos diferentes usos do espaço urbano. De acordo com Pádua (2018, p. 40):

³³ De acordo com Souza (2015, p. 22) “Pode-se entender o espaço social como aquele que é apropriado, transformado e produzido pela sociedade. Com isso, fica claro que não se está falando de um nível de abstração como o das conceituações de espaço dos matemáticos, dos físicos e de vários filósofos (como Immanuel Kant, por exemplo). Assim como o espaço geográfico, em uma primeira aproximação, corresponde à superfície terrestre, o espaço social, aqui, corresponde, também em uma primeira aproximação, e que igualmente precisará ser complementada, à superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade”.

O espaço instrumentalizado pelas estratégias do Estado e do econômico é o espaço da prática socioespacial contraditória à reprodução da vida. O nível da realização da vida, aquele do cotidiano, revela as contradições produzidas pelas necessidades da reprodução econômica.

Portanto, partindo-se das considerações acima, acreditamos ser pertinente resgatar as palavras de Porto-Gonçalves (2006, p. 78-79) acerca da relação banalizada entre “técnica” e “vida”:

(...) cabe aqui uma reflexão acerca de uma visão que banaliza a relação entre a técnica e a vida, e que contribui para a aceitação do seu caráter neutro. Já ouvimos que uma faca pode servir para comer, assim como para matar, que pode servir para o bem ou para o mal e que o problema não está na técnica em si mesma, mas no seu uso.

Consideramos assim que a prática socioespacial é mediada por um conjunto de técnicas que dão suporte ao homem para que este possa se reproduzir. Na busca de sua reprodução, o homem produz novos espaços e também se transforma. Santos (1996), em amplo estudo sobre as técnicas e sua influência nos modos de vida dos homens, nos chama atenção para o fato de vários geógrafos terem se debruçado sobre a importância que elas desempenharam na transformação e produção do espaço: “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p. 29).

Acreditamos ser importante destacar, como muito bem nos lembrou Santos (1996, p. 35) ao citar Maximilien Sorre, que devemos considerar o fenômeno técnico, em toda a sua amplitude:

Cabe, também, uma referência particular à obra de Maximilien Sorre, o primeiro geógrafo a propor, com detalhe, a consideração do fenômeno técnico, em toda a sua amplitude. A sua noção de técnica é abrangente. Para ele, “essa palavra ‘técnica’ deve ser considerada no seu sentido mais largo, e não no seu sentido estreito, limitado a aplicações mecânicas”. Para Sorre, a noção de técnica “*estende-se a tudo o que pertence à indústria e à arte, em todos os domínios da atividade humana*”. A ideia da técnica como sistema já lhe era presente, e, da mesma forma, a noção de seu autocrescimento e rápida difusão. Ele estava convencido de que o entendimento da relação entre mudança técnica e mudança geográfica era fundamental, sugerindo, então, que os estudos geográficos levassem em conta, simultaneamente, as técnicas da vida social, as técnicas da energia, as técnicas da conquista do espaço e da vida de relações e as técnicas da produção e transformação das matérias-primas. (grifo do autor)

Uma abordagem crítica acerca das relações entre técnica e produção do espaço, para além de aplicações mecânicas, ou seja, pensar essa relação como um sistema aberto, pode contribuir para evoluir o pensamento na direção de práticas socioespaciais que considerem a cidade para o “habitar” e não apenas para o “habitat”, como tem ocorrido atualmente. De acordo com Pádua (2018, p. 46):

A investigação dos elementos da prática socioespacial pode indicar, no interior das fragmentações, possibilidades reais de superação do repetitivo, dos constrangimentos, das cisões e vislumbrar o novo, aquilo que recoloca o habitar como fundamento e o direito à cidade como horizonte possível da vida urbana. Para tanto, a superação ocorre na esfera da prática e também do conhecimento, no sentido do posicionamento do homem social no centro das preocupações, em que a realização plena da humanidade seja a finalidade do conhecimento.

A época em que vivemos nos proporciona um conhecimento técnico inimaginável em tempos passados. Este conhecimento, infelizmente, não tem sido utilizado prioritariamente para melhoria das condições de vida de todos os habitantes da Terra. De acordo com Carlos (2011, p. 16):

A realidade coloca-nos diante de uma série de desafios em face do incrível desenvolvimento da técnica, que amplia as possibilidades de vida no planeta, sem, todavia, deixar de aprofundar as desigualdades, produto do aumento da acumulação e da concentração da riqueza, fundantes de nossa sociedade. No plano do conhecimento, deparamo-nos com a produção de um saber técnico, que tem contribuído para o sombreamento do mundo ao invés de iluminar as situações que bloqueiam as vias capazes de superar as contradições vividas em nossa sociedade.

Concordamos com Porto-Gonçalves (2006, p. 76) quando ele nos chama a atenção de que a técnica na sociedade moderno-colonial tem sido muitas vezes interpretada como um tabu e como solução para todos os nossos problemas. Segundo este autor:

A técnica se apresenta na sociedade moderno-colonial como um verdadeiro tabu e, tal ideia de desenvolvimento, se quer inquestionável. Acredita-se que a técnica, enquanto algo que deriva da capacidade criadora do homem, como mediadora da nossa relação com a natureza, é o centro em torno do qual giraria o progresso da humanidade. Vivemos sobre um verdadeiro tecnocentrismo, crença de que sempre há uma solução técnica pra tudo.

Nesse sentido, acreditamos que ao pensarmos sobre a “técnica”, devemos partir de uma análise crítica sobre a mesma, buscando-se colocar em discussão os seus limites e suas possibilidades em diferentes momentos da história do “sistema-mundo moderno-colonial”. Talvez essa preocupação possa ser um

importante passo em direção à compreensão das práticas humanas e suas diferentes intencionalidades.

Como já dito anteriormente, as práticas socioespaciais são engendradas por diferentes agentes sociais que possuem uma assimetria cada vez maior no padrão de poder dentro do chamado “sistema-mundo moderno colonial”³⁴ (Porto-Gonçalves, 2006). De acordo com Pádua (2018, p. 48):

A crítica da realidade contemporânea supõe o desvendamento das práticas socioespaciais dos agentes hegemônicos, mas também (e sobretudo, talvez do entendimento das práticas que revelam os conflitos e as contradições no nível do social e que encaminham o pensamento para a ação. Lefebvre já advertia que sempre há produção no interior da reprodução das relações de produção, portanto, é necessária a atenção aos desvios, às rupturas, ao que nega o repetitivo.”

Os conflitos e contradições revelados pelas práticas socioespaciais se materializam de maneira complexa na “cidade”, visto que esta integraria, de maneira dialética, uma “ordem próxima” e uma “ordem distante”. Nas palavras de Lefebvre ([1968] 2008b, p. 52):

Ela [a cidade] se situa num meio termo, a meio caminho entre aquilo que se chama de *ordem próxima* (relações dos indivíduos em grupos mais ou menos amplos, mais ou menos organizados e estruturados, relações desses grupos entre eles) e a ordem distante, a ordem da sociedade regida por grandes e poderosas instituições (Igreja, Estado), por um código jurídico formalizado ou não, por uma “cultura” e por um conjunto de significantes.

É importante destacar também que os diferentes agentes envolvidos no processo “produção do espaço” sofrem de maneira desigual as consequências (des)humanas resultantes desse processo, pois de acordo com Porto-Gonçalves (2006, p. 24-25):

A descoberta da América foi decisiva para a consolidação da hegemonia européia no mundo e isso ao preço da servidão, etnocídio e, até mesmo, genocídio de povos indígenas e da escravização para fins de produção mercantil de negros trazidos da África, com a conseqüente desorganização das sociedades originárias e a exploração de seus recursos naturais por todo lado (ecocídio).

Haesbaert (2014), ao considerar as diferentes e desiguais formas de apropriação do espaço por diferentes grupos sociais, nos chama a atenção de que

³⁴ Segundo Porto-Gonçalves (2006, p. 25) “Estamos, sim, diante de um sistema-mundo moderno colonial, que é um mundo cada vez mais interdependente – sistema -mundo, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – moderno-colonial”.

estariamos diante do que ele denominou de “dois grandes paradigmas de abordagens nas questões territoriais”: o hegemônico e o contra-hegemônico. Em cada um destes paradigmas, o espaço seria “usado” de maneira distinta.

O “paradigma territorial hegemônico” compreenderia o espaço como mera extensão ou superfície a ser transposta e substrato a ser explorado, a terra-território como instrumento de dominação, recurso basicamente funcional, dentro de uma economia ainda fundamentada no modelo extrativo-agro-exportador (HAESBAERT, 2014, p.53).

Por sua vez, o “paradigma territorial contra-hegemônico”, ao contrário dessa visão mais absoluta, homogeneizante e universal do espaço, o vê antes de tudo como um espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade-“terra” (ou natureza, se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo “bem viver” (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação (HAESBAERT, 2014, p. 54).

Portanto, considerando-se que o espaço produzido pode contribuir mais para “ocultar” do que “revelar” certas práticas sociais excludentes, é importante reafirmar que estas práticas estão intimamente relacionadas com as diferentes concepções/abordagens sobre o espaço.

Como fora destacado anteriormente, as mudanças de ordem técnica tornam a análise espacial cada vez mais complexa. No entanto, uma análise crítica da produção do espaço pode nos proporcionar novas interpretações acerca da produção alienadora das cidades, e, assim motivar lutas comprometidas com o verdadeiro direito à cidade. Neste sentido, Massey (2000, p. 117), em seu artigo *O sentido global do lugar*, questiona um quadro teórico que defende quase que acriticamente a noção de compreensão espaço-temporal sem levar em consideração a complexidade espacial do mundo contemporâneo”. Segundo essa geógrafa inglesa:

(...) muito do que se escreve sobre o espaço, o lugar e os tempos-modernos enfatiza uma nova fase do que Marx uma vez denominou “ a aniquilação do

espaço pelo tempo”. Discute-se – ou, mais usualmente, afirma-se – que esse processo atingiu um novo impulso, alcançou um novo estágio. Trata-se de um fenômeno que foi chamado de “compressão de tempo-espaço”. E a aceitação geral de que algo desse tipo está acontecendo é marcada pelo uso quase obrigatório, na literatura, de termos e expressões tais como “aceleração”, “aldeia global”, “superação de barreiras espaciais”, “ruptura dos horizontes”, e assim por diante.

Concordamos com Massey quando nos propõe relativizar o fenômeno da “compressão tempo-espaço” para pensar o espaço no mundo contemporâneo. Acreditamos também que esse fenômeno, ao não ser analisado criticamente e desconsiderando as diferentes espacialidades do planeta, contribuiria para ocultar o que ela denominou de “geometrias do poder”. Ainda de acordo com Massey (2000, p. 179):

Agora quero discutir uma coisa, o que se poderia chamar de geometrias do poder de tudo isso: a geometria do poder da compressão de tempo-espaço, pois diferentes grupos sociais e diferentes indivíduos posicionam-se de formas muito distintas em relação a esses fluxos e interconexões. Não me refiro simplesmente à questão de quem se movimenta e e quem não o faz, embora essa questão seja um elemento importante; trata-se também do poder em relação aos fluxos e aos movimento. Diferentes grupos sociais têm relacionamentos distintos com essa mobilidade diferenciada: algumas pessoas responsabilizam-se mais por ela do que outras; algumas dão início aos fluxos e movimentos, outras não; algumas ficam mais em sua extremidade receptora do que outras; algumas são efetivamente aprisionadas por ela.

A noção de “geometrias do poder” da compreensão de tempo-espaço apresentada por Massey pode nos abrir novos horizontes para analisar o espaço em sua complexidade. Poderíamos destacar que estas “geometrias do poder” seriam o resultado de práticas humanas que são engendradas por agentes que atuam de maneiras diferentes e desiguais nesse nosso sistema-mundo moderno colonial em que alguns vivem sobre a égide do tempo rápido enquanto outros sobre o acontecer do tempo lento.

Poderíamos afirmar que o conceito de geometrias do poder, apresentado por Massey nos forneceria uma interpretação teórica que vai ao encontro da: **i)** relação assimétrica entre os sistemas de objetos e sistemas de ações que foi desenvolvida por Milton Santos; **ii)** da relação entre o paradigma hegemônico e contra-hegemônico desenvolvido por Haesbaert, e **iii)** da noção de sistema-mundo moderno-colonial desenvolvida por Carlos Walter.

Nesse sentido, ainda de acordo com Massey (2000 p. 179-180), ao nos apropriarmos do conceito de geometrias do poder, colocamos em relevo as desigualdades socioespaciais presentes no mundo contemporâneo, com destaque para a dimensão assimétrica da “compressão espaço-tempo” presente no cotidiano das diferentes classes sociais. Acreditamos que considerar esta assimetria espaço-temporal seja um caminho teórico para pensarmos alguns porquês de ainda estarmos “às margens do direito à cidade.

De acordo com Haesbaert (2014, p. 38), “essa leitura relacional de espaço, que privilegia sua dimensão mutável, sua fluidez e sua dinâmica, ficou muito explícita nas reflexões de Massey quando ela define espaço como ‘o produto de inter-relações’, ‘a esfera da coexistência da multiplicidade’ e ‘sempre em construção’”.

Para Massey *apud* Haesbaert (idem), deveríamos pensar o espaço em movimento e “conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e sempre em devir, é um pré-requisito para que a história (o tempo) seja aberta e, assim, um pré-requisito para a possibilidade da política”.

Ainda de acordo com essa geógrafa inglesa, “é na justaposição do circunstancial, no imprevisível despedaçar, na irrupção interna, na impossibilidade de fechamento, no encontrar, precisamente naquela possibilidade de ser surpreendido (...) que o espaço deve ser encontrado.” (MASSEY, 2013, p.172). Segundo a mesma autora:

“Não apenas a história, mas também o espaço é aberto. Nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas. (MASSEY, 2013, p. 32)

Pensar o espaço a partir de uma perspectiva relacional, como nos propõe Doreen Massey (2013), pressupõe analisá-lo a partir dos múltiplos e inter-relacionados movimentos dos sujeitos, levando-se em consideração o devir e buscando sempre uma imaginação espacial aberta que perpassaria as ciências, as artes e a filosofia. Neste sentido, diversas correntes filosóficas e movimentos artísticos foram e ainda são vanguarda em relação a esta forma de pensar o

espaço. A seguir, destacamos a “*optical art*” ou “*Op art*” (arte ótica), conforme procuramos ilustrar através de obra da artista inglesa Bridget Riley.

Uma metáfora para uma imaginação espacial aberta em movimento?

Figura 1: Representação de *optical art*

A optical art ou “Op art” (arte ótica) simboliza um mundo mutável e instável, que não se mantém nunca o mesmo.



Blaze 1, Emulsion on Hardboard,
Obra criada em 1962, pela pintora inglesa Bridget Riley

Considerando-se a concepção de espaço desenvolvida por Massey (2013), podemos afirmar que as diferentes e contraditórias lutas pelo direito à cidade não deveriam ser compreendidas como uma espécie de “devaneio”. Chamamos a atenção para esse fato, visto que, em nossa materialidade histórica, estamos presenciando tempos difíceis até mesmo para a reafirmação da democracia representativa. Como então não desistir de lutar por outro projeto de “sociedade” que tenha como objetivo a “verdadeira democracia”?

No entanto, se entendermos por devaneio “*o estado da pessoa que divaga ou se deixa levar pela imaginação, pelas lembranças ou pelos sonhos*”³⁵, talvez estejamos no caminho em direção à utopia concreta. De acordo com Lefebvre (2008, p. 98):

A utopia concreta fundamenta-se no movimento de uma realidade cujas possibilidades ela descobre. Dialeticamente, o possível é uma categoria da realidade, desde que sejam consideradas as *tendências* do real, ao invés de mantê-lo no mesmo lugar.

Não devemos desistir de acreditar na utopia concreta, mesmo diante do cenário de crise em que se encontra a democracia representativa no Brasil atual. Não devemos desistir de pensar estratégias com vistas à radicalização da democracia ou a busca da verdadeira democracia. Para Mészáros (2015, p. 21-22):

(...) A verdadeira questão não é a “democracia direta” ou a “democracia representativa”, mas a eficaz e autorrealizável regulação de seu modo de existência pelos indivíduos sob as condições de *democracia substantiva*, contraste com o vazio legislativo político da “democracia representativa” facilmente corruptível.

Em nosso país, nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), percebe-se o alinhamento cada vez mais estreito com interesses da racionalidade neoliberal como única saída para o enfrentamento da “crise” econômica que se apresenta em nossa “realidade”. Diante deste cenário, pensar um movimento em direção à utopia concreta torna-se cada vez mais necessário e urgente para dar protagonismo à outras racionalidades. Visto que, cinquenta anos após a publicação da primeira edição de “O direito à Cidade”, o cenário político-

³⁵ Esta é uma das definições de “devaneio”, que pode ser encontrada no dicionário on-line da Língua Portuguesa disponível em <https://www.dicio.com.br/devaneio/>

institucional do Brasil não é dos mais otimistas em relação a garantia dos direitos fundamentais por parte do Estado.

Na esfera do poder executivo federal, o governo que chegou ao poder em 1º de janeiro de 2019, tem conduzido suas práticas em direção a reformulação ou mesmo a extinção de programas sociais que foram símbolos de outros governos. Percebe-se assim o alargamento de um projeto político que produz a gradativa corrosão e desmoronamento dos serviços públicos em detrimento de serviços privados. Tal fato estimularia o ciclo da “economia do endividamento” e acabaria por fortalecer o “paradigma territorial hegemônico”.

No que diz respeito ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, a situação crítica vem se arrastando durante meses, também sendo visível o gradativo desmonte dos serviços públicos de saúde, educação e segurança. Também em alguns municípios localizados nesta unidade federativa brasileira, os prefeitos alegam (embora não provem) condições financeiras insuficientes para arcar com a folha de pagamentos dos servidores, sendo assim, muitos funcionários públicos encontram-se uma situação lastimável: sem receber seus salários em dia há meses.

A “crise” econômica que parece assolar os três níveis de governo (federal, estadual e municipal) tem sido fortemente utilizada como uma justificativa para a aprovação da reforma da “Previdência Social”, assim como aconteceu em relação à Reforma Trabalhista aprovada em 2017. Os discursos de parcela considerável dos representantes do Estado, do capital e da mídia de massas parecem fazer coro em uníssono no sentido de reforçar o cenário de “crise”. É um discurso perigoso que atinge corações e mentes de maneiras diversas e podem provocar movimentos tanto em direção ao avanço da extrema direita quanto à radicalização de certos grupos mais identificados com a “esquerda”.

O cenário de “crise” que vivenciamos atualmente não atinge a todos da mesma forma. Precisamos compreender esse movimento como representação de

um momento de reestruturação do capital, que envolve ações conjuntas entre múltiplos atores³⁶. De acordo com Mattos (2017, p. 357):

É esse movimento de ajuste normativo que o atual governo vem orquestrando com a justificativa da necessidade de ajuste fiscal e controle de gasto futuros, como a revisão das leis trabalhistas através da liberalização da terceirização e da jornada temporária do trabalho, e a proposta de revisão do tempo de serviço e limite mínimo de idade para a aposentadoria, a denominada reforma da “Previdência Social”, que afetam diretamente a reprodução da força de trabalho. Ao mesmo tempo, desde janeiro de 2015, quando deflagrado o movimento de “impeachment” da presidente eleita em 2014, o país tem enfrentado grave recessão econômica que já provocou de acordo com o IBGE, mais de 13, 5 milhões de desempregados.

Descortina-se assim, em nosso país, um cenário político de alinhamento cada vez mais estreito com a chamada “racionalidade neoliberal”, que, de acordo com Dardot e Laval (2016), constituiria uma espécie de “nova razão do mundo”.

A saúde, a educação, a segurança, entre outras necessidades fundamentais para a reprodução da vida em nossa sociedade, cada vez mais são transformadas em mercadorias que podem ser adquiridas mediante o pagamento de uma quantia de dinheiro³⁷.

Com o avanço do neoliberalismo, governos, empresas e pessoas comuns acabam por desenvolver uma forma de agir que privilegia a competição ao invés da cooperação em múltiplas escalas (da continental à corporal) e dimensões (econômica, social, política, entre outras). Neste sentido, o neoliberalismo não

³⁶ Segundo Dardot & Laval (2016, p. 28) “Tornou-se comum relacionar a crise ao “novo regime de acumulação financeira”, caracterizado por uma instabilidade crônica que assiste à formação sucessivas de “bolhas especulativas” e a seu estouro, mas é raro que se diga que a financeirização do capitalismo em escala mundial é apenas um dos aspectos de um conjunto de normas que envolveram progressivamente todos os aspectos da atividade econômica, da vida social e da política dos Estados desde o fim dos anos 1970. A autonomia e o inchaço da esfera financeira não são as causas primeiras e espontâneas de um novo modo de acumulação capitalista. A hipertrofia financeira é antes o efeito historicamente identificável de políticas que estimularam a concorrência entre os atores nacionais e mundiais das finanças. Acreditar que mercados financeiros escaparam um belo dia da influência política é puro e simples conto da carochinha. Foram os Estados e organizações econômicas mundiais, em estreita convivência com os atores privados, que criaram as regras favoráveis a esse rápido crescimento das finanças de mercado.

³⁷ De acordo com Harvey (2016, p. 36) “o dinheiro esconde a imaterialidade do trabalho social (valor) por trás de sua forma material. É muito fácil confundir a representação com a realidade que tenta representar e, na medida em que a representação é mentirosa (como sempre é, em certo sentido), acabamos acreditando em algo que é falso e atuando sobre ele. Da mesma maneira que não podemos ver o trabalho social em uma mercadoria, o dinheiro que a representa nos torna particularmente cegos para a natureza do trabalho social”.

deve mais ser interpretado como uma simples ideologia ou política econômica, ele deve ser pensado e analisado como expressão de uma racionalidade.

Mas o que é “racionalidade”?

Essa pergunta não é tão simples de responder, principalmente se levarmos em conta o extenso trabalho desenvolvido pelo pesquisador alemão Silvio Vietta em sua obra *Racionalidade: uma história universal*. No entanto, acreditamos ser pertinente partimos de uma ampla definição oferecida por este autor para somente então analisarmos a especificidade da racionalidade neoliberal. Segundo Vietta (2015, p. 16):

Racionalidade é um tipo específico de pensamento humano na forma de uma relação “fim-meio” de cunho lógico-causal que leva ao objetivo do modo mais linear possível, relação na qual um objetivo é processado em termos cognitivos e/ou práticos como meios da calculação, visando torna-lo útil. Diferentemente da percepção estética primária, que capta a impressão das qualidades emocionais-sensíveis que o seu objeto causa sobre ela, a racionalidade abstrai disso e enfoca as quantidades calculáveis do objeto. Estas são medidas escalonáveis na ciência, valores econômicos taxáveis na racionalidade econômica, meios calculáveis para a manipulação eficiente de objetos nas técnicas ligadas à aplicação prática. Em termos de história da cultura, a “racionalidade ocidental” (Max Weber) é fundada como potência determinante da cultura nos séculos VIII- V a.C. Isso acontece mediante a dissociação da aisthesis. Nessa forma, ou seja, numa forma abstrata de pensar, a racionalidade funda as ciências quantitativas, submete o espaço a uma geometrização, matematiza o tempo, seculariza a religião, inventa a economia monetária, assim como a autodeterminação político-democrática do ser humano, e associa tudo isso a um ímpeto expansionista de cunho geopolítico.

Considerando-se a importância da compreender a “racionalidade” para pensar o espaço, em *Os espaços da racionalidade*, título do décimo terceiro capítulo de sua obra *A natureza do espaço*, Milton Santos dedica-se a analisar as relações entre espaço e racionalidade. De acordo Habermas (*apud* SANTOS, 1996, p. 289):

Max Weber introduziu o conceito de ‘racionalidade’ para caracterizar a forma capitalista da atividade econômica, a forma burguesa das trocas ao nível do direito privado e a forma burocrática da dominação. A racionalização designa, em primeiro lugar, a extensão dos domínios da sociedade que se acham submetidos aos critérios de decisão racional. Paralelamente assistimos a uma industrialização do trabalho social, o que faz com que os critérios da atividade instrumental penetrem também nos domínios da existência (urbanização do modo de vida, tecnicização das trocas e das comunicações). Nesses dois casos, o que se vai impondo é um tipo de atividade racional com respeito a um fim (Zweck-rational):

em um, refere-se a organização de certos meios, em outro, trata-se da escolha entre os termos de uma alternativa.

Ainda de acordo com Santos (1996), “(...) J. Habermas considera que a racionalização designa em primeiro lugar a extensão dos domínios da sociedade submetidos aos critérios da decisão racional”.

Para os pesquisadores Pierre Dardot e Christian Laval (2016), nossa sociedade estaria submetida aos domínios de uma forma específica de racionalidade que parece imperar sobre nossa vida individual e coletiva. De acordo com esses autores:

Um novo discurso de valorização do “risco” inerente à vida individual e coletiva tenderá a fazer pensar que dispositivos do Estado social são profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal. Se o indivíduo é o único responsável pelo seu destino, a sociedade não lhe deve nada; em compensação, ele deve mostrar constantemente seu valor para merecer as condições de sua existência. A vida é uma perpétua gestão de riscos que exige rigorosa abstenção de práticas perigosas, autocontrole permanente e regulação dos próprios comportamentos, misturando ascetismo e flexibilidade. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 213)

A expansão de práticas de controle coletivo e individual constituem a base do conceito de “*governamentalidade*”. Ainda de acordo com Dardot e Laval (2016, p.19):

Ao contrário de uma leitura do mundo social que o divide em campos autônomos, o fragmenta em microcosmos e tribos separadas, a análise em termos de governamentalidade destaca o caráter transversal dos modos de poder exercidos no interior de uma sociedade numa mesma época.

A governamentalidade pode ser entendida como as “*múltiplas formas dessa atividade pela qual homens, que podem ou não pertencer a um governo, buscam conduzir a conduta de outros homens, isto é, governa-los*” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.18). Ainda de acordo com esses autores, “é certo que o governo, longe de remeter à disciplina para alcançar o mais íntimo do indivíduo, visa na verdade a obter um autogoverno do indivíduo (...)”.

Consideramos que a governamentalidade tem alicerçado a racionalidade neoliberal e com isso apresentam-se novos desafios para (re)produção da vida nas cidades, nos deixando “*às margens do direito à cidade*”.

De acordo com o Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa³⁸, a palavra “margem” pode ser interpretada como:

1 - espaço em branco que rodeia a mancha escrita de uma página. 2 - limite exterior de uma coisa; borda; periferia. 3- terreno que ladeia um rio ou corrente de água; beira; riba. 4- cada uma das faixas em que se divide um terreno lavrado, por meio de regos paralelos. 5- *figurado*: grau de diferença aceitável em relação a um valor de referência. 6- *figurado*: ensejo, ocasião, pretexto. **7- *figurado*: limite, fronteira.** (grifo nosso)

Quando afirmamos que mediante o avanço da racionalidade neoliberal nos encontramos “às margens do direito à cidade”, estamos compreendo a palavra “margem” a partir do seu sentido figurado que pode representar tanto “limite” quanto “fronteira”. No entanto, esses dois conceitos devem ser interpretados de maneira crítica, principalmente para aqueles que buscam compreender a realidade a partir do instrumental teórico-conceitual da Geografia. De acordo com Hissa (2002, p. 34):

Fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto, aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre fronteiras e limites. Focaliza-se o limite: ele parece constituir de um alinhamento abstrato, fina o suficiente para ser incorporada pela fronteira. A fronteira, por sua vez, parece ser feita de um espaço abstrato, areal, por onde passa o limite. O marco de fronteira, reivindicando o caráter de símbolo visual do limite, define por onde passa a linha imaginária que divide territórios. Fronteiras e limites ainda parecem dar-se de costas. A fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece a coesão do território. O limite, visto do território, *está voltado para dentro*, enquanto a fronteira, imaginada do mesmo lugar, *está voltada para fora* como se pretendesse a expansão daquilo que lhe deu origem. O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta reflexão sobre o contato e a integração. Entretanto, a linha que separa os conceitos é vaga e abstrato.

Considerando-se vaga e abstrata a linha que separa os conceitos de “fronteira” e “limite”, optamos neste trabalho por utilizar o termo “margem” como uma opção para representar dialeticamente estes conceitos.

Acreditamos que os conceitos de “fronteira” e “limite”, pensados dialeticamente através do termo “margem”, podem contribuir consideravelmente em nossa análise sobre o estamos chamando de contraditório processo

³⁸ Margem in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto Editora, 2003-2019. Acesso em 01-08-2019. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/margem>.

banalização-potencialização do conceito lefebvriano de direito à cidade. Neste sentido, enquanto o “*movimento de banalização do direito à cidade*” estaria mais próximo do conceito de “limite”, o “*movimento de potencialização do direito à cidade*” estaria mais próximo do conceito de “fronteira”.

Um exemplo de uso banalizado do termo “direito à cidade” parece ser identificado por Harvey (2014, p. 62), quando este geógrafo nos afirma que “*o direito à cidade vem caindo nas mãos de interesses privados ou quase privados*”. Esse autor apresenta, em tom de crítica, casos específicos de como alguns bilionários e algumas universidades privadas estão sendo os responsáveis diretos pelas transformações no espaço urbano³⁹. Ainda de acordo com o geógrafo inglês:

O direito à cidade como hoje existe, como se constitui atualmente, encontra-se muito mais estreitamente confinado, na maior parte dos casos, nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos. (HARVEY, 2014, p. 63)

Acreditamos que Harvey está chamando a atenção para a hegemonia da representatividade política de uma classe dentro uma democracia burguesa e sua relação direta com a materialidade no espaço urbano das cidades, o qual vem sendo “moldado” às custas do aumento exponencial da desigualdade social. Neste sentido, devemos ficar atentos para a supremacia do valor de troca do solo urbano em detrimento do seu valor de uso.

Dentro da racionalidade neoliberal presenciamos novos rearranjos entre os capitais fundiários, imobiliário e financeiro, sendo que este último acaba por exercer uma hegemonia sobre os outros, consolidando-se assim o processo de produção de espaços financeirizados. Consoante Alvarez (2017, p. 242):

No momento atual, no qual a mundialização do capital se efetiva, sobretudo pela expansão do crédito, pela expansão e grande fluidez de títulos de diferentes tipos, de moedas e do mercado de ações, a crise se aprofunda, pois o que está em xeque

³⁹ Segundo Harvey (2014, p. 62-63), “Em Settle, um bilionário como Paul Allen é quem dá as cartas, e, na Cidade do México, o homem mais rico do mundo, Carlos Slim, fez a pavimentação das ruas do centro de modo a torná-las mais atraentes aos olhos dos turistas. E não são apenas os ricos que exercem o poder direto. Na cidade de New Haven, sem recursos para seus próprios investimentos urbanos, é a Universidade Yale, uma das mais ricas do mundo, que está redesenhando grande parte do tecido urbano para adequá-lo a suas necessidades. A Johns Hopkins está fazendo o mesmo para o leste de Baltimore, e a Universidade de Colúmbia planja fazer o mesmo em áreas de Nova York (...)”.

é a capacidade de valorização do capital, as taxas crescentes. A hegemonia do financeiro sobre o produtivo é a face deste processo. Do ponto de vista das estratégias para a reprodução do capital, o período se caracteriza, de modo geral, pelo esforço do capital em preservar as taxas de valorização, reestruturando as unidades produtivas, reorganizando as relações de trabalho no sentido de sua precarização máxima e buscando a abertura de novas fronteiras de expansão através de privatizações, expropriações e desregulamentações, de forma a obter maior flexibilidade, liquidez e rentabilidade a partir da diversificação setorial e espacial dos negócios.

Uma manifestação do processo de produção de espaços financeirizados encontra-se na região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Nesta região “revitalizada” se descortinariam práticas econômicas, sociais e políticas que encontram legitimidade em “novos” instrumentos jurídicos-urbanísticos como, por exemplo, a Lei Complementar (LC) nº 101, de 23 de novembro de 2009, que modificou o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, e instituiu a Operação Urbana Consorciada⁴⁰ da Região do Porto do Rio de Janeiro (OUCPR), conhecida também como “Porto Maravilha”.

Representantes do poder público municipal, atuando em parceria com a iniciativa privada através das parcerias público-privadas, utilizaram-se de diferentes espaços midiáticos para afirmar que as mudanças na região portuária carioca trariam excelentes oportunidades de investimentos e melhoria na qualidade de vida da população. Destacaríamos a criação de uma página virtual dedicada exclusivamente para o Projeto Porto Maravilha, que claramente possui intenção de ampliar a visibilidade aos projetos executados ou ainda em execução.

De acordo com a publicação do fascículo *Cartografia Social Urbana: as transformações e resistências na Região Portuária do Rio de Janeiro* (2014, p. 09):

Os projetos de “melhorias” propostos pelos governantes – e dos quais os moradores do local nunca participaram efetivamente de sua construção – sugere que há uma necessidade dos poderes públicos e privados em estabelecer o reordenamento desses lugares. É como se ali não houvesse vida nem ordem.

⁴⁰ O Estatuto da Cidade (Seção X, Art.32, § 1º) define uma Operação Urbana Consorciada como “o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”.

Nesse sentido, a análise do discurso oficial promovido pelos representantes do poder público estatal nos revela que o termo “revitalização”, para além de seu significado técnico, também incorporaria uma concepção conservadora e hegemônica de cidade. De acordo com Souza (2015, p. 256):

A linguagem amplamente difundida do planejamento urbano conservador fala de “revitalização” referindo-se a processos durante os quais áreas supostamente “degradadas” (como instalações portuárias decadentes e as áreas residenciais circunvizinhas) e/ou bairros pobres em geral são submetidos a uma “gentrificação” e tornados úteis para os propósitos capitalistas, como se antes esses espaços estivessem “sem vida”, o que, especialmente no caso de áreas residenciais populares, chega a ser uma afronta. Em flagrante contraste com esse vocabulário, uma “revitalização de baixo para cima” equivale a uma situação na qual alguns agentes (sem teto, ou, para usar o termo internacionalmente utilizado, *squatters*) assumem o controle de espaços “abandonados” com a finalidade de lhes dar alguma função social legítima.

Embora no discurso e nos documentos oficiais possamos identificar uma certa preocupação com os moradores que sofrem com a “revitalização de cima para baixo”, na prática, não há uma política de reconhecimento, de fato, da complexidade da “vida social” anterior ao projeto de revitalização promovido pelo Estado em articulação com diferentes matizes do capital. Dentre outras práticas, podemos destacar a prática de remoção de centenas de famílias de áreas que serão “revitalizadas”. Ainda de acordo com o mesmo fascículo (2014, p. 20):

A área central da região portuária é predominantemente residencial e voltada para as moradias populares. Estima-se que até o momento o Projeto Porto Maravilha e o Programa Morar Carioca removeram cerca de 605 famílias, entre as que viviam no Morro da Providência e nas ocupações do entorno.

Para atender os interesses de diferentes matizes do capital, constata-se assim o avanço das desapropriações e remoções como um grave problema social decorrente dos “ajustes espaciais”, cada vez mais necessários sob a racionalidade neoliberal, para que a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro torne-se atraente economicamente para a reprodução ampliada do capital.

Legitima-se um discurso de que o carioca voltou a ter “direito” àquela parte da cidade até então “esquecida pelo poder público”. Mas quais os custos sociais dessa “reapropriação”? Na prática, o “direito” a essa parte da cidade não é para todos. Afinal, quem agora ali poderá morar ou mesmo alugar algum espaço para poder trabalhar tendo em vista o processo de gentrificação da região?

O processo de gentrificação pode ser caracterizado como um instrumento ideológico poderoso, pois traz consigo a ideia de retomada de “desenvolvimento” econômico e espacial. Por isso, esse processo muitas vezes é abordado como responsável por instituir uma espécie de “nova fronteira urbana”. No caso brasileiro, a gentrificação tem sido uma consequência constante nos processos de “revitalização de cima para baixo” que podem ser percebido em áreas centrais de algumas cidades. Poderíamos citar os casos de Salvador, Recife e Parati, cidades nas quais a revitalização de seus núcleos históricos levou a “expulsão” dos moradores de baixo poder aquisitivo que viviam, sob a ótica do Estado e do capital, de forma precarizada nestas áreas centrais.

Podemos também citar como exemplo a incerta permanência de algumas pessoas ou grupos sociais na “nova” região portuária carioca, principalmente para aqueles mais empobrecidos, o que nos chama atenção para a necessidade do debate sobre o contraditório movimento de potencialização do direito à cidade. Nesse sentido, é importante lembrar as considerações de Lefebvre ([1973] 2008b, p. 34):

O direito à cidade, tomado em toda a sua amplitude, aparece hoje como utopiano (para não dizer pejorativamente: utopista). E entretanto, não se deve incluí-lo nos imperativos, como se diz, dos planos, projetos, programas? Os custos podem parecer exorbitantes, sobretudo se contabilizados nos marcos administrativos e burocráticos atuais, colocando-os, por exemplo, nas contas “das comunidades locais”. É óbvio que só um grande crescimento da riqueza social, ao mesmo tempo que profundas modificações nas próprias relações sociais (no modo de produção) pode permitir a entrada, na prática, do direito à cidade e de alguns outros direitos do cidadão e do homem. Um tal desenvolvimento supõe uma orientação do crescimento econômico, que não mais conteria em si sua “finalidade”, nem visaria mais a acumulação (exponencial) por si mesma, mas serviria a “fins” superiores.

Um desenvolvimento que serviria a “fins” superiores poderia ser interpretado como aquele que deixaria em segundo plano os interesses da reprodução ampliada do capital e colocaria os interesses sociais dos cidadãos em primeiro lugar, priorizando habitação, saúde, segurança, lazer como direitos coletivos e não pautados pela lógica privatista do capital. Como muito bem nos alertou Lefebvre ([1973] 2008b, p. 57) pode-se dizer que “as contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela nas matemáticas. Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo

capitalista”. Porém, “o *princípio do comum*” que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 9).

Percebemos que tal princípio estaria intimamente relacionado às lutas pelo direito à cidade quando movimentos sociais reivindicam moradia, saneamento, mobilidade, educação, cultura e participação democrática nas decisões que afetarão o modo de viver na cidade. Segundo Santos Júnior (2015, p. 202-203):

Nesta perspectiva, o direito à cidade como uma exigência (o direito à cidade como um grito) poderia ser traduzido na diversidade de agendas e movimentos sociais urbanos que emergem em distintos países, em especial na América Latina: os movimentos dos sem-teto, pela reforma urbana, pelo saneamento ambiental, pela cidade justa, justiça ambiental, passe livre nos transportes coletivos, contra as remoções, pelo direito dos imigrantes, os movimentos culturais, entre outros. Essa heterogeneidade é perceptível também nas lutas institucionais em torno de mudanças na legislação urbana, envolvendo a criação de zonas de especial interesse social, programas de habitação de interesse social, programas de regularização fundiária de favelas e bairros populares, além da ampliação dos espaços de participação política, tais como o Orçamento Participativo e os conselhos municipais com a participação da sociedade. **Todas essas lutas poderiam ser consideradas parte do direito à cidade na medida em que incidem sobre a desmercantilização e ampliação do acesso ao solo urbano, à habitação e aos serviços públicos. Em suma, esse conjunto de mobilizações repercute sobre aspectos fundamentais da reprodução social na cidade. No entanto, é preciso considerar que essas lutas dizem respeito apenas a esta dimensão do direito à cidade. De fato, em toda a sua plenitude, o direito à cidade não pode ser realizado no âmbito da urbanização capitalista.** (grifo nosso).

As considerações de Santos Júnior apresentadas acima corroboram com a nossa hipótese acerca da existência de um contraditório processo banalização-potencialização do direito à cidade. Segundo esse autor, no âmbito da urbanização capitalista, o máximo que poderíamos conseguir estaria relacionado a uma “cultura de direitos”, na qual muitas vezes seja necessário apelar para ações judiciais para que tenhamos assegurada a nossa reprodução social na cidade.

Transformações espaciais são promovidas por diferentes e desiguais práticas humanas que possuem múltiplas intencionalidades: econômicas, políticas, técnicas etc. e teriam como fundamento uma espécie de “ajuste espacial” constante para a reprodução ampliada do capital. Sendo assim, no capítulo a

seguir, desenvolveremos melhor uma análise do direito à cidade compreendendo-o como um conceito radical na obra de Henri Lefebvre.

Capítulo 3. Sobre o “direito à cidade” em Henri Lefebvre: um conceito radical em busca da abertura do pensamento e da ação

Os conceitos, outrora situados nos *espaços abstratos*, porque *mentais*, se situam agora nos *espaços sociais* e relacionados às *estratégias* que se desenvolvem e se confrontam planetariamente. O mental não pode se separar do social, e só o foi nas representações (ideológicas). Na filosofia clássica, o “sujeito” e o “objeto” permaneciam fora um do outro, um diante do outro. Eles se juntavam nos abismos do Absoluto, da Identidade original ou terminal. Hoje, o mental e o social se reencontram na prática: no espaço concebido e vivido.

Henri Lefebvre ([1973] 2008b, p. 35)

A abstração teórica já está no concreto. É preciso aí revelá-la. No seio do espaço percebido e concebido já se encontra o espaço teórico e a teoria do espaço.

Henri Lefebvre ([1973] 2008b, p. 38)

O que caracterizaria um conceito? Qual a relação entre a produção de conceitos e a pretensa neutralidade da “verdade” científica? O que nos leva a acreditar que o “direito à cidade” seria um conceito “radical”?

Consideramos que começar este capítulo buscando respostas para estas perguntas constitui um movimento importante basicamente por dois motivos: o primeiro é considerar que os conceitos não podem e não devem ser “naturalizados”, ou seja, entendidos como “algo já dado” e/ou “imutável”. Na formulação ou apreensão dos conceitos, não devemos negligenciar o “devir” como um elemento importante que conteria em si a dimensão do “movimento”, característica fundante de um pensamento dialético. Os conceitos deveriam ser interpretados, antes tudo, como criações humanas originadas em diferentes tempos e espaços. Neste sentido, colocar em relevo as dimensões geográfica e histórica contidas no processo de produção de conceitos contribui consideravelmente para uma análise de conjuntura.

Ainda sobre a importância da dimensão histórico-geográfica no processo de produção de conceitos, podemos observar como os acontecimentos políticos

em Paris, diferentes momentos históricos, influenciou a obra de Henri Lefebvre. De acordo com Tonucci Filho (2015, p. 218):

É a partir de Paris que Lefebvre vai tecer suas reflexões. O risco da democracia urbana, que se torna evidente nas jornadas de 1848, e vai se confirmar na Comuna de 1871, assusta a burguesia ascendente. Qual a resposta, a estratégia política colocada em curso pelo poder? Expulsar os trabalhadores do centro da cidade, remodelando-a à imagem e semelhança da nova classe dominante. É este o sentido principal das reformas urbanas empreendidas pelo Barão de Haussmann em Paris, entre 1853 e 1870, que dilaceraram o coração tortuoso e vivo da cidade medieval, abrindo-a em vastos bulevares a serem povoadas por edificações padronizadas.

De acordo com a análise do geógrafo Rogério Haesbaert (2014, p. 27), “cada conceito parte de uma questão particular e, ao problematizar o real, de certa forma desestabiliza conhecimentos herdados, diante da permanente transformação em que estamos mergulhados”. Neste sentido, acreditamos⁴¹ que Henri Lefebvre, ao desenvolver o conceito de “direito à cidade”, nos coloca diante de questões urgentes⁴² para (re)pensarmos a problemática do espaço contemporâneo com vistas a resgatar a dignidade humana que fora perdida diante do funcionamento do capital. No entanto, ele faz isso utilizando-se de uma estrutura narrativa, digamos, bastante “peculiar”. Segundo Lencioni (2017, p. 11):

“Embora advogue uma utopia e indique caminhos para resgatar a dignidade do homem, Lefebvre é bastante amargo, duro e radical quando busca desvendar a sociedade e, ao que nos interessa mais de perto, a problemática do espaço

⁴¹ Quando optamos por dizer que “acreditamos que Henri Lefebvre...” estamos buscando demonstrar um cuidado em relação a certas afirmações. De fato, talvez nunca alcançaremos a totalidade de perspectivas contidas no pensamento Lefebvriano. Neste sentido, é importante destacar uma observação feita por Lencioni (2017, p. 11) em relação àquilo que constituiria a “nossa perspectiva” e a “perspectiva lefebvriana”. Segundo esta autora (idem) “*Sonhar...fazer do impossível o mundo possível. Essa é a perspectiva de Lefebvre, que segue as trilhas de Marx, um pensador do possível. Não seria inteiramente correto dizer que essa é a perspectiva lefebvriana, talvez porque seja a nossa, a de seus leitores. A dele é uma perspectiva marxista. Expressamos essa ideia inspirados em Lacan, por ocasião de uma palestra que ele fez em Nova York para um grande público ávido em ouvir suas ideias. Ele disse que seus ouvintes poderiam ser lacanianos, mas ele queria dizer que ele não o era; ele era mesmo freudiano. Nesse sentido, talvez seja mais correto dizer que Lefebvre apresenta uma perspectiva marxiana e seus leitores e seguidores, esses sim, uma perspectiva lefebvriana, que, evidentemente, contém uma concepção marxiana*”.

⁴² No livro “O direito à Cidade” (Lefebvre [1968] 2008a), podemos identificar que todos os temas são pertinentes para repensar a problemática do espaço contemporâneo a partir de uma perspectiva da totalidade. Basta dizer que o **sumário** da presente obra encontra-se estruturado com os seguintes temas: apresentação, advertência, industrialização e urbanização – noções preliminares, a filosofia e a cidade, as ciências parcelares e a realidade urbana, a filosofia da cidade e ideologia urbanística, especificidade da cidade – a cidade e a obra, continuidades e descontinuidades, níveis de realidade e análise, cidade e campo, ao redor do ponto crítico, sobre a forma urbana, a análise espectral, o direito à cidade, perspectiva ou prospectiva?, a realização da filosofia, teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo.

contemporâneo. Analisa a urbanização do espaço e da sociedade mostrando indignação e revelando a perversidade da forma de viver em que estamos mergulhados. É de se perguntar: por que chegamos e como chegamos a essa dura realidade? Como podemos desvencilhar dos grilhões que nos aprisionam? (grifo nosso)

É interessante essa observação de Lencioni, visto que, muitas vezes, identificamos uma “concepção romantizada” que alguns têm acerca das narrativas que se abrem para pensar a temática da utopia. Consideramos que utopia como um horizonte importante no caminho em direção à construção de práticas socioespaciais da resistência. Nesse sentido, a utopia pode vir a ser uma espécie de antídoto para uma certa sensação de impotência que pode surgir mediante os labirintos do capital no qual nos encontramos. A utopia (concreta) também pode nos ajudar a caminhar nos corredores tortuosos e instáveis destes labirintos que tentam paralisar nossos pensamentos e ações de esperança e solidariedade diante de um “outro” que parece cada vez mais distante de nós.

O segundo motivo, que nos levou a começar este capítulo em busca de respostas, consiste em desmistificar uma certa concepção “equivocada” do que representaria um conceito. Portanto, buscar-se-á colocar em relevo o “caráter híbrido” que deve ser apreendido na análise dos conceitos. Destaca-se que o conceito “não é unicamente uma ‘representação’ do real, e menos ainda no sentido mais simples (empirista-positivista) de reconhecimento de fixação de significado, plena ‘revelação’ de um real que ele conseguiria traduzir em sua essência” (HAESBAERT, 2015, p.24). Sendo assim, certas “verdades” científicas aceitas no tempo presente poderão não mais serem aceitas no futuro, visto que, as diferentes ciências, ao produzirem seus conceitos, devem ter o compromisso ético com o movimento em direção à reprodução da vida e não trilhar o sentido contrário. Foucault (*apud* HAESBAERT, 2014, p.19) nos afirma que:

Formar conceitos é uma maneira de viver, e não de matar a vida: é uma maneira de viver em uma relativa mobilidade, e não uma tentativa de imobilizar a vida; é mostrar, entre esses milhares de seres vivos que informam seu meio e se informam a partir dele, uma inovação que se poderá julgar como se queira, ínfima ou considerável: um tipo bem particular de informação.

Ao compreendermos que “formar (produzir) conceitos é uma maneira de viver”, não podemos negar a importância de pensar toda produção conceitual a partir de uma perspectiva crítica. Ao ratificarmos esta perspectiva, acreditamos ser

importante nos aproximar de algumas características comuns presentes nas análises desenvolvidas por Karl Marx em toda sua atividade teórica⁴³, dentre estas destacaríamos a crítica da realidade sobre a qual determinados discursos são construídos. Ao percebermos com atenção essas características, compreenderemos melhor o percurso analítico desenvolvido por este autor em relação à sua metodologia de investigação da realidade.

Em Marx, encontramos caminhos teórico-metodológicos que nos ajudam a perceber o “caráter híbrido” contido nos conceitos. O movimento consiste em ir do “*método de descenso*” (no qual “mergulhamos” profundamente na realidade imediata e buscamos os conceitos fundamentais que a constituem) para o “*método de ascenso*”, no qual “retornamos à superfície” com um olhar crítico sobre a mesma. De acordo com Harvey (2013, p. 17-18):

O método de investigação de Marx começa com tudo o que existe – a realidade tal como é experimentada, assim como todas as descrições disponíveis dessa experiência na obra de economistas, políticos, filósofos, romancistas etc. Ele submete esse material a uma crítica rigorosa a fim de descobrir conceitos simples, porém poderosos, que iluminem o modo como a realidade funciona. É isso que ele chama de método de descenso – partimos da realidade imediata ao nosso redor e buscamos, cada vez mais profundamente, os conceitos fundamentais dessa realidade. Uma vez equipados com os conceitos fundamentais, podemos fazer um caminho de retorno à superfície – o método de ascenso – e descobrir quão enganador o mundo das aparências pode ser. Essa posição vantajosa nos permite interpretar esse mundo em termos radicalmente diferentes.

Portanto, destaca-se que no processo de “produção de conceitos”, ao nos apropriarmos metodologicamente do movimento de descenso-ascenso, estaríamos elaborando uma maneira crítica de interpretar a “realidade” a partir daquilo que Marx chamou de reconstrução do concreto no pensamento, o “*concreto pensado*”. Segundo Löwy (2015, p. 42):

Marx sustenta que os antigos tratados econômicos partiam do exame das condições descritivas ligadas à produção, como a existência de uma população, seu saber tradicional, as riquezas naturais. Num segundo momento, o economista

⁴³ De acordo com Löwe (2015, p. 50), “a atividade teórica de Marx desdobra-se numa série de críticas: crítica da filosofia hegeliana do direito, crítica da religião, crítica da política, crítica da ideologia, crítica das diferentes formas de socialismo e uma crítica da economia política. **Se buscarmos características comuns a todas essas críticas, veremos, sem dúvida, que Marx tenta sempre articular: a) a crítica dos discursos, com a crítica da realidade sobre a qual esse discurso se dá; e b) a crítica teórica, com a crítica prática dessa realidade. Assim como a crítica da ideologia é mobilizada a serviço da crítica social, as “armas da crítica” (ou à “atividade prático-crítica”).** (grifo nosso)

que procede dessa maneira é levado a forjar conceitos, passando da população às classes sociais, interrogando-se sobre o que são a riqueza e, portanto, as mercadorias, o dinheiro...Logo, o valor, o capital etc. Esse caminho é chamado de “abstração” (no sentido etimológico de “puxar para fora de”), pois leva a deixar de lado um conjunto de aspectos da realidade, da qual o conceito considerado, por si só, não dá conta. Assim, uma vez executado esse trabalho de produção teórica, o economista pode voltar ao estudo da realidade munido, desta vez, de ferramentas adequadas, às quais ele combina o valor explicativo. Chega assim o momento da análise concreta, o que Marx chama de reconstrução do concreto no pensamento, o “concreto pensado”.

É interessante observar que Marx parte da realidade concreta para formular suas “abstrações”. Neste sentido, as formulações teóricas deste autor dão outro sentido ao trabalho intelectual de “abstração” através da reconstrução do concreto no pensamento, ou seja, o “concreto pensado”.

Resgatar esta noção de “concreto pensado”, desenvolvida por Karl Marx, é importante em nossa tentativa de pensar a radicalidade do conceito de direito à cidade, visto que, ao construir sua perspectiva universalista⁴⁴, Henri Lefebvre demonstra forte influência de uma tríade⁴⁵ composta por pensadores que nos ajudam a desvendar o mundo moderno a partir de diferentes perspectivas de análise. Neste sentido, Lefebvre “considera que o mundo moderno é hegeliano, marxista e nietzschiano (LENCIONI, 2017, p. 17). Ainda de acordo com Lencioni (2017, p. 17-18):

[Lefebvre] argumenta que o mundo moderno é hegeliano porque foi Hegel quem “afirmou a realidade e o valor supremo do Estado” (Lefebvre, 1976 a, p.1). Diz que o mundo moderno é marxista, porque “as preocupações essenciais dos poderes denominados públicos são: o crescimento econômico, considerado como base da existência e da independência nacional e, portanto, a industrialização, a produção” (Lefebvre, 1976 a, p.2.). Alega que o mundo é nietzschiano porque foi

⁴⁴ Para Lencioni (2017, p. 15) “Lefebvre adverte que discernir um fato, um fenômeno ou um processo exige penetrar nele. Não com o sentido de descobrir o que se esconde atrás da sua aparência, mas para descobrir o que se esconde nela, pois só assim se chega ao essencial. Por isso, o conhecimento deve ‘partir da unidade de dois aspectos contraditórios do universo: o fenomenal e o essencial, intimamente e objetivamente mesclados’” (Lefebvre, 1995, p.61).

⁴⁵ Ainda de acordo com Lencioni (2017, p. 17) “Na leitura dos textos de Lefebvre o leitor é sempre conduzido a pensar em tríades na construção do todo. As noções de forma, função e estrutura são um exemplo dessa apreensão da realidade. Ou homogêneo, fragmentado e hierarquizado, ao se referir ao espaço urbano capitalista. Ou ainda em relação ao espaço, no consideração de que esse é concebido, produzido e vivido ou mesmo quando fala em prática espacial, representação do espaço e espaço de representação, ou ainda em espaço construído, produzido, projetado...Há não resta dúvida, um encantamento com as tríades, com a ideia de conjunto, de totalidade formada por três elementos e que, como totalidade dialética, não se encerra em si mesma e se relacionada a outras totalidades”.

Nietzsche quem destacou que “*o viver e o vivido individuais se reafirmam contra as pressões políticas, contra o produtivismo e o economicismo*”. (grifo nosso).

Ainda sobre a influência de Marx na obra de Lefebvre, poderíamos destacar o estudo feito por Machado (2008). Este autor identifica quatro momentos na obra de Lefebvre: o “momento marxista”, o “momento vida cotidiana”, o “momento cidade” e o “momento do Estado, da autogestão, das representações e dos ritmos sociais”, pois para Machado (2008, p. 86):

Identificaria, então, com um **primeiro** momento da obra de Lefebvre, a partir da sua produção sobre/de Marx: **o marxismo**. Uma produção “marxista” que teve início nos anos 1930 e se estendeu até o fim de sua vida, ou seja, durante sessenta anos. E, como o próprio Lefebvre disse a José de Souza Martins (1966), em carta seu projeto “unifica sua extensa obra” no “retorno a Marx, retorno à dialética. (grifo nosso)

No entanto, se para Machado (2008) o marxismo poderia ser identificado como o “primeiro momento” da obra de Lefebvre, as temáticas relacionadas com a cidade e a produção do espaço seriam identificadas com um “terceiro momento”. Ainda segundo Machado (2008, p. 87):

Nos anos 1960, Henri Lefebvre voltou-se à cidade e ao urbano, temática que lhe renderia a publicação de sete livros até 1975: *La Droit à La ville* (1968), *Du Rural à l'urbain* (1970); *La Revolution urbaine* (1970), *La Pensée marxiste et la ville* (1972), *Espace et politique* (1973), e *La production de l'espace* (1974). Afirma ele que, através das mudanças, foi que percebeu na região onde vivera enquanto criança, com a criação de uma cidade; com os debates filosóficos sobre o espaço e o tempo e com a questão da produção e da reprodução das relações sociais que o urbano e a cidade tornaram-se motivo de reflexão na época (Lefebvre, 1976). Tanto é que, além de sete livros, nos anos setenta e oitenta a revista criada por ele, *Espace et Societe* (1970), foi decisiva nos debates sobre o urbano e as transformações do espaço no capitalismo. Nesse processo, contribuiu e fez, em parte, surgir Centros e Institutos de Sociologia Urbana bem como revistas, das quais foi fundador e influente no debate nesse campo na década d setenta e nas seguintes. Portanto, identificaria essa fase/período e produção como **um terceiro momento** das obras de Lefebvre: **a cidade e a produção do espaço**. (grifo nosso)

Identificamos que livros como “*O direito à cidade*” e “*A produção do espaço*” formariam, de acordo com Machado, o terceiro momento da obra de Lefebvre. É interessante destacar que em 1968, além da obra “*O direito à cidade*”, também foram publicados, na França, outros dois livros que compõem a extensa relação de obras que compõem a produção bibliográfica de Henri

Lefebvre, que Machado (2008, p. 92-93) teve a brilhante ideia de reproduzir⁴⁶ em seu artigo e que também consideramos pertinente reproduzir neste trabalho (ver anexo 6).

É importante destacar que Lefebvre, assim como muitos autores, ao publicar uma nova obra, demonstra incorporar e avançar as análises teórico-metodológicas desenvolvidas nas suas obras anteriores. Esta é uma característica interessante que demonstra a forte presença do devir em seu processo de construção conceitual. Neste sentido, nos arriscamos a dizer que identificamos um forte discurso “contra os tecnocratas” na obra “O direito à cidade”. Como podemos identificar na relação de obras a qual nos referimos no parágrafo anterior, em 1967 foi publicada a obra “*Position: contre les technocrates*”, ou seja, um ano antes da primeira edição de “*La Droit à La ville*”.

Na introdução de “*Espaço e Política*”, identificamos a preocupação de Lefebvre em demonstrar que suas obras contém um “movimento” que incorporaria tanto análises que foram desenvolvidas anteriormente quanto aquelas que ainda estão sendo gestadas. Neste sentido, podemos dizer que os diferentes “momentos” da obra de Lefebvre, conforme apresentados por Machado (2008), estariam “entrelaçados”. De acordo com Lefebvre ([1973] 2008b, p. 17):

Aqui o autor pede desculpas, pois nenhum dos artigos aqui reunidos neste volume pode ser lido **sem considerar trabalhos publicados anteriormente** sobre a vida cotidiana, sobre o espaço, sobre os diversos “direitos” (o direito à cidade, o direito à diferença), sobre a reprodução das relações (sociais) de produção etc.

As pesquisas referentes à cidade e ao urbano remetem às que concernem ao espaço e que **serão objeto** de uma obra (a ser publicada sob o título A produção do espaço). (grifo nosso)

Lefebvre demonstra-nos que seu projeto de construção conceitual, embora tenha uma linearidade, não constitui um sistema “fechado”, estando aberto para reformulações futuras. Identificamos, portanto, que algumas de suas ideias e proposições apresentadas em “*Le droit à la ville*” foram incorporados e desenvolvidas por ele em sua complexa teoria sobre a produção do espaço que fora sistematizada na obra “*La production de l’espace*”, publicada em 1974.

⁴⁶ Relação das obras de Lefebvre em Du Contrat de citoyenneté, do grupo de Navarrenx et Lefebvre, publicada por Sylleps e Périscope, 1990, Paris. A referência ao ano entre colchetes é da primeira edição em francês.

Ainda em relação ao processo de produção de conceitos, destacaríamos a definição de Hard-Vallée (2013, p.16), segundo a qual “o conceito é a unidade primeira do pensamento e do conhecimento: só pensamos e conhecemos na medida em que manipulamos conceitos”. Ainda de acordo com este autor, “os conceitos e conhecimentos são organizados habitualmente em taxonomias mais complexas: teorias” (HARD-VALLÉ, 2013, p. 18). Neste sentido, poderíamos dizer que possuir o entendimento, a priori, do “conceito de direito à cidade” desenvolvido por Henri Lefebvre, pode nos fornecer pistas significativas para o entendimento de sua complexa teoria da “produção do espaço”. Como já destacamos no capítulo anterior, para Lefebvre ([1973] 2008, p. 33) “o direito à cidade implica e aplica um conhecimento que não se define como “ciência do espaço” (...) mas como conhecimento de uma produção, a do espaço.

A preocupação com o entendimento e a construção de conceitos também pode ser identificada em diferentes obras de Souza (2003, 2008, 2015). Neste sentido, ainda no primeiro parágrafo da apresentação de sua obra “*Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*”, Souza (2015, p. 09) tenta responder a seguinte pergunta: “*o que são os nossos conceitos e para que eles servem?*”. Para tanto, o autor começa a condução de sua resposta utilizando-se de duas metáforas como recurso explicativo.

Na primeira metáfora, Souza (2015, p. 09) nos convida a fazer o seguinte exercício de imaginação: se pensamos que, para elucidar a realidade, precisamos erguer “edifícios” que nos permitam enxergar mais e melhor’, podemos entender que os conceitos seriam os “tijolos”, a teoria como sendo os “tijolos” com “argamassa” e o método como sendo a maneira de “assentar os tijolos” sem agredir a realidade. Na segunda metáfora, o autor nos propõe pensar os conceitos como “ferramentas” que precisamos saber utilizar e nos valer de toda “nossa caixa de ferramentas” com vistas a desenvolver o complexo trabalho da pesquisa socioespacial.

Souza (2015) reafirma também a importância de pensar os conceitos em sua dimensão histórica. Segundo este geógrafo:

Os nossos conceitos são, em todo caso, carregados de historicidade. Do “meio (telúrico)”, um dos conceitos centrais na obra do geógrafo anarquista Elisée Reclus (1830- 1905), ao “espaço social” dos nossos dias, bastante influenciado pelo pensamento do filósofo neomarxista Henri Lefebvre (1901-1991), não se pode esquecer que os conceitos que empregamos são fruto de uma época e das contradições internas e externas ao debate científico e intelectual próprias de cada época, mesmo quando as palavras (termos técnicos), em vários casos, sobrevivem às redefinições e mudanças de conteúdo. (SOUZA, 2015, p. 14)

Novamente ratificamos a necessidade de considerar a dimensão histórica e geográfica que estaria implícita na produção dos conceitos. Quando nos referimos ao conceito de “direito à cidade” formulado por Lefebvre, não podemos nos esquecer o momento histórico vivido por este filósofo francês. Nesse sentido, devemos (re)lembrar que Lefebvre escreveu “o *direito à cidade*” em período posterior a sua expulsão do Partido Comunista Francês e, segundo alguns, já sendo considerado um autor à margem do pensamento crítico da época. No entanto, este filósofo francês, ao mirar um outro mundo possível, considerava de fundamental importância que a sociedade desenvolvesse pensamentos e ações críticos acerca da complexidade da questão urbana em período contemporâneo aos acontecimentos de Maio de 1968. De acordo com Tonucci Filho (2015, p. 216):

A ideia do direito à cidade foi originalmente formulada em termos conceituais pelo filósofo marxista francês Henri Lefebvre (1901-1991), que, **no catártico ano de 1968 – mas pouco antes da irrupção de maio – publicou pela Éditions Anthropos, um pequeno livro intitulado *Le droit à la ville***. Até então, Lefebvre se permitira investigar temas à margem do marxismo oficial e dogmático (como a vida cotidiana, a alienação, a festa, a espontaneidade, o mundo rural, a modernidade etc) a partir de uma renovação do método dialético, e se colocara, logo no pós II Guerra, numa posição de crítica ao socialismo de Estado, o que lhe custara não apenas a censura – e subsequente expulsão – do Partido Comunista Francês, mas também ser relegado à periferia no panteão do pensamento crítico: posição essa que só há pouco começa a ser revertida, ante o reconhecimento do vigor e atualidade do seu pensamento. (grifo nosso)

Portanto, a elaboração de conceitos nunca é uma “abstração pura” e “descolada” da realidade daquele que conceitua. Como nos adverte Haesbaert (2014, p. 24):

Um conceito, nunca é demais lembrar, não é unicamente uma “representação” do real, e menos ainda no sentido mais simples (empirista-positivista) de reconhecimento e fixação de significado, plena “revelação” de um real que ele conseguiria traduzir “em sua essência”. Um conceito não seria também, no extremo oposto, unicamente uma idealidade que caberia impor sobre a realidade concreta, num idealismo de objetividades às avessas, onde a “verdade” estaria mais no campo conceitual ou dos “modelos” teóricos (como em algumas proposições da Geografia neopositivista) do que no real efetivo. Embora

reconhecendo seu caráter abstrato, o conceito não é nem simples reflexo ou espelho nem uma pura idealização a priori e “correta”.

David Harvey também poderia ser considerado outro geógrafo que, em suas diferentes obras, sempre nos convida a pensar sobre a importância dos conceitos para desvendar aquilo que está por trás da aparência dos fenômenos. Neste sentido, este autor nos chama à atenção para a necessidade de pensarmos o compromisso da “verdadeira ciência” com aqueles que enfrentam a luta diária pela sobrevivência. De acordo com este geógrafo britânico:

A verdadeira ciência começa quando trazemos esses conceitos, abstrações e formulações teóricas de volta à vida cotidiana e mostramos como eles podem iluminar os porquês das lutas cotidianas que as pessoas em geral, mas especial os trabalhadores, enfrentam em sua batalha pela sobrevivência. (HARVEY, 2018, p. 205).

Essa afirmação de Harvey considera a ciência como produtora de conceitos. Neste sentido, buscaremos dialogar com alguns autores que nos trazem reflexões importantes acerca da necessidade do compromisso daqueles que fazem ciência para com a transformação social em busca do bem comum.

Primeiramente, consideramos ser importante trazer para o debate uma crítica à “pretensa” neutralidade ideológica do trabalho científico. Segundo Japiassú e Marcondes (2006, p.45):

A ciência não pode ser considerada como um saber absoluto e puro, cuja racionalidade seria totalmente transparente e cujo método constituiria a garantia de uma objetividade incontestável. Não é um mundo à parte, espécie de reino isolado onde os cientistas fariam “pesquisas puras”, desinteressadas, preocupados apenas com a busca do conhecimento verdadeiro. Evidentemente, eles trabalham para construir conhecimentos tão rigorosos, racionais e objetivos quanto possível: referem-se a normas racionais, testam suas teorias, confrontando-as com a experiência. Contudo, na prática, as coisas se complicam, e as pesquisas nem sempre possuem a transparência e a objetividade que, de bom grado, lhe emprestamos. **As idéias científicas não são totalmente independentes da filosofia, da religião e das ideologias que impregnam o meio em que vivem os pesquisadores.** (grifo nosso)

Considerando-se que a produção de conceitos também está intimamente relacionada com o conhecimento científico, não devemos ser ingênuos em acreditar que, no diante do avanço da racionalidade neoliberal, “as verdades científicas” estão totalmente seguras e não possam ser capturadas pelos “tentáculos” do capital. A pesquisa científica requer investimento de tempo e, para

que isso possa acontecer, é fundamental que os sujeitos-pesquisadores tenham como sobreviver e garantir os bens materiais necessários à reprodução de sua existência. Estes, em suas diferentes áreas de atuação, muitas vezes, acabam por delimitar seus objetos de pesquisa a partir de interesses e vivências concretas que estariam relacionadas com suas possibilidades de tempo e de recursos financeiros.

Mas o que seria “interpretar” a “realidade” a partir da ciência? Seria possível uma definição de “ciência” na atualidade? De acordo com Löwy (2015, p. 139):

O que define a ciência com tal é a tentativa de conhecimento da verdade. Nesse sentido, há uma relação entre ciência e conhecimento da verdade. Porém, a verdade absoluta jamais será conhecida, todo o processo de conhecimento é um processo de acercamento, de aproximação da verdade. Dentro do conhecimento científico há níveis maiores ou menores da aproximação da verdade.

Se “formar conceitos é uma maneira de viver”, como nos disse Foucault, não podemos desconsiderar que a “verdade absoluta” não existe, porém essa questão deve ser tratada com muito cuidado, principalmente nos idas atuais em que crescem movimentos que buscam refutar, de maneira irresponsável, aquilo que a ciência demorou anos para conseguir explicar. Neste sentido, devemos pensar a ciência de maneira complexa. Para Morin (2002, p. 16):

(...) essa ciência elucidativa, enriquecedora, conquistadora e triunfante, apresenta-nos, cada vez mais, problemas graves que se referem ao conhecimento que produz, à ação que determinada, à sociedade que transforma. Essa ciência libertadora traz, ao mesmo tempo, possibilidades terríveis de subjugação. Esse conhecimento vivo é o mesmo que produziu a ameaça do aniquilamento da humanidade. Para conceber e compreender esse problema, há que acabar com a tola alternativa da ciência “boa”, que só traz benefícios, ou da ciência “má”, que só traz prejuízos. Pelo contrário, há que, desde a partida, dispor de pensamento capaz de conceber e de compreender a ambivalência, isto é, a complexidade intrínseca que se encontra no cerne da ciência.

Considerar a “ambivalência” da ciência é uma das características que identificamos no pensamento de Henri Lefebvre quando este nos faz uma crítica à “ciência do espaço” e sua fragmentada apreensão das totalidades entrelaçadas que compõem a realidade urbana. De acordo com Lefebvre ([1973] 2008, p. 33):

Há anos a ciência do espaço procura o seu caminho de maneira . Ela vã. Ela não o encontra. Ela se dispersa e se perde em considerações variadas sobre o que há no espaço (os objetos, as coisas), ou sobre o espaço abstrato (esvaziado de objetos, geométrico). No melhor dos casos, essa pesquisa descreve fragmentos de espaço,

mais ou menos preenchidos. Tais descrições de fragmentos são, elas próprias, fragmentárias, segundo compartimentos das ciências especializadas (geografia, história, demografia, sociologia, antropologia etc.). Uma tal “ciência” se dispersa, por conseguinte, em recortes e em representações do espaço, sem jamais descobrir um pensamento que reconheça, na massa infinita dos detalhes, os princípios do entendimento que reina num domínio, como disse Hegel a propósito da economia política.

Ainda sobre a “pretensa” neutralidade da ciência, o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2015, p. 11) nos adverte que:

A ciência que se tenta difundir junto a um público amplo não se quer neutra em relação a valores, conquanto se pretenda, sim, intelectualmente honesta. Ela é, no meu entendimento, notadamente em se tratando das ciências da sociedade, sempre eivada de política e embebida em valores políticos-filosóficos – de análises sobre paixões e interesses; de descrições que são, em parte, já interpretações; de termos, conceitos, classificações e tipologias que traem preferências ou, no mínimo, um lugar de enunciação (um “lôcus de produção discursiva”).

Partindo-se da não neutralidade da ciência, acreditamos também que deveríamos levar em consideração o contexto político e cultural em que são produzidas as “verdades” científicas. Nesse sentido, Santos et al. (2010, p.10) convida-nos a repensar e nos questionar acerca de nossas bases epistemológicas:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias?

Poderíamos também relacionar a produção do conhecimento científico com as “batalhas ideológicas” travadas tanto nas Ciências Sociais quanto em outras áreas do conhecimento. E poderíamos nos interrogar: “como é que as ideologias, as utopias, as visões sociais de mundo, têm um papel no processo de conhecimento da realidade?” (LÖWY, 2015, p.38).

Ainda de acordo com Löwy (2015, p. 25):

Na sociologia funcionalista, as ideologias são vistas como valores consensuais. Se insiste muito na idéia de consenso social. Mesmo no marxismo existem correntes que falam da ideologia como se fosse uma só: a ideologia dominante, a ideologia da sociedade.

Uma análise dialética das ideologias ou das visões sociais de mundo mostra necessariamente que elas são contraditórias, que existe um enfrentamento permanente entre as ideologias e as utopias na sociedade, correspondendo, em

última análise, aos enfrentamentos das várias classes sociais ou grupos sociais que a compõem. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe simplesmente uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias. Conflitos profundos, radicais, que são geralmente irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum.

Ao pensarmos acerca da produção de conceitos e suas relações com o saber científico, destacamos a importância de compreensão da totalidade⁴⁷ diante de um momento de “crises das totalidades sociais”, como muito bem nos chamou atenção a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2012, p. 86):

Costuma-se dizer, com frequência, que atravessamos uma crise da família, uma crise da educação, uma crise da escola, uma crise, enfim, da saúde pública, uma crise do trabalho, do mundo do trabalho. Eu creio que é tudo isso, mas é mais que do que isso. Trata-se de uma crise das totalidades sociais, é algo maior. O próprio conceito de formação social está se esgotando. Há um movimento da economia global, da economia globalizada também toda a interatividade contemporânea, isso tudo mexe profundamente nas formas tradicionais de organização social. O que estava mais ou menos estável encontra-se agora em vias de esgotamento. Isso abre a conjuntura de uma crise societária e isso não admite simplificação.

Compartilhamos da mesma dificuldade sinalizada por Ribeiro, ou seja, a necessidade de analisar o presente à luz de uma ciência social, mas sem fechar diagnósticos ou prognósticos sobre “a realidade”⁴⁸ que estamos vi-vendo. Nesse sentido, estamos de acordo com Ciavatta (2014, p. 192-193) quando a autora nos chama à atenção de que:

Tanto quanto as visões de mundo e de realidade são os caminhos delineados ou estabelecidos para se chegar à “verdade”, para desnudar o objeto na sua interioridade, na sua natureza, no seu desenvolvimento e nas suas relações. Em geral, na produção do conhecimento reconhecido como científico, aceita-se que a explicitação do método e o rigor na sua aplicação conferem ao conhecimento obtido a qualidade de científico ou de verdadeiro. No entanto, o próprio

⁴⁷ De acordo com Ciavatta (2014, p. 194), “no sentido marxiano, a totalidade é um conjunto de fatos articulados ou o contexto de um objeto com suas múltiplas relações, ou, ainda, um todo estruturado que se desenvolve e se cria como produção social do homem. A dialética da totalidade (Kosik, 1976) é uma teoria da realidade em que seres humanos e objetos existem em situação de relação, e nunca isolados, como alguns processos analíticos podem fazer crer. Nesse sentido, a dialética da totalidade é um princípio epistemológico e um método de produção do conhecimento. Estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, cultural etc”.

⁴⁸ Ainda de acordo com Ciavatta (idem p. 205) “Uma outra dificuldade é a concepção fragmentada da realidade presente em todas as áreas do conhecimento, desde o pensamento filosófico até a comunicação. Latour (1998), em um breve ensaio sobre os filtros da realidade, destaca a separação entre mente e matéria, que domina a reflexão sobre o conhecimento. Sua argumentação centra-se sobre o que considera ‘uma certa metáfora ótica’, segundo a qual entre o cientista e o objeto se interporiam filtros diversos, conceitos, representações, paradigmas.”

alargamento das fronteiras da ciência e das novas formas do ser humano se relacionar com o mundo tem trazido à luz a complexidade do conhecimento dito verdadeiro e os múltiplos saberes de que é portadora a humanidade na sua história milenar e, em grande parte, desconhecida. Em outros termos, felizmente, o mundo ainda está cheio de mistérios, e todos os dogmas estão em exame. (grifo nosso)

Levando-se em consideração o “*alargamento das fronteiras da ciência*” e que “*o mundo ainda está cheio de mistérios, e todos os dogmas estão em exame*”, acreditamos que partir dos referenciais teóricos da Geografia, podemos dialogar com teóricos de outras ciências, da Filosofia e das Artes. Acreditar nesta possibilidade poderá nos colocar diante de questões que busquem problematizar um entendimento fragmentado da realidade que é algo tão criticado por Henri Lefebvre em “O direito à cidade”. Para Lefebvre ([1968] 2008a, p. 42):

Na analítica da realidade urbana intervêm o geógrafo, o climatólogo, o botânico. O meio, conceito global e confuso, fragmenta-se segundo especialistas. Em relação ao futuro e às condições do futuro, os cálculos matemáticos trazem indicações indispensáveis. No entanto, o que é que reúne todos esses dados? Um projeto, por outras palavras, uma estratégia. Por outro lado, uma dúvida subsiste e mesmo se confirma. É a cidade essa soma de indícios e de indicações, de variáveis e de parâmetros, de correlações, essa coleção de fatos, de descrições, de análises fragmentárias po que fragmentantes?

Quando pensamos em analisar a realidade partindo de uma análise não fragmentada não se trataria apenas de uma tentativa de “*transdisciplinaridade*” ou “*interdisciplinaridade*”. Nesse sentido, concordamos com o geógrafo Antônio Thomas Júnior (2009, p. 88) quando este nos adverte que:

(...) não se trata de transdisciplinaridade, tampouco de interdisciplinaridade, mas da negação desse tratamento interdisciplinar, na perspectiva crítica do materialismo histórico (...). De fato, temos que superar os campos disciplinares, porque são limitantes. Temos que transgredir os limites da nossa formação acadêmica, visto que o real sempre exige novos elementos de reflexão em outros campos do saber, até porque é recalcitrante às práticas acadêmicas, sem contar que a realidade não é um objeto cativo das disciplinas; é por conseguinte, uma totalidade concreta, um complexo de complexos, como nos lembra Lukács (...).

Ainda acerca dessa questão, Harvey (2006, p. 295) nos chama a atenção de que:

A versão marxista da unidade do conhecimento, estabelecida principalmente em obras iniciais como os Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844, também ruiu, tendo em vista que sua interpretação crescentemente formalista (que recebeu forte impulso de Lênin, entre outros) a tornou demasiado contraditória internamente para ter condições de se manter. As contradições internas acabaram

por ser magistralmente expostas, entre outros, por Althusser. A corrente de pensamento apelidada de “althussiana” no âmbito do marxismo desconstruiu a noção de toda unidade formalista simples (baseada na idéia de que as circunstâncias materiais determinam estados de consciência, por exemplo), mas não conseguiu por em seu lugar nenhuma coisa substancial. O ataque frontal a todas as forma de “metanarrativas” a partir da metade da década de 1970 foi um mau augúrio para as ambições marxistas quando acoplado a esse profundo questionamento interno no âmbito da própria tradição marxista.

O efeito tem sido o de deixar aos cientistas o debate sério acerca da questão da unidade. **O complexo problema da unidade de conhecimentos diversos tem sido reduzido por conseguinte à busca mais específica de unidade no interior das ciências. Muito se pode aprender com esses esforços recentes** – a teoria geral dos sistemas, com a teoria da complexidade ou mesmo com os argumentos mais vagos porém curiosos que cercam a noção de Gaia. **Mas esses esforços só fazem sentido quando retraduzidos em termos da busca da unidade de todo gênero de conhecimento, até dos de cunho não científico.** (grifo nosso)

Acreditamos que buscar superar os campos disciplinares é uma intenção louvável, embora ainda difícil para nós. Para nós, o diálogo interdisciplinar acerca do espaço também pode nos ajudar no entendimento das complexas relações existentes entre as diferentes práticas humanas e a “natureza do espaço” para além de certas “territorialidades” do saber que são pleiteadas ora pela filosofia ora pelas ciências no que se refere à legitimidade da produção de conceitos. Neste sentido, partindo das considerações desenvolvidas por Gilles Deleuze e Feliz Gattari na obra “*O que é Filosofia?*”, o geógrafo Rogério Haesbaert (2015, p. 20) nos traz uma questão provocadora:

Se a Filosofia deve sua existência enquanto disciplina à criação do conceito, sendo o filósofo um ‘conceito em potência’, e se a ciência não tem como objeto conceitos, mas funções (‘funcitivos’), como a Geografia, considerada uma ‘ciência social’ (por alguns geógrafos, pelo menos, desde os anos 1930), poderia também criar conceitos?

Neste sentido, acreditamos na possibilidade de construção de “pontes teóricas” através da “metageografia”, como será apresentado no quarto capítulo deste trabalho. No difícil processo de construção destas “pontes teóricas”, é importante sempre considerar sempre o “movimento” da realidade. Esta característica constitui a base do método que escolhemos para conduzir nossas reflexões. De acordo com Löwy (2015 p, 21):

Começaremos por uma definição do método dialético que pessoalmente me parece muito agradável: “Eu sou o espírito que sempre nega, e isso com razão porque tudo que existe merece acabar”. Quem utiliza é o diabo de Goethe,

quando se apresenta pela primeira vez a Fausto. Para Goethe, ela não se refere apenas ao diabo, é uma certa forma de manifestação do espírito humano.

Essa é uma boa definição da dialética, não só porque Goethe foi seu precursor, mas também porque o Fausto de Goethe pode ser considerado a primeira grande obra da dialética, anterior a Hegel. Isto porque, em sua formulação, encontramos pelo menos um elemento essencial do método dialético, que é a categoria do movimento perpétuo, da transformação permanente.

A hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas. Tudo que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história. (grifo nosso)

Ainda em relação ao método dialético, Harvey (2013, p. 02) faz alguns comentários acerca de Hegel e Marx, dois autores que, como vimos anteriormente, influenciaram consideravelmente o pensamento de Lefebvre. De acordo com Harvey (2013):

Marx não se limitou a inverter o método dialético, ele o revolucionou. “Critiquei o lado mistificador da dialética hegeliana há cerca de trinta anos”, diz ele, referindo-se a sua Crítica da filosofia do direito de Hegel. Tal crítica foi o momento fundamental em Marx redefiniu sua relação com a dialética hegeliana. Ele desaprova o fato de que a forma mistificadora da dialética, tal como difundida por Hegel, tenha se tornado moda na Alemanha nos anos 1830 e 1840 e empenha-se em corrigi-la, a fim de que ela possa dar conta de “toda forma historicamente desenvolvida em seu estado fluido, em movimento. Marx teve, portanto, de reconfigurar a dialética para que ela também pudesse apreender o “aspecto transiente” de uma sociedade. **Em suma, a dialética tem de ser capaz de entender e representar processos em movimento, mudança e transformação. Tal dialética “não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária, precisamente por chegar ao cerne das transformações sociais, tanto atuais como potenciais.** (grifo nosso)

De acordo com Lencioni (2017, p. 12), “utilizando de forma rigorosa o método dialético, impregnado com a noção de totalidade, Lefebvre antevê que a universalidade da reprodução do capital é, também, a do urbano. De forma pioneira ela fala, nos anos 1970, em planetarização do urbano.

Nesse sentido, Lefebvre ([1973] 2008, p. 38) nos chama a atenção de que “a relação da teoria com a prática não é de uma abstração transcendente a uma imediatidade ou a um ‘concreto’ anterior. A abstração teórica já está no concreto. É preciso aí revelá-la”. Portanto, reafirmamos aqui que as práticas sociais não são neutras nem estáticas (dentre estas, destacaríamos no caso em específico a produção de conceitos através da ciência); ao contrário: elas têm um fundamento filosófico e ideológico afinado com uma determinada concepção de mundo e com um projeto de sociedade, construídos a partir de um “ponto de vista de classe”⁴⁹ que merece uma atenção especial por parte do pesquisador.

Percebe-se, assim, que o espaço é produto e “produtor” de certas práticas sociais estratégicas para a reprodução primeiramente dos meios de produção e mais recentemente das relações sociais de produção⁵⁰. Ainda segundo Lefebvre ([1973] 2008, p. 45):

Um tal espaço é ao mesmo tempo ideológico (porque político) e saber (pois comporta representações elaboradas). Pode-se, por conseguinte, denominá-lo racional-funcional, sem que tais termos possam separar-se, e funcional-instrumental, pois a função, no quadro global da sociedade neocapitalista, implica o projeto, a estratégia.

⁴⁹ Segundo Lefebvre (idem p. 39) “(...) se há um “ponto de vista de classe”, é impossível metodologicamente partir dele, é preciso chegar a ele. Partir do “ponto de vista de classe” e pressupô-lo, à maneira de um sistema oposto ao sistema existente, é rejeitar o saber existente como integrante do sistema e construir um outro “sistema” sobre a recusa desse saber, e, não obstante, utilizando seus elementos, seus fragmentos, sua terminologia, suas palavras e seus conceitos. Aqui há um dilema: se estamos encarcerados num certo sistema, nossas palavras e nossos conceitos fazem parte dele. O projeto de quebrá-lo teórica e praticamente é vão. Se houvesse um tal sistema, tão forte, tão pregnante quanto alguns o supõem, o protesto e a contestação não teriam nenhum sentido”.

⁵⁰ De acordo com Lefebvre (idem p. 47-48) no capitalismo do século XIX, o capitalismo concorrencial, o problema principal era re-produzir materialmente seus meios de produção (máquinas e força de trabalho) e permitir o consumo de produtos, ou seja, a compra no mercado (...). Mas a situação mudou: o modo de produção capitalista deve se defender num front muito mais amplo, mais diversificado e complexo, a saber: a reprodução das relações de produção. Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro.

Partindo dessas considerações podemos perceber que a tríade conceito-ciência-método caminharia inseparavelmente e reforça nosso entendimento de que o ‘direito à cidade’ em Lefebvre constituiria um conceito radical.

No artigo “*Direito à cidade: uma trajetória conceitual*”, Bianca Tavolari (2016) percorre um caminho interessante. A autora faz uma digressão histórica do conceito de “direito à cidade” começando sua análise a partir das diferentes leituras de *Le Droit à la Ville*, de Henri Lefebvre, publicado em 1968.

Segundo Tavolari (2016, p. 94), “o conceito foi produzido num contexto bastante particular de encontro entre a universidade e as manifestações populares”. Aqui, coloca-se em relevo novamente a importância de pensar o contexto histórico da produção do conceito e as diferentes interpretações que o conceito foi adquirindo ao longo do tempo.

Destaca-se também que o artigo em tela ainda apresenta uma pequena discussão acerca da recepção do conceito de direito à cidade no contexto brasileiro. Nessa parte, a autora apresenta a hipótese de que “houve, no Brasil, uma combinação de concepções aparentemente pouco conciliáveis”. Para Tavolari (2016, p. 98):

Houve, no Brasil, uma combinação de concepções aparentemente pouco conciliáveis: um amálgama entre o direito à cidade, de Lefebvre, e a noção de luta por acesso a equipamentos de consumo coletivo por parte de movimentos sociais urbanos, desenvolvida por Castells. Essa hipótese ajuda a entender como um conceito pensado a partir do diagnóstico de uma nova miséria urbana, em que a satisfação de necessidades básicas já não aparecia como problema central, pôde encontrar tanta aceitação no contexto brasileiro.”

Consideramos que um dos importantes legados de Henri Lefebvre na obra “O direito à cidade” é a sua defesa para com um pensamento metafilosófico sobre o fenômeno urbano. Este último, segundo ele, “manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação” (LEFEBVRE, [1968] 2008a, p.07). Ainda segundo esse autor:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, [1968] 2008a, p. 134)

Acreditamos que o “direito à cidade”, tomando por base o pensamento de Henri Lefebvre, compreende um conjunto de proposições que busca trazer para o debate uma nova forma de pensar a produção do conhecimento (“do saber”) acerca do fenômeno urbano, que tenha como horizonte o rompimento com a fragmentação entre teoria e prática. A produção deste conhecimento holístico somente é possível através do entendimento das problemáticas espaciais, por isso, sentimos a necessidade de nos debruçarmos sobre o conceito de espaço no capítulo anterior.

Para nós, o “direito a cidade” em Henri Lefebvre constitui um *conceito radical* em busca da abertura do pensamento e da ação. Essa abertura, segundo este autor deve ser explorada através da “utopia em seu caráter experimental”, ou seja, considerando as diferentes temporalidades e espacialidades da vida cotidiana. Segundo Lefebvre ([1968] 2008a, p. 110):

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo quais critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”, isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa.

Portanto, ao reafirmarmos neste trabalho que o “direito à cidade” em Henri Lefebvre constitui um conceito radical, acreditamos estar contribuindo para pensar o espaço como um devir, como contendo um conjunto de possibilidades revolucionárias para pensar e agir sobre a realidade. De acordo com Lencioni (2017, p. 19):

O que é o devir? Nada mais do que um momento do vir a ser, um momento do começar a ser o que não era antes. Lefebvre chama atenção para o seguinte: para que o devir se constitua é necessário haver momentos de estabilidade, momentos que o estruturam, mesmo que essas estruturas que dão suporte à sua constituição sejam provisórias.

Conforme discutimos no primeiro capítulo neste trabalho, ao revisitar a ideia de “direito à cidade” apresentada por Lefebvre, nos remetemos ao horizonte de busca da totalidade no processo de produção do espaço, pois a defesa do direito à cidade é também um apelo contra as diferentes e inter-relacionadas formas de

fragmentação (social, espaço-temporal e do conhecimento) que vivemos na contemporaneidade e que parece nos alienar das múltiplas “potencialidades adormecidas” que ainda necessitam ser despertadas para que alcancemos metas emancipatórias (HARVEY, 2006, p. 272).

Destarte, o termo “direito à cidade” passou a ser cada vez mais utilizado como uma espécie de “conceito guarda-chuva” que está presente tanto em movimentos populares, quanto em nossa Constituição Federal e também nas principais discussões de fóruns nacionais e internacionais que pensam determinados modelos de “cidade” e o “urbano”. Sendo assim, podemos afirmar que há apropriações diferentes do termo “direito à cidade” que estão muito aquém das análises desenvolvidas por Henri Lefebvre.

O fato do termo “direito à cidade” ter sido apresentado pela primeira vez em obra homônima escrita por Henri Lefebvre, publicada na França, em 1968, já carrega consigo uma estreita relação com as condições históricas determinadas⁵¹ vivenciadas por este pensador e sua proposta crítica de superação de uma concepção de cidade fragmentada e racionalmente organizada por tecnocratas. De acordo com Tonucci Filho (2015, p. 217):

O interesse de Lefebvre pela questão urbana remonta anteriormente ao livro *Introdução à modernidade* (1962), em que o autor discorre algumas notas críticas acerca da experiência de Mourenx, cidade nova planejada nos Pirineus franceses, a poucos quilômetros de Navarrenx, sua querida terra natal. Os espaços racionalmente organizados, as vias cartesianamente desenhadas, as máquinas de morar dos grandes conjuntos habitacionais, a separação criteriosa de todas as funções urbanas: esse espaço concebido por tecnocratas a serviço da modernização representa para Lefebvre a negação de tudo que a cidade tinha de mais positivo: o encontro, a diversidade, o imprevisível.

Neste sentido, não descartamos a hipótese de que o termo “direito à cidade” apresentado por Lefebvre seja também um “manifesto político” de um

⁵¹ De acordo com Carlos (2011, p. 43) “A capacidade criadora do ser humano não emana do absoluto – substância ou ideia – mas de sua própria atividade prática e inicialmente do trabalho”. As condições históricas determinadas que estão na base da civilização envolvem as condições necessárias à manutenção da vida real através da satisfação das necessidades que mantêm os homens vivos, bem como sua procriação, como momentos da reprodução da espécie”.

homem com muitas interrogações e incomodado com as injustiças sociais produzidas pelas determinações históricas de seu tempo⁵².

Acreditamos que em sua obra homônima, Henri Lefebvre propôs um conceito que abarcaria um “novo manifesto revolucionário” para pensar diversos aspectos que afligiam a geração de sua época. Porém, ao longo do tempo, esse conceito foi sendo interpretado e apropriado de diferentes maneiras por sujeitos com múltiplos e contraditórios interesses. Encontramos assim, desde aqueles que se apropriam do conceito como uma possibilidade contemporânea de resgate da utopia assim como também encontramos com aqueles que carregam consigo intencionalidades que acabam por promover a institucionalização/banalização ou mesmo a neutralização da ideia original apresenta por aquele filósofo francês. De acordo com Tonnucci Filho 2015, p. 229):

Mesmo que o direito à cidade tenha se deslocado para as margens na démarche do pensamento lefebvriano – não devemos perder de vista o calor do momento político de 1968 e o apelo que o slogan carregava então – o autor não abandonou até o final de sua vida (...). Por quê? Talvez pela sua percepção de que o direito à cidade funcionasse como uma metonímia do direito à vida urbana, direito ao urbano que se debate para nascer nos rastros da produção de um espaço urbano planetário. Ainda, como negar que, independentemente dos nossos mais eloquentes debates intelectuais, o direito à cidade continue a movimentar e a inspirar movimentos sociais urbanos em todo o mundo? Que ele, não reduzido a um direito juridicamente constituído, afirma-se como bandeira de luta contra as múltiplas segregações que se impõem pelas vias da tecnocracia estatal e do urbanismo neoliberal, contra a mercantilização brutal do espaço urbano em curso?

Identificar esse duplo movimento é o que pretendemos fazer no capítulo a seguir, para tanto buscaremos apresentar e desenvolver uma análise acerca do que estamos denominado contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade”.

⁵² Para Lencioni (2017, p. 11) “Em O Direito à Cidade Henri Lefebvre aponta para a esperança, para a utopia, que as virtudes humanas poderão realizar de forma completa após a desumanização da cidade capitalista. Trata-se de um verdadeiro manifesto político, uma esperança no humano, nas suas possibilidades e um grito indignado que nos assombra dia a dia”.

Capítulo 4. Considerações sobre o contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade”: sujeitos em busca de qual emancipação?

Certamente, a centralidade da obra de Lefebvre no debate atual sobre a crise urbana em sua dimensão socioespacial é inquestionável, mas a obra tem dado margem a dois tipos fundamentais de interpretação. De um lado, o direito à cidade seria a base de construção das políticas públicas capazes de diminuir a desigualdade, sob a batuta do Estado. (...) De outro lado, o direito à cidade pode ser examinado à luz do projeto utópico de construção de uma nova sociedade (urbana) desdobrada de seu projeto possível-impossível, como o negativo do mundo urbano. Esse caminho exige a compreensão sobre a dinâmica contraditória do processo de produção do espaço urbano.

Ana Fani Alessandri Carlos (2017, p.11)

Na história do pensamento geográfico, podemos identificar autores que, utilizando-se de diferentes bases teórico-metodológicas, demonstraram interesse em identificar e teorizar sobre os diversos processos que são substantivos na análise do espaço. Diante dessas análises, é importante considerar o “salto qualitativo” dado pela Geografia quando esta ciência passar a incorporar em suas análises a noção de “produção” do espaço. De acordo com Carlos (2015, p. 12):

Essa produção espacial expressa, portanto, as contradições que estão na base da sociedade, e que, sob o capitalismo, traz determinações específicas no âmbito de uma lógica do desenvolvimento espacial desigual fundado na concentração da riqueza que hierarquiza e normatiza as relações sociais e as pessoas.

Embora a produção do espaço seja anterior ao capitalismo e se perca numa história de longa duração no momento que o homem deixou de ser caçador e coletor e criou condições de, através do seu trabalho, transformar a natureza (CARLOS, 2011), não podemos deixar de considerar as especificidades inerentes ao período em que estamos vivendo. Neste sentido, o avanço da racionalidade neoliberal tem acentuado consideravelmente a produção alienadora das cidades em nossa materialidade histórica. Diante disto, identificamos um duplo movimento que, ao ser analisado em seu conjunto, caracterizaria um contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade”.

Os movimentos de “banalização” e a “potencialização” do conceito de direito à cidade já foram identificados em trabalhos de autores de diferentes áreas

do conhecimento. Porém, é importante dizer que esses autores não utilizaram em suas análises os termos “banalização” e “potencialização” no sentido de representarem movimentos contraditórios. Para autores como Benach (2017, pp. 15-16):

O “direito à cidade”, tal como foi formulado por Henri Lefebvre no final da década de 1960 em um contexto bem diferente do atual, continua sendo, sem dúvida, não só um conceito com suficiente poder analítico para situar quem é quem na vida urbana, mas também, e sobretudo, um conceito transformador e revolucionário. Para Lefebvre, mudar a cidade significava mudar muitas coisas, tratava-se de abrir a via para outra sociedade, a um mundo mais além do capitalismo, do Estado e da sociedade de consumo. Entretanto, a banalização do conceito de “direito à cidade” nos meios institucionais, acadêmicos e dos cidadãos levou à perda de sua força política e se converteu em uma ideia com escassa força.

Já para autores como Catalão e Magrini (2017, p. 120):

A noção de direito à cidade, ainda muito útil para pensar alternativas de mudança para o mundo contemporâneo, tem sido banalizada de diferentes modos, ainda que isso não se faça de modo intencional. Ao se apropriar de uma ideia do filósofo francês Henri Lefebvre no final da década de 1960, especialmente divulgada num livro homônimo bastante controverso, diversos intelectuais, movimentos populares e personalidades da vida política têm, muitas vezes, reduzido sua compreensão.

Portanto, sentimos a necessidade de analisar a “banalização” e a “potencialização” como “movimentos em tensão” que, pensados dialeticamente, constituiriam um contraditório processo que expressaria a intencionalidade de múltiplos sujeitos e seus diferentes (e desiguais) projetos de apropriação da cidade. De acordo com Tonnucci Filho (2015, p. 215):

Em meio à pluralidade do vozerio e da imagética multitudinária que invadiu as ruas brasileiras durante as jornadas de julho de 2013, reiteradas vezes defrontei-me com bandeiras e gritos pelo direito à cidade. **A expressão está na boca de todos, apropriada e difundida – outros diriam banalizada** – por um amplo espectro de sujeitos políticos: de movimentos urbanos radicais a entidades internacionais, como o Banco Mundial e a UN-Habitat. A existência de uma Carta Mundial pelo Direito à Cidade, elaborada entre 2004 e 2005 ao longo do Fórum Social das Américas, do Fórum Social Urbano e do V Fórum Social Mundial, atesta a atualidade global da ideia. Ideia originalmente formulada pelo filósofo marxista Henri Lefebvre, ainda em 1968. (grifo nosso).

Considerando-se a tensão entre os movimentos de banalização e potencialização, podemos afirmar que a pluralidade de sujeitos que buscam dar voz à luta pelo “direito à cidade” vai muito além daqueles identificados acima por

Tonucci Filho. Poderíamos destacar os diversos eventos em prol do “direito à cidade” que ocorreram em diferentes locais do Brasil, principalmente em 2018, ano em que comemorou-se o cinquentenário da publicação do livro escrito por Lefebvre. Como podemos observar nas imagens apresentadas a seguir:

Figura 3: Folder/cartaz de conferência sobre Direito à cidade/UERJ



CONFERÊNCIA "O DIREITO À CIDADE NO PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE: DESAFIOS DA UTOPIA URBANA"

PROFª DRª ANA FANI ALESSANDRI CARLOS
(PPG GEOGRAFIA HUMANA/FFLCH/USP)

Data: 25/04/2018
Horário: 15:30 às 18 hs
Local: Auditório 11 – Bloco F/1º andar
(Pavilhão João Lyra Filho/ UERJ)

Realização:
PPG Serviço Social/FSS/UERJ (CAPES/PROEX)
UrbanoSS – Grupo de Estudos sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social

Fonte: <http://www.fss.uerj.br/?p=481>

Figura 4: Folder/ cartaz sobre Seminário ocorrido na UFES com o tema “O direito à cidade nos 30 anos da Constituição Federal”



Seminário Espírito Santo
Direito à Cidade nos 30 anos da Constituição Federal

Data: 09 de novembro de 2018
Local: Cine Metrôpoles - UFES
Vagas: 240 pessoas
Horário: 08:30 às 18:30 horas
"Entrada Gratuita"

Fonte: <http://ufes.br/conteudo/seminario-aborda-direito-cidade-nos-30-anos-da-constituicao-federal>

Figura 5: Folder/cartaz do curso “Juventude, tempo livre e Direito à Cidade” ministrado pela Prefeitura de São Paulo



FE: <http://blogumapaz.blogspot.com/2016/04/curso-juventude-tempo-livre-e-direito.html>

Figura 6: Folder/ cartaz de palestra “LGBTQIA+ e o Direito à Cidade” ministrado pela prefeitura de São Paulo em parceria com várias ONGs



Fonte:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/noticias/?p=271404

Figura 7: Folder/ cartaz de aula inaugural com o tema “Direito à Cidade, Mulher e Racismo”, ministrada na Universidade Católica de Salvador

É com muita alegria que convidamos, professores (as), colaboradores (as) e estudantes a participarem da Aula Inaugural, do semestre letivo 2018.I, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Salvador-UCSal.

direito à cidade

mulher

e

racismo

Tema da aula inaugural: Direito à cidade, mulher e racismo.

Palestrante: Lívia Santa'Anna Vaz
Promotora de Justiça de Combate ao Racismo do Ministério Público da Bahia (MP-BA)

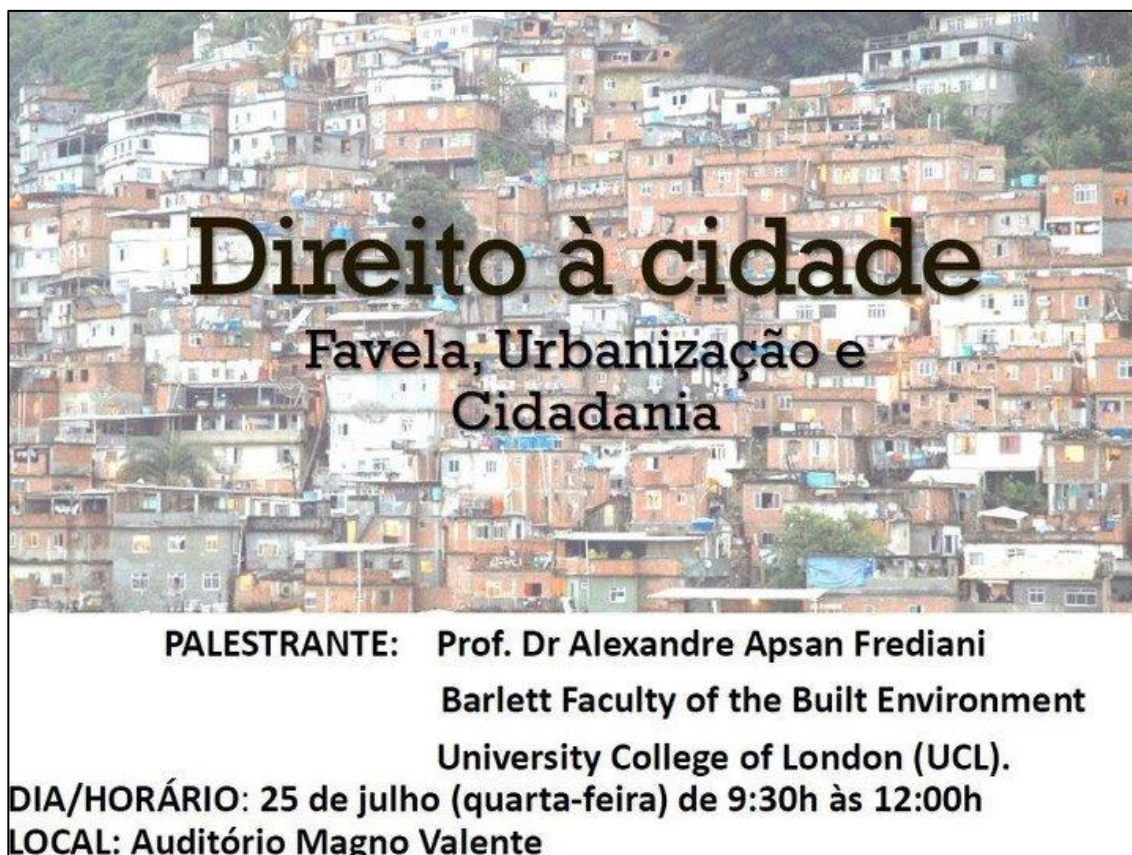
14. 03. 2018 | 9:00hs
Universidade Católica do Salvador
UCSal Pituçu.



**• NOVA •
UCSAL**

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e
Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Figura 8: Folder/cartaz sobre palestra com o tema “Direito à Cidade, Favela, Urbanização e Cidadania”, ministrada na Universidade Federal da Bahia



Fonte: <https://dacivilufba.wordpress.com/2012/07/24/palestra-direito-a-cidade-favela-urbanizacao-e-cidadania-quarta-feira-2507/>

Ao observarmos as figuras apresentadas anteriormente, podemos identificar que, em algumas delas (figuras 7, 8, 9 e 10), o direito à cidade aparece relacionado à alguma “política identitária” (mulheres, juventude, LGBTQIA+), ou seja, não sendo necessariamente um “direito coletivo” identificado, a princípio, com o conceito clássico de luta de classes. Essa é uma discussão interessante, mas que não iremos aprofundar neste trabalho. Nosso objetivo é somente ilustrar como existem diversos sujeitos, com diferentes “vozes”, que engendram debates que partem de reivindicações identitárias e ratificam a importância do direito à cidade para a construção de suas subjetividades. Neste sentido, Ferreira (2013) nos chama a atenção para a necessidade de (re)pensarmos as múltiplas escalas espaciais e temporais de ação. De acordo com esse geógrafo:

No que tange às escalas espaciais, é preciso “costurar” os particularismos militantes, mobilizações sem pretensões mais amplas (mas de grande importância para aqueles que àquilo reivindicam) com ações de âmbito global; ou seja, que levem em conta não apenas problemas conjunturais, mas também os problemas ligados à estrutura. (FERREIRA, 2013, p. 67)

Acreditamos que ainda estaríamos à margem de formas de organização social e política que materializem toda a radicalidade contida e expressa no conceito de direito à cidade apresentado originalmente por Henri Lefebvre. Portanto, enquanto “sujeitos históricos” estaríamos (ainda) “às margens do direito à cidade”, principalmente ao considerarmos os “limites” e as “fronteiras” dos diferentes projetos de democracia contidos nos contraditórios projetos de *emancipação política e emancipação humana*. Segundo Carlos (2017, p. 54):

Com certa frequência, o conceito de direito à cidade faz menção ou apela à análise de Lefebvre, principalmente no livro escrito em 1968. Em nome dele, modeliza-se a dialética, justifica-se a elaboração de políticas públicas, planeja-se a participação de todos na “gestão democrática” da cidade contra o empreendedorismo urbano. Todavia em Lefebvre, a ideia de direito à cidade se constitui no movimento triádico que envolve os planos do real-possível-impossível: a realidade como uma totalidade aberta e que se move em função das contradições do processo histórico vivido no urbano pela constituição de uma condição inumana: aquela que separa a civilização de sua obra, o indivíduo de sua criação.

Neste trabalho, identificamos como “*movimento de banalização do direito à cidade*” a existência de um conjunto de práticas relacionadas à luta por direitos engendrada por sujeitos que buscam distintas formas de reconhecimento tendo como base a batuta do Estado. Ou seja, a práxis política desses sujeitos seria motivada por reivindicação de diferentes pautas que deveriam ser atendidas pelo Estado. Este seria, portanto, o principal mediador para que diferentes grupos pertencentes à sociedade civil pudessem ser “incluídos” no conjunto de direitos definidos por Lei e assim estarem legalmente habilitados à exercerem sua “cidadania” ao tornarem-se, “sujeito de direitos”. De acordo com Mattos (2017, p. 365):

É o que acompanhamos no dia a dia dos mais diversos movimentos, manifestações: luta pelos direitos. Direitos concedidos pelo Estado e que aproxima, “igual” àqueles que já o usufruem, como o reconhecimento dos direitos trabalhistas daquelas (daqueles) que exercem o trabalho doméstico, segundo Lei Complementar nº 150, de 01 de junho de 2015, assim como o casamento civil ou conversão estável entre pessoas do mesmo sexo. Vários movimentos podem ser elencados, inclusive aqueles em relação à cidade como a Nova Agenda Urbana fruto da Habitat III que aconteceu de 17 a 20 de outubro de

2016 em Quito, Equador, que aponta diretrizes para a transformação das cidades em ambientes mais justos, seguros, saudáveis, acessíveis, economicamente vibrantes, resilientes e sustentáveis, e lista uma série de compromissos para os países-membros da ONU. Mesmo não tendo caráter impositivo, um dos compromissos trata do Direito à Cidade para todos e aponta para a necessidade de uma reorientação da forma como planejamos, desenvolvemos e governamos nossas cidades.

Em relação ao que identificamos como sendo o “*movimento de potencialização do direito à cidade*”, pode-se dizer que este compreenderia às práticas que buscam a “verdadeira democracia”, ou seja, que tem como base a possibilidade de construção de emancipação humana, ou seja, a autoemancipação. Poderíamos citar como um exemplo desse movimento o caso da Cecosesola⁵³, amplamente estudado pelo jornalista e militante uruguaio Raul Zibechi. De acordo com Zibechi (2017, p. 59):

Cecosesola é uma organização verdadeiramente autônoma e os seus membros trabalham pela emancipação individual e coletiva. É uma organização excepcional na Venezuela, do mesmo caráter – ainda que distinto – do zapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil.

Os dois movimentos mencionados acima devem ser interpretados de maneira inter-relacionada e considerados em tensão permanente, neste sentido, preferimos falar que estamos diante de um *contraditório processo de banalização-potencialização do direito à cidade*. Para Harvey (2014, p. 244-245):

Nem sempre é fácil distinguir entre iniciativas reformistas e revolucionárias no contexto urbano. O orçamento participativo em Porto Alegre, os programas ecologicamente corretos em Curitiba ou as campanhas pelo salário-mínimo em muitas cidades dos Estados Unidos parecem reformistas (e, nesse aspecto, bastante marginais). (...) Porém, a medida que sua influência se espalha, iniciativas desse tipo revelam camadas mais profundas de possibilidades para concepções e ações mais radicais em escala metropolitana.”

Considerando-se a existência de uma “linha tênue” que dificultaria a distinção entre iniciativas reformistas e revolucionárias no contexto urbano, afirmamos que o processo em tela seria “contraditório”. No entanto, qual o sentido de “contradição” que sustenta nossa análise?

⁵³ De acordo com Zibech (id. 2017; id. 2009), “Cecosesola é uma rede de 50 comunidades com quase meio século de existência no estado de Lara, com produção agrícola, agroindústrias, serviços de saúde, de poupança e empréstimos, funerários, de transporte e distribuição de alimentos e artigos para o lar. Tem mais de 20 mil associados, 1300 trabalhadores que também são sócios com igual remuneração, e tem uma forma de funcionar sem estrutura física nem endereço, com base em mais de 300 reuniões anuais, semanais, vivenciais e encontros de convivência e fraternização”.

É importante salientar que ao longo deste trabalho, utilizamos o termo “contradição” em sentido diferente daquele derivado da lógica aristotélica, ou seja, consideramos que a contradição “acontece quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento” (HARVEY, 2016, p.15).

Na esclarecedora e estimulante introdução de sua obra intitulada *17 contradições e o fim do capitalismo*, o geógrafo britânico David Harvey faz um breve panorama sobre a importância de pensar o movimento do “capital” a partir de suas contradições. Ao aliar rigor conceitual e uma enorme capacidade explicativa, principalmente para auxiliar aqueles que estão iniciando suas leituras sobre o assunto, o autor, logo no primeiro parágrafo de respectivo prolegômeno, nos chama a atenção para o seguinte fato: na língua inglesa o conceito de contradição é usado de duas maneiras básicas (HARVEY, 2016, p.16).

A primeira forma de uso do conceito de contradição é uma forma de pensamento derivada da lógica aristotélica. Acreditamos que um número considerável de pessoas compreende o conceito de contradição partindo do seguinte raciocínio: existe uma contradição quando percebemos que uma certa declaração “A” anularia uma certa declaração “B” e vice-versa. Por exemplo, a declaração “nem todas as pessoas têm o direito à cidade” contradiz a declaração “todas as pessoas têm o direito à cidade”. Se uma é verdadeira, a outra é falsa.

A segunda maneira de pensar o conceito de contradição baseia-se numa concepção dialética de pensar as coisas e os processos. Portanto, podemos identificá-la “quando duas forças aparentemente opostas estão presentes ao mesmo tempo em determinada situação, entidade, processo ou evento” (HARVEY, 2016, p.15). Partindo-se dessa concepção, a declaração feita por alguns especialistas de que “o *direito à cidade* é um conceito banalizado”, não necessariamente anularia a declaração feita por outros de que “o *conceito de direito à cidade* ainda constitui uma *potência*”. Identificamos, portanto, uma tensão e não uma proposição anulando a outra.

Para Harvey (2016), as contradições do capital são “perigosas”. Elas também seriam “fundamentais” e “mutáveis” e se manifestariam em variados

níveis e intensidades através de suas singularidades e particularidades. Estas contradições seriam materializadas em diferentes partes do planeta e seriam engendradas através das íntimas relações entre Estado e diferentes matizes do capital que acabariam por produzir em nível planetário os desenvolvimentos geográficos desiguais. De acordo com Carlos (2017, p. 47):

No plano da prática, a vida urbana revela as contradições sob a forma de conflitos urbanos, colocando para os pesquisadores muitos impasses que exigem uma análise crítica e uma proposta de solução. Todavia, não raro, os problemas urbanos se explicam pela necessidade de um planejamento em função da constatação ilusória de que haveria uma “falta de planejamento da cidade” no centro da crise urbana.

Considerando-se que no “plano da prática, a vida urbana revela as contradições sobre as formas de conflitos urbanos”, Harvey (2016) nos ajuda a identificar três grandes conjuntos de contradições do capital que possuem íntimas relações com a produção alienadora das cidades. Estas contradições são descritas no quadro abaixo:

TIPO DE CONTRADIÇÃO	CONTRADIÇÕES ESPECÍFICAS
As contradições fundamentais (total de 7 contradições)	1-Valor de uso e valor de troca; 2-O valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; 3-Propriedade privada e Estado capitalista; 4- Apropriação privada e riqueza comum; 5- Capital e Trabalho; 6- Capital como processo ou como coisa? 7- A unidade contraditória entre produção e realização;
As contradições mutáveis (total de 7 contradições)	8-Tecnologia, trabalho e descartabilidade humana; 9-Divisões do trabalho; 10-Monopólio e competição: centralização e descentralização; 11- Desenvolvimentos geográficos desiguais e produção do espaço; 12- Disparidades de renda e riqueza; 13- Reprodução social; 14- Liberdade e dominação;
As contradições perigosas (total de 3 contradições)	15- Crescimento exponencial infinito; 16- A relação do capital com a natureza; 17- A revolta da natureza humana: a alienação universal.

Fonte: Elaboração pessoal

Como podemos observar no quadro acima, Harvey teve o cuidado de adjetivar um grupo de contradições como “perigosas” e não como “fatais”, pois ele rejeita veementemente a ideia de um “fim apocalítico” para o modo de

produção capitalista. Nesse sentido, ao preferir o adjetivo “perigosas” o autor reafirmou a *importância de pensar o devir* e de relativizar sobre os conceitos de espaço e o tempo quando o assunto é pensar sobre o futuro do capital e da humanidade. Neste sentido, podemos estabelecer uma forte relação entre essa interpretação de Harvey e o conceito de espaço defendido por Massey (2013).

Muitas vezes, nem temos a consciência de que estamos expostos a certos “riscos”, visto que no modo de produção capitalista sofremos diferentes formas de alienação que nos condiciona ao mundo claro-escuro da pseudoconcreticidade. Tal fato, ao mesmo tempo que pode libertar o pensar da eminência do risco constante, também pode gerar um sentimento de vazio, de incompletude diante do mundo, fazendo aflorar atitudes niilistas que sufocam certos pensamentos utópicos tão importantes para a satisfação do ser humano.

Portanto, precisamos entender “a realidade” considerando-se os “processos”. Para tanto, é importante fazer uso de conceitos e métodos compreendendo-os em seu movimento, em seu constante devir, ou seja, “como a dimensão de trajetórias múltiplas, uma simultaneidade de histórias-até-agora” (MASSEY, 2013, p.49).

Nesse intuito, ainda na introdução de “*17 contradições e o fim do capitalismo*”, Harvey (2016, p. 17) nos adverte que *a contradição mais importante de todas é aquela entre realidade e aparência no mundo em que vivemos*. Para explicar tal afirmação, ele recorre ao conceito de *fetichismo* em Marx. Segundo Harvey (2016, p. 18), por fetichismo, Marx se referia a várias máscaras, disfarces e distorções do que realmente acontece ao nosso redor. “*Se essência e aparência fossem coincidentes*”, escreveu ele “*a ciência não seria necessária*” (idem).

Pará nós, o “direito à cidade” também tem sido alvo de fetichismo. Muitas vezes, percebemos discursos nos quais o “direito à cidade” é quase um sinônimo para falar sobre direitos que estão fundamentados na propriedade privada (por exemplo, o direito à moradia). Mas não seria a propriedade privada um empecilho ao “direito à cidade” em no sentido desenvolvido por Henri Lefebvre?

Uma resposta para esta pergunta pode ser encontrada em Tonucci Filho (2015, p. 223) quando este autor nos brinda com a tradução das palavras proferidas por Lefebvre, em julho de 1986, à época da *Internacional Competition for the New Belgrade Urban Structure Improvement*, promovida pelo então Estado da Iugoslávia. De acordo com Lefebvre et.al.(2009) citado/traduzido por Tonucci Filho (2015):

O “direito à cidade”? (...) Isto significa (...) não permitir a perda do patrimônio histórico, não permitir que o espaço desmorone, restaurar o centro como lugar de criação, civilização. O direito à cidade vem como um complemento, não tanto aos direitos do homem (como o direito à educação, à saúde, à segurança etc.), mas aos direitos do cidadão: aquele que não é apenas um membro de uma “comunidade política” cuja concepção permanece indecisa e conflituosa, mas de um agrupamento mais preciso que coloca várias questões: a cidade moderna, o urbano. Este direito leva a participação ativa do cidadão-cidadino no controle do território, e na sua gestão, cujas modalidades ainda precisam ser especificadas. Ele leva também a participação do cidadão-cidadino na vida social ligada ao urbano; ele propõe que se proíba o deslocamento dessa cultura urbana, que se proíba a dispersão, não empilhando os “habitantes” e “usuários” umem cima do outro, mas inventando, nos domínios e níveis do arquitetônico, do urbanístico e do territorial. Esse direito pressupõe uma transformação da sociedade(...)Por conta da autogestão, um lugar é esboçado entre o cidadão e o citadino.

Estaríamos então diante de um paradoxo? Ou seja, enquanto estivermos sob o modo de produção capitalista, alicerçado na propriedade privada dos meios de produção (e de reprodução), o “direito à cidade”, como fora pensado por Henri Lefebvre, seria improvável de ser vivenciado? Esta é uma pergunta difícil de responder.

Identificamos um movimento de sujeitos que através de suas lutas, acabariam por ratificar o direito à propriedade privada. Em tensão com este movimento, identificamos outro movimento cuja dimensão interpretativa do direito à cidade se aproximaria da “essência” do pensamento de Henri Lefebvre. O processo que nós identificamos neste trabalho como sendo constituído por dois “movimentos contraditórios” foi identificado por Catalão e Magrini (2017, p. 124-125) da seguinte maneira:

No Brasil, existe uma clara **contradição entre duas formas principais de direito à cidade**. A mais recorrente e, diga-se de passagem, mais empobrecida está ligada à incorporação deste direito tanto pelos movimentos populares vinculados à luta pela reforma urbana, que resultaram, primeiro, na inclusão da Política Urbana como aspecto constitucional e, posteriormente, na promulgação do Estatuto da Cidade e na criação do Ministério das Cidades, incluindo o

Conselho Nacional das Cidades, as Conferências Nacionais das Cidades e todos os seus desdobramentos estaduais e municipais. (...) A segunda forma contempla aquilo que a primeira, quando abarca, não o faz suficientemente, isto é, o direito à cidade é uma construção, portanto, nunca acabada, nunca dada, nunca verticalmente estabelecida, porque é um processo de empoderamento paulatino dos cidadãos, que envolve conscientização sobre constituir-se como protagonistas da condução da vida urbana, mas não como somatório de individualidades. Estamos tratando da revalorização da cidade como obra de vida coletiva, como processo que há cerca de dez mil anos⁹ vem ensinando os seres humanos a lidar com os desconfortos e os benefícios da vida em partilha. (grifo nosso).

No que diz respeito à (re)produção do espaço urbano, o que temos assistido até agora são dois movimentos contraditórios em relação ao direito à cidade: o movimento de banalização/institucionalização e o movimento de potencialização.

Nesse sentido, acreditamos que para que o direito à cidade, em sua dimensão radical, venha a ser uma realidade, seria preciso muito mais do que a substituição do capitalismo⁵⁴ por uma nova formação social. É preciso a eliminação das suas condições de reprodução sociometabólica do sistema do capital (MESZÁROS, 2009. p.249). Faz-se necessário pensar como essa possível formação social que substituirá o capitalismo irá desconstruir tripé Estado, Capital e Trabalho. Caso contrário, poderemos repetir os mesmos erros de experiências do passado: substituir o capitalismo por outra formação social que, embora seja identificada como socialista, fracasse no que diz respeito aos usos comuns do espaço público, sendo este último tomado e “privatizado” pelo Estado, sendo muitas vezes negligenciado o bem-estar comum dos cidadãos.

.Segundo Tonucci Filho (2015, p. 223) no artigo *Dissolving city, planetary metamorphosis*, originalmente publicado no *Le Monde Diplomatique* (maio, 1989) sob o título *Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire*, Lefebvre irá argumentar sobre o fracasso do urbanismo para além do capitalismo. Ainda de acordo com Tonucci Filho (idem, p. 218):

⁵⁴ Harvey (2016, p. 19) faz uma distinção entre capitalismo e capital. Ele nos diz que “por capitalismo, designo qualquer formação social em que os processos de circulação e acumulação de capital são hegemônicos e dominantes no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social. O capitalismo é cheio de contradições, contudo muitas não têm nada a ver diretamente com a acumulação do capital. Essas contradições transcendem as especificidades das formações sociais capitalistas.

Lefebvre vai argumentar que o fracasso do urbanismo em produzir uma cidade viva e habitável não pode ser creditado somente ao capitalismo, à busca pelo lucro, já que o socialismo encontrou a mesma dificuldade: esse fracasso estaria antes relacionado ao próprio pensamento ocidental, que, desde os gregos, foi capaz apenas de produzir uma concepção meramente instrumental do urbano. Para o autor, somente os poetas entenderam a cidade como morada dos homens.

Tanto no movimento de banalização quanto no movimento da potencialização do “direito à cidade” podem ser identificados muito mais pelo viés das lutas/reivindicações do que propriamente pelo gozo desse “direito”. É como se o conceito tivesse sofrido uma espécie de “explosão” que originou dois grandes estilhaços que ainda estão unidos por uma linha tênue.

O “primeiro estilhaço” seria representado pelos sujeitos que engendram o “movimento de banalização”, ou seja, por aqueles que compreenderiam que o “direito à cidade” estaria fundado sobre uma sociedade de direitos que tem sua base na propriedade privada. Essa luta em si também acabaria por reforçar a contradição entre valor de troca e valor de uso do solo urbano na cidade. No entanto, não devemos desconsiderar a importância deste movimento, principalmente em relação à realidade brasileira. Ainda de acordo com Catalão e Magrini (2017, p. 124)

A contradição reside numa compreensão restrita de que o direito à cidade pode ser alcançado apenas pela implementação dos preceitos estabelecidos em lei, como se eles fossem, por si só, suficientes. Assim, subdividiu-se o direito à cidade como direito à moradia, ao transporte, ao saneamento, à educação, à limpeza urbana, entre outras demandas. Ou seja, nessa concepção, o direito à cidade é visto como meta objetiva concretizável num determinado momento do processo de planejamento e gestão urbanos, especialmente como algo que a prefeitura ou o governo do estado, ou até mesmo o Ministério das Cidades, poderia proporcionar.

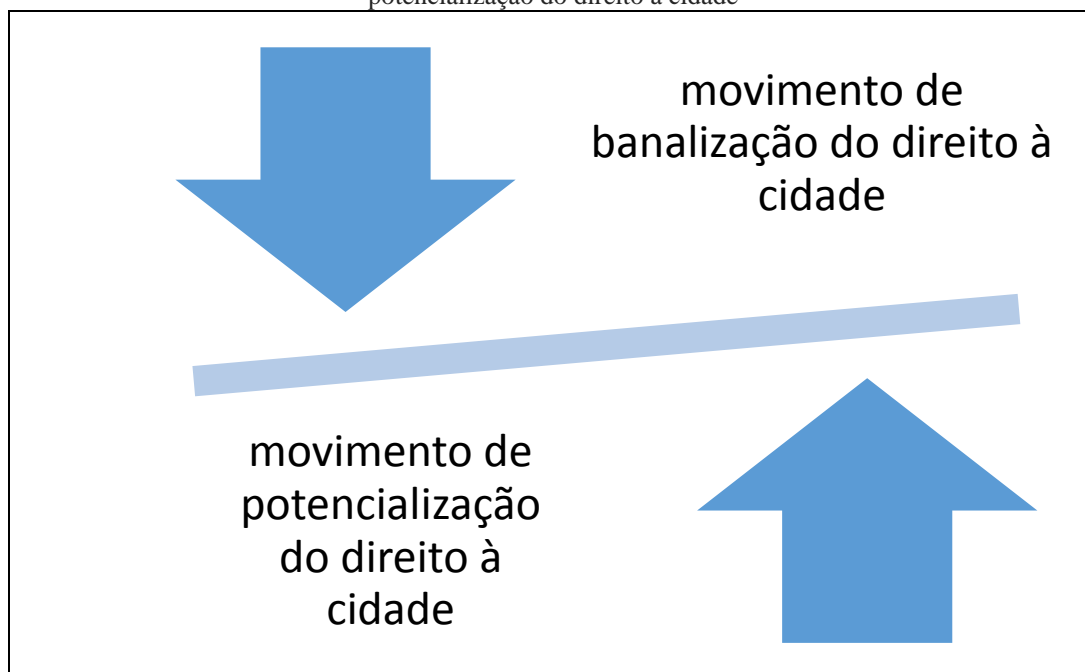
O “segundo estilhaço” seria representado pelos sujeitos que engendram o “movimento de potencialização”, ou seja, aqueles que compreenderiam que a luta pelo “direito à cidade” não se esgotaria na luta pela posse de bens privados, é um “direito” que requer um outro projeto de educação e cidadania que lute pelo “comum” em detrimento do “privado” e de uma certa concepção do “público”. Este movimento é “potencial” pois acreditamos que exista, de fato, uma “potência” contida nele que nos aproximaria da radicalidade do conceito de “direito à cidade” pensado por Lefebvre.

A luta de classes seria a “linha tênue” que ainda ligaria estes “dois estilhaços”. Enquanto vivermos dentro de uma sociedade dividida em classes sociais, esses dois movimentos, sempre estarão em tensão, constituindo assim um contraditório processo de banalização-potencialização do direito à cidade.

O momento em que vivemos no Brasil é dramático, pois parece-nos que estamos entrando numa nova fase na qual até mesmo o movimento de banalização do direito à cidade parece correr perigo de perder sua força, principalmente diante da crise da chamada democracia representativa e com a chegada ao poder de novos partidos identificados com um pensamento de extrema direita. Na atual cena política brasileira, conforme apresentamos no primeiro capítulo, percebemos o predomínio do neoliberalismo como nova razão do mundo e, como consequência, assistimos à erosão de certos direitos concedidos pelo Estado.

A existência desses dois contraditórios movimentos deve ser pensada a partir de uma concepção dialética, ou seja, devemos analisá-las em seu constante movimento de tensão. Seria justamente esta “tensão”, alimentada pelo exponencial aumento da desigualdade social entre as classes, que caracterizaria o processo como sendo contraditório, conforme já foi falado anteriormente.

Figura 9: Esquema visual mostrando a tensão entre o movimento de banalização e o movimento de potencialização do direito à cidade



Fonte: elaboração pessoal.

O movimento de potencialização do “direito à cidade” estaria norteado por projetos e ações que repensem uma outra possibilidade de vida urbana baseadas em projetos de que se aproximariam muito da ideia de emancipação humana, como podemos observar nas palavras de Lefebvre ([1968] 2008a, p. 139):

O direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permeiam o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc). A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separado do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria).

O direito à cidade não pode ser concebido como um direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. So pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que “o urbano”, lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível (LEFEBVRE, [1968] 2008a, p. 117-118).

Em relação ao movimento de banalização do direito à cidade, poderíamos destacar que este tem suas bases construídas sobre o alicerce do direito burguês que legitima a propriedade privada. No entanto, diante do avanço da racionalidade neoliberal, uma parcela cada vez menor da população tem o direito de propriedade em relação ao solo urbano. Este cada vez mais vai sendo apropriado por diferentes matizes do capital em estreita relação com o Estado. Acentua-se portanto uma das “contradições fundamentais” do capital: a contradição entre valor de uso e valor de troca. De acordo com Harvey (2016, p. 32), “a busca desenfreada do valor de troca destruiu a capacidade de muitas pessoas de adquirir e sustentar o acesso aos valores de uso da habitação”.

Conforme discussão apresentada no segundo capítulo deste trabalho, a reprodução social da vida nas cidades, principalmente para a classe-que-vive-do-trabalho, encontra-se cada vez mais comprometida diante da “produção de espaços financeirizados”, a exemplo do que vem ocorrendo na região portuária da cidade do Rio de Janeiro.

Consideramos que o movimento de banalização do direito à cidade também pode ser compreendido, dentre outras contradições do capital, através da atual crise do valor de troca que vem negando a um número cada vez maior de

peessoas um valor de uso adequado da habitação, saúde e educação (HARVEY, 2016, p. 36).

Para Harvey (2016, p. 47), “o valor de troca e o dinheiro pressupõem conjuntamente a existência de direitos individuais de propriedade privada tanto sobre as mercadorias quanto sobre o dinheiro”. Nesse sentido, “os direitos de propriedade privada conferem o direito de vender (alienar) aquilo que se possui” (idem). Ainda segundo esse autor:

Os direitos de propriedade privada pressupõem um elo social entre o que é possuído e uma pessoa, definida como sujeito jurídico, que é dona e tem o direito de dispor daquilo de que é dona. (...) A existência desse elo social é reconhecida em quase todas as constituições burguesas e conecta os ideais de propriedade privada individual com as noções de direitos humanos individuais, os “direitos do homem” e as doutrinas e proteções legais desses direitos individuais. O elo social entre direitos humanos individuais e propriedade privada está no centro de quase todas as teorias contratuais do governo. (HARVEY, 2016, p. 48)

Ainda de acordo com Harvey (2016, p. 57):

A única estratégia política viável é a que resolve a contradição entre os interesses privados e individuais, de um lado, e os interesses e poderes estatais, de outro, substituindo-a por outra coisa. É nesse contexto que parece fazer sentido a preocupação atual da esquerda com o restabelecimento e a recuperação dos “bens comuns”. A absorção dos direitos de propriedade privada em um projeto abrangente de gestão coletiva dos bens comuns e a dissolução dos poderes estatais autocráticos e despóticos em estruturas democráticas de gestão coletiva são os únicos válidos a longo prazo.

Perceber que a “luta por direitos” é importante e digna para nossa reprodução dentro de uma sociedade capitalista, mas que também conseguimos perceber para além do que é legitimado e concedido pelo Estado, ou seja, termos a consciência que os mesmos direitos que nos dizem “libertar” são os mesmos que nos “aprisionam” ainda mais dentro do sistema metabólico do capital. Para essa “tomada de consciência”, acreditamos que precisamos revisitar os conceitos de “alienação” e “emancipação”.

Na obra *O mito de Sísifo*, de autoria de Albert Camus, publicado pela primeira vez na França, em 1942, em plena Segunda Guerra Mundial, encontramos um convite a reflexão sobre a noção de “absurdidade”. Na segunda edição brasileira do livro, publicada em 1989, pela editora Guanabara, o tradutor Mauro Gama fez uma interessante apresentação na qual nos chama atenção que

“*Le mythe de Sisyphe* é a primeira formulação teórica da noção de absurdidade, isto é, da tomada de consciência, pelo ser humano, da falta de sentido (ou, portanto, do sentido absurdo) da sua condição”.

Para Camus (1989, p. 73):

Antes de deparar com o absurdo, o homem cotidiano vive com objetivos, uma preocupação com o futuro ou com a justificação (acerca de quem ou de que não nos importa). Ele avalia suas possibilidades, conta com o mais tarde, com sua aposentadoria ou o trabalho de seus filhos. Ainda acredita que alguma coisa da sua vida pode ser manobrada. Na verdade, ele age como se fosse livre, ainda que todos os fatos se encarreguem de contradizer essa liberdade. Após o absurdo, tudo se acha abalado. Essa idéia de que “eu sou”, minha maneira de agir como se tudo tivesse um sentido (mesmo se eu dissesse, no momento, que nada o tinha), tudo isso se encontra desmentido de uma forma vertiginosa pela incoerência de uma morte possível. Pensar no dia de amanhã, firmar um objetivo, ter preferências, tudo isso pressupõe a crença na liberdade, mesmo se às vezes nos convencemos de não a sentir efetivamente. Nesse instante, porém, essa liberdade superior, essa liberdade de ser que é a única a poder fundamentar uma verdade, sei muito bem, agora que ela não existe. A morte está ali como única realidade. Depois dela, a sorte será lançada. Não são mais livre para me perpetuar, mas escravo, e escravo, sobretudo, sem esperança de revolução eterna, sem refúgio no desprezo. Em quem, sem revolução e sem desprezo, pode permanecer escravo? Que liberdade, no sentido pleno, pode existir sem garantia de eternidade?

Essa “noção de absurdidade”, amplamente discutida por Camus na obra em questão, nos chama atenção para começar uma breve discussão sobre o conceito de alienação. “*Deve afirmar, antes de mais nada, que alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas de desenvolvimento genérico da humanidade*” (HELLER, 2008, p. 56).

Ainda de acordo com Heller (2008, p. 57):

A vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação. Por causa da coexistência “muda”, em-si, e particularidade e genericidade, a atividade cotidiana pode ser atividade humano-genérica não consciente, embora suas motivações sejam, como normalmente ocorre, efêmeras e particulares.

Mas a estrutura da vida cotidiana, embora constitua indubitavelmente um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. Sublinhemos, mais uma vez, que as formas de pensamento e comportamento produzidas nessa estrutura podem perfeitamente deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação, permitindo-lhe- enquanto unidade consciente do humano-genérico e do individual-particular – uma condensação “prismática”, por assim dizer, da experiência da cotidianidade, de tal modo que

essa possa manifestar-se como essência unitária das formas heterogêneas de atividades próprias da cotidianidade e nelas objetivar-se. Nesse caso, o ser e a essência não se apresentam separados e as formas de atividade da cotidianidade não aparecem como formas alienadas, na proporção em que tudo isso é possível para os indivíduos de uma dada época e no plano máximo da individualidade – e por conseguinte, de desenvolvimento do humano-genérico- característico de tal época. Quanto mais for a alienação produzida pela estrutura econômica de uma sociedade dada, tanto mais a vida cotidiana irradiará sua própria alienação para as demais esferas.

Mészáros, em seu livro *A teoria da alienação em Marx* (2006, p. 17) nos afirma que a busca pela interpretação acerca da alienação vem de longa data:

Os problemas da alienação vêm sendo debatidos há muito tempo, mas o interesse por eles de maneira nenhuma diminuiu. Pelo contrário: a julgar por alguns acontecimentos históricos recentes e pela orientação ideológica de muitos de seus participantes, a crítica da alienação parece ter adquirido uma nova urgência histórica.

Acerca do conceito de alienação, múltiplas são as possibilidades de interpretação apresentadas em dicionários especializados em temas abordados pelos trabalhadores nas Ciências Sociais. Nesse sentido é perigoso definir o conceito sem qualificá-lo e contextualizá-lo.

De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 2012, p. 6), temos a seguinte definição para o conceito:

Alienação: no sentido que lhe é dado por Marx, ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornaram (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim alienados (1) aos resultados ou produtos de sua própria atividade(e à atividade ela mesma), e/ou (2) à natureza na qual vivem, e/ou (3) a outros seres humanos, e – além de, e através de, (1), (2) e (3)- também (4) a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente). Assim concebida, a alienação é sempre alienação de si próprio ou autoalienação, isto é, alienação do homem (ou de seu ser próprio) em relação a si mesmo (às suas possibilidades humanas), através dele próprio (pela sua própria atividade).

Segundo o Dicionário de Política (BOBBIO et alli. 1995, p. 20), encontramos a seguinte definição para o conceito:

Alienação. I. Definição: “Ao nível de máxima generalização, a Alienação pode ser definida como o processo pelo qual alguém ou alguma coisa(segundo Marx, a própria natureza pode ficar envolvida no processo de Alienação humana) é obrigado a se tornar outra coisa diferente daquilo que existe propriamente no seu ser”(P. Chiodi). O uso corrente do termo designa, frequentemente em forma genérica, uma situação psicossociológica de perda da própria identidade individual ou coletiva, relacionada com uma situação negativa de dependência e de falta de autonomia. A Alienação, portanto, faz referência a uma dimensão subjetiva e juntamente a uma dimensão objetiva histórico-social. Nesse sentido se fala: de Alienação mental como estado psicológico conexo com a doença mental; de Alienação dos colonizados enquanto sofrem e interiorizam a cultura e os valores dos colonizadores; de Alienação dos trabalhadores enquanto integrados, através de tarefas puramente executivas e despersonalizadas, na estrutura técnico-hierárquica da empresa individual, sem ter nenhum poder nas decisões fundamentais; de Alienação de massas enquanto objeto e heterodireção e de manipulação através do uso dos *mass media*, da publicidade, da organização mercadificada do tempo livre; de Alienação da técnica como instrumentação dos aparelhos para que funcionem segundo uma lógica de eficácia e de produtividade do problema dos fins e do significado humano de seu uso. A definição do termo em relação aos diferentes estados de despersonalização e de perda de autonomia por parte dos sujeitos envolvidos nos processos em questão corresponde a uma banalização do conceito, mas também à complexidade de semântica que ele tem na cultura filosófico-política moderna da qual foi concebido.

Figura 10: Representação da instalação artística “A última alienação”:

“A ÚLTIMA ALIENAÇÃO”

(Instalação do artista Renato Souza apresentada ao público na 6ª Bienal do Esquisito que ocorreu de 17 abril a 26 de maio de 2012 no Centro de Convenções e Eventos Victor Brecheret, em Atibaia, SP)

É possível fazer uma digressão histórica acerca da alienação? Ainda de acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 2012, p. 8):

A doutrina crista do pecado original e da redenção tem sido considerada por muitos autores como uma das primeiras versões da história da alienação e da desalienação do homem. Alguns deles insistiram em que o conceito de alienação teve sua primeira expressão no pensamento ocidental no conceito de idolatria do Velho Testamento. A relação entre os seres humanos e o Logos, em Heráclito, também pode ser analisada em termos de alienação. E alguns comentaristas sustentaram que a origem da concepção que Hegel tinha da natureza como forma autoalienada do Espírito Absoluto pode ser encontrada na interpretação de Platão do mundo natural como uma imagem imperfeita do nobre mundo das Ideias. Na época moderna, a terminologia e a problemática da alienação encontram-se especialmente nos teóricos do Contrato Social.

Percebe-se que ao desenvolver sua teoria da alienação, Marx avança⁵⁵ em relação às concepções de Feuerbach. No prefácio à quinta edição de *A Teoria da Alienação em Marx*, Mészáros (2006, p. 14) nos chama atenção de que:

A alienação da humanidade, no sentido fundamental do termo, significa perda de controle: sua corporificação numa força externa que confronta os indivíduos como um poder hostil e potencialmente destrutivo. Quando Marx analisou a alienação nos seus Manuscritos de 1844, indicou os seus quatro principais aspectos: 1) a alienação dos seres humanos em relação à natureza; 2) à sua própria atividade produtiva; 3) à sua espécie, como espécie humana; e 4) de uns em relação aos outros. Ele afirmou enfaticamente que tudo isso não é uma “fatalidade da natureza”- como de fato são representados os antagonismos estruturais do capital, a fim de deixá-los onde estão – mas uma forma de autoalienação. Dito de outra forma, não é o feito de uma força externa todopoderosa, natural ou metafísica, mas o resultado de um tipo determinado de desenvolvimento histórico que pode ser positivamente alterado pela intervenção consciente no processo histórico para “transcender a autoalienação do trabalho”.

Marx afirma nos *Manuscritos Econômicos Filosóficos* que o trabalhador perante o modo de produção capitalista se relaciona com o produto de seu trabalho de maneira alienada/estranhada.

⁵⁵ Ainda de acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista (BOTTOMORE, 2012, p. 08): “Marx concordava com a crítica de Feuerbach à alienação religiosa, mas ressaltava que esta é apenas uma entre as várias formas de alienação humana. O homem não só aliena parte si mesmo na forma de Deus, como também aliena outros produtos de sua atividade espiritual na forma d filosofia, senso comum, arte, moral; aliena os produtos de sua atividade social na forma do Estado, do direito, das instituições sociais. Há muitas formas nas quais o Homem aliena de si mesmo os produtos de sua atividade e faz deles um mundo de objetos separado, independente e poderoso, como qual se relaciona como um escravo, impotente e dependente. Mas o homem não só aliena de si mesmo seus próprios produtos, como também se aliena a si próprio da atividade mesma qual esses produtos são criados, da natureza na qual vive e dos outros homens. Todos esses tipos de alienação são, em última análise, a mesma coisa: são aspectos diferentes, ou formas, da alienação do homem, formas diferentes da alienação que e produção entre o homem e a sua “essência” ou sua “natureza” humana, entre o homem e sua humanidade”.

Segundo Marx ([1844] 2010, p. 81):

Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o produto de seu trabalho como (com) um objeto estranho estão todas estas conseqüências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeits*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, (e) tanto menos (o trabalhador) pertence a si próprio. É do mesmo modo a religião. Quanto mais o homem põe em Deus, tanto menos ele retém em si mesmo. O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é. A exteriorização (*Entäusserung*) do trabalhador em seu produto tem o significado não somente de que seu trabalho se torna um objeto, uma existência externa (*äussers*), mas, bem além disso, (que se torna uma existência) que existe fora dele (*ausser ihm*), independente dele e estranha a ele, tornando-se uma potência (*Match*) autônoma diante dele, que a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha.

Um conceito importante para desenvolvermos uma crítica da “alienação” é pensar sobre diferentes concepções de “emancipação”. De acordo com Pogrebinschi (2009, p. 355):

A emancipação política, portanto, não implica emancipação humana. As contradições e os limites da emancipação humana, aliás, residem na própria categoria de emancipação política. A emancipação política pode no máximo ser tida como um avanço, como a forma mais acabada, a forma última, da emancipação humana no interior da ordem estabelecida pela modernidade política – e é só desse modo que ela poderia servir de meio, de instrumento, para transgredir essa ordem, inaugurando uma etapa da verdadeira emancipação, que é a emancipação humana.

Podemos afirmar que o conceito radical de “direito à cidade” desenvolvido por Henri Lefebvre vai além de uma concepção relacionada à luta por emancipação política, mas principalmente busca ir ao encontro daqueles sujeitos que lutam por uma emancipação humana. Segundo Pogrebinschi (2009, p. 355):

[enquanto] a emancipação política se apresenta como emancipação do homem por meio do Estado, a emancipação humana consiste na emancipação do homem pelo homem, sem mediações. Por isso a emancipação humana deve necessariamente ser entendida como autoemancipação.

Ao relacionarmos o conceito de direito à cidade desenvolvido por Henri Lefebvre com o conceito de emancipação humana, poderíamos encontrar um chave para ratificar o porquê afirmamos que “o radical” é um elemento presente

na obra de Lefebvre? Mas qual o sentido que aqui estamos querendo atribuir a esse termo?

Para responder a esta pergunta nos apropriaremos da definição desenvolvida pela geógrafa Ana Fani Alessandri Carlos (2011, p. 150):

O radical, como comportamento que vai à raiz, exige o desvelamento da sociedade em que vivemos, sociedade está imersa em contradições que eclodem em conflitos e que vão revelando a necessidade de uma crítica ao capital e às sempre renovadas “formas de lucro”, bem como às novas formas de submissão do indivíduo ao econômico, o empobrecimento do humano preso ao universo das coisas, orientadoras das necessidades que se encontram travestidas em desejo, saciados no plano do consumo. A radicalidade exige a construção de um projeto de *sociedade nova*, fundada numa *ciência renovada*, capaz de colocar no centro do debate as necessidades da realização da humanidade do homem, livre das ideologias e representações vindas do mundo das coisas, o qual é manipulado pela comunicação midiática e pelo Estado.

Nesse sentido, pode-se dizer que Lefebvre escreveu “o *direito à cidade*” com o interesse de tentar compreender a totalidade social de sua época, porém mirando o futuro, ou seja, não sentindo-se paralisado diante do cotidiano instaurado já bem próximo dos agitados acontecimentos de Maio de 1968, na França.

Deste modo, para Santos Júnior (2015, p. 2013):

Como demanda coletiva por um novo projeto de cidade, o direito à cidade está ligado à criação de uma vida alternativa urbana menos alienada, que promova a emancipação humana. Trata-se do direito de reconstruir a cidade na perspectiva da justiça social e da felicidade. Assim o direito à cidade expressa o direito de reivindicar uma outra cidade.

No entanto, sabemos que o movimento de potencialização do direito à cidade que tem por base a luta por um projeto de emancipação humana, nos dias atuais, poderia parecer um projeto “utópiano”⁵⁶ e requer uma mudança estrutural

⁵⁶ Santos Júnior (2015, p. 203) nos apresenta algumas citações de Lefebvre e Harvey que demonstram que o direito à cidade é uma construção que acionaria uma práxis revolucionária, pois articularia a teoria e a prática com vistas a mudança da realidade social; vejamos: “Como afirma Lefebvre, ‘*tomado em toda a sua amplitude*’, o direito à cidade apareceria como um projeto utópico, ou nos termos do próprio autor, um projeto ‘*utópiano*’, no sentido de algo que ‘*não é possível hoje, mas pode ser amanhã*’. Assim ‘*reivindicar o direito à cidade e, com efeito, reivindicar um direito à algo que não existe ainda*’ (Harvey). Dessa forma, a ‘definição do direito à cidade é, em si mesma, objeto de luta, e esta luta se desenvolve concomitantemente com a luta pela sua materialização’ (Harvey)“.

da forma como o espaço vem sendo produzido historicamente pelo capitalismo. De acordo com Ferreira (2013, p. 67):

Temos desde muito tempo falado da importância de resgatar a utopia. O que importa na utopia é justamente o que não é utópico, é o processo de sua busca. É verdade que, muitas vezes, por mais que nos empenhemos nunca teremos absoluta certeza a que resultado chegaremos, e isso acaba sendo um enorme fator de imobilização. (...) É preciso resgatar o pensamento utópico para transformar; afinal, estamos falando daquilo a que Marx deu o nome de “*o movimento real que vai abolir o estado de coisas atual*”. A solução não está no curto prazo – e nele é mesmo inalcançável – mas começa nele.

Pode-se dizer que múltiplos interesses estão em jogo na arena do espaço urbano e a tensão entre isotopias e heterotopias⁵⁷ consubstancia o debate acerca das utopias urbanas na cidade contemporânea. No entanto, os projetos heterotópicos, em busca do bem comum alimentam ações que podem nos aproximar da dimensão radical do direito à cidade.

O movimento de potencialização do direito à cidade é constituído por práticas heterotópicas nos permitiriam continuar caminhando em busca de um novo significado para “o espaço público” que se aproximasse do conceito de “comum”, mesmo que o caminho a ser percorrido seja incerto, nebuloso e estreito. Segundo Harvey (2012, p.17, *apud* SANTOS JÚNIOR, 2015, p. 207):

O conceito de heterotopia (radicalmente diferente do de Foucault) de Lefebvre delineia espaços sociais liminares de possibilidade onde “algo diferente” não apenas é possível, mas fundamental para a definição das trajetórias revolucionárias. Este “algo diferente” não surge necessariamente de um plano consciente, mas simplesmente do que as pessoas fazem, sentem, percebem, e conseguem articular com a busca de significado para as suas vidas diárias. Tais práticas criam espaços heterotópicos em todos os lugares. Nós não temos que esperar a grande revolução para a constituição desses espaços.

Ainda de acordo com Santos Júnior (2015):

O interessante desta análise é que esses espaços heterotópicos não surgiriam apenas depois de uma ruptura com o sistema capitalista, a partir do qual poder-se ia planejar a construção dos mesmos e a realização de novos espaços utópicos. Tais espaços já existem e atravessam a cidade.

⁵⁷Lefebvre explora os conceitos de heterotopias, isotopias e utopias. Segundo Harvey (2014, p. 23) “Em A revolução urbana, ele apegou-se a idéia de heterotopia (práticas urbanas) em estado de tensão (e não como alternativa) com a isotopia (a ordem espacial consumada e racionalizada do capitalismo e do Estado), bem como com a utopia como desejo expressivo. A diferença isotopia-heterotopia, diz ele, só pode ser entendida dinamicamente (...) Os grupos anômicos constroem espaços heterotópicos que acabam sendo retomados pela práxis dominante.

Uma proposta teórica bem ousada, que pode contribuir para incentivar o movimento de potencialização do direito à cidade e assim pensar as possibilidades de criação de espaços heterotópicos é o conceito de **ZONA AUTÔNOMA TEMPORÁRIA**; tradução do termo inglês *Temporary Autonomous Zone* (daqui por diante abreviada por TAZ).

O conceito de TAZ é atribuído ao escritor Hakim Bey. É um conceito bastante complexo e de difícil definição. Todo cuidado é pouco ao tentar definir a TAZ. Talvez o próprio exercício de “definir” o que seria a TAZ poderia acabar “matando” a potência do conceito. Para Bey (2001, p. 17):

A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, *antes* que o Estado possa esmagá-la. Uma vez que o Estado se preocupa primordialmente com a Simulação, e não com a substância, a TAZ pode, em relativa paz por um bom tempo, “ocupar” clandestinamente essas áreas e realizar seus propósitos festivos.

Outra característica inerente ao conceito de TAZ é que precisamos desistir de esperar a “Revolução” e partir para “Levantes”. Ainda de acordo com Bey (2001, p. 18)

Em suma, uma postura realista exige não apenas que desistamos de esperar pela “Revolução”, mas também que desistamos de desejá-la. “Levantes”, sim – sempre que possível, até mesmo com o risco de violência. Os espasmos do Estado Simulado serão “espetaculares”, mas na maioria dos casos a tática mais radical será a recusa de participar da violência espetacular, retirar-se da área de simulação, desaparecer.

Além da proposta de criação da TAZ, identificamos também uma prática heterotópica na ação de alguns artistas de rua que pode ser identificada com o movimento de potencialização do direito à cidade.

A dissertação de mestrado “*Expressões e Impressões do corpo no espaço urbano*”, de autoria de Michel Philippe Moreaux, também nos apresenta um estudo bastante interessante inspirador para o movimento de potencialização do direito à cidade. Moreaux faz uma análise sobre o trabalho dos artistas de rua, destacando a importância desses profissionais da arte que, através de suas performances, rompem momentaneamente com o cotidiano programado da cidade. Segundo Moreaux (2013, p. 39):

Tratamos as práticas de arte de rua como práticas urbanas, no sentido que estas permitem ressignificar momentaneamente as relações sociais. Fundadas num controle do espaço e do tempo, promovem a interação dos corpos via afetos, assim como outra maneira de experimentar o fato urbano. Introduzem uma nova qualidade à experiência urbana cotidiana, geram o encontro e o jogo (...).

No entanto, é preciso relemburar: o contraditório processo de banalização-potencialização do direito à cidade deve ser compreendido juntamente na tensão dialética entre representação e ação.

As representações repercutem diretamente no plano das ações engendradas por diferentes sujeitos sociais que podem legitimar, reformar ou transgredir (no sentido de revolucionar) as estruturas da ordem estabelecida. Há que se lembrar das íntimas relações entre Estado e capital e como esta acaba por estimular a produção alienadora das cidades.

Henri Lefebvre, através de seu conceito de “direito à cidade”, abre caminho para que possamos investigar o lugar das representações na sociedade contemporânea. Segundo o autor, as representações não são nem falsas nem verdadeiras por vocação ou por essência, como supõem algumas concepções filosóficas, mas falsas e verdadeiras ao mesmo tempo; e essa ambigüidade confere poder a essa noção.

Compreender que as representações são falsas e verdadeiras ao mesmo tempo nos ajudaria a relativizar a Filosofia do Direito e as mudanças e/ou permanências de algumas leis no chamado Estado Democrático de Direito, compreendendo-o a partir de um dado contexto complexo que deve levar em consideração múltiplos aspectos. De acordo com Lufti *et al.* (1996, p. 89):

O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do vivido e se multiplica, manipulando o vivido. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise.

Neste sentido, Lefebvre trouxe novas contribuições à teoria das representações. Para tanto, ele fez uma genealogia⁵⁸ de como essa noção foi

⁵⁸ Ainda de acordo com Lufti et al. (1996, p. 94) “Não é só o conceito de representação que tem uma genealogia. A própria representação tem uma história, um modo de ser. Não se pode deixar de

pensada de maneiras diferentes por autores como Kant, Hegel, Marx, Nietzsche entre outros. Ainda segundo Lufti et al. (1996, p. 94):

Ao construir sua teoria da representação, Lefebvre atualiza momentos decisivos do trabalho de seus antecessores: de Kant, a representação como conhecimento, de Hegel, o movimento dialético do pensamento, de Marx, a reviravolta materialista e possibilidade de desvendamento de ideologias-representações e, finalmente, de Nietzsche, os sentimentos e o valor como elementos constitutivos da representação que vai buscar.

Sendo o espaço uma construção em contínuo movimento⁵⁹, acreditamos que devemos também ter o cuidado de compreender as representações do conceito de direito à cidade a partir dos novos desafios postos no atual momento histórico em que vivemos, que é diferente do momento vivido por Lefebvre ao elaborar o conceito.

Com o intuito de considerar como as influências do momento histórico incidiram sobre a narrativa adotada por Lefebvre em seu clássico *O direito à cidade*, o geógrafo David Harvey (2014, p.12-13) nos relata que:

Considero extremamente significativo que *O direito à cidade* tenha sido escrito antes da Irupção (como Lefebvre posteriormente a chamou) de maio de 1968. Seu ensaio representa uma situação em que tal irrupção não era apenas possível, mas quase inevitável (e Lefebvre desempenhou um pequeno papel em Nanterre para que assim fosse). Contudo, as raízes urbanas desse movimento de 1968 continuam sendo um tema muito subestimado nos estudos subseqüentes daquele acontecimento.

Genealogicamente, encontra-se em Henri Lefebvre a “gênese” ou a “raiz” do conceito de “direito à cidade”. No entanto, acreditamos que aspectos considerados relevantes no estudo sobre a radicalidade do direito à cidade no Brasil sejam diferentes em países como França (país onde nasceu e morou Henri Lefebvre) ou nos Estados Unidos (país onde Harvey, até os dias atuais, vem desenvolvendo suas pesquisas). Ainda de acordo com Harvey (2014, p. 13-14):

lado, diz Lefebvre, as condições de vida dos povos, grupos ou classes que as produzem e, embora sejam resultado de uma determinada relação de forças na sociedade, as representações dirigem-se a todos. Representam a imagem que um grupo, povo ou classe mostra, tanto para os outros como para si mesmo. Assim sendo, a representação, como produto de um determinado processo social, está referida à problemática da dominação e da exploração. Os dominantes, através da representação, podem, *sem mentir*, passar uma imagem que perpetua a dominação.”

⁵⁹ Segundo Massey (2013, p. 29) o espaço “é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está acabado, nunca está fechado”.

Se, como aconteceu na última década, a idéia do direito à cidade passou por certo ressurgimento, não é para o legado intelectual de Lefebvre que devemos voltar em busca de uma explicação (por mais importante que esse legado possa ser). O que vem acontecendo nas ruas, entre os movimentos sociais urbanos, é muito mais importante. E como grande dialético e crítico imanente da vida cotidiana urbana, certamente Lefebvre estaria de acordo.

Consideramos que pensar o “direito à cidade” a partir de uma compreensão do espaço como uma totalidade aberta é um desafio importante em direção ao projeto utopiano daqueles que buscam o movimento de potencialização deste conceito.

Acreditamos que o conceito desenvolvido por Lefebvre ainda possui um enorme potencial analítico-explicativo para entender as diferentes realidades urbanas pelo mundo. É o que demonstra o fato deste vir ganhando fôlego ao longo dos anos e ter sido incorporado tanto em análises de cunho teórico (artigos acadêmicos, monografias, dissertações e teses), assim como em práticas distintas promovidas por movimentos populares.

As publicações sobre o “direito à cidade”, em sua grande medida, apresentam discussões sobre as possibilidades de luta e resistência ao status quo. Em diversos países, as lutas pelo direito à cidade (tanto aquelas identificadas com o movimento de banalização/institucionalização quanto aquelas identificadas com o movimento de potencialização) tomam as ruas de diferentes cidades do mundo.

Em relação ao movimento de potencialização do direito à cidade, “o *princípio do comum* que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 09). Esses sujeitos, considerando-se suas diferentes geometrias do poder, têm diferentes interesses em relação ao solo urbano: enquanto uns reivindicam seu valor de uso (seja para moradia, trabalho ou lazer) tendo em vista as suas necessidades de reprodução social, outros, apenas estão interessados em seu valor de troca (Estado e os diferentes matizes do capital). Esses últimos, motivados cada vez pela lógica do capital financeiro, veem o solo urbano como reserva de valor para fins especulativos.

Nos encontramos numa espécie de “umbral”, visto que as ações de luta pelo “direito à cidade”, até o presente momento, nos conduziram, no máximo, para o acesso à emancipação política, tendo como base o direito liberal burguês.

Muitas vezes, os diferentes sujeitos sociais, imersos na realidade-aparência de uma cidade na qual o cidadão somente é reconhecido enquanto “sujeito de direitos”, tendem a desacreditar na vida coletiva e no bem comum. O “outro”, o “diferente” passou a ser uma ameaça em potencial e deve ser vigiado através de câmeras de segurança ou evitado através de muros e cercas, mais uma constatação que a reprodução da vida social encontra-se no limite, principalmente para a classe-que-vive-do-trabalho.

O movimento de potencialização do direito à cidade, como implícito na definição, carrega em si uma “potência” que poderia nos mover em direção à radicalidade apresentada por Lefebvre acerca desta “forma superior dos direitos”. Este movimento nos colocaria diante do devir, do incerto, como se estivéssemos numa espécie de “umbral” sócio-espacial. De acordo com Teles (2014, p. 11):

Os umbrais são as portas, ou suas soleiras, que tanto indicam a passagem para um outro espaço, quanto o limiar, a borda, do que se encontra dentro e fora. Há um lugar obscuro, cinzento, que se encontra em uma zona de indistinção entre o sagrado e o profano, o público e o privado, a norma e a exceção, a cidade e a casa.

Acreditamos que a metáfora do umbral é bastante ilustrativa para caracterizar o nosso momento histórico atual, principalmente no que diz respeito à democracia representativa. Um momento de grandes incertezas e de transformações intensas cujo nosso principal desafio, enquanto geógrafos, talvez seja compreender a realidade a partir de sua totalidade. Neste sentido, as palavras de Raoul Vaneigem (2016, p. 29) ainda são bastante atuais:

A história atual faz lembrar determinados personagens de desenho animado, que correm loucamente sobre um penhasco sem que disso se percebam: a força de sua imaginação os faz flutuar a tal altura, mas assim que olham para baixo e tomam consciência de onde estão, imediatamente caem.

Não podemos negar que movimento de potencialização do “direito à cidade” deve ser pensado em sua determinação histórica, afinal, vivemos sob a égide do avanço da racionalidade neoliberal. Nesse sentido, a luta pela

“emancipação humana” diante de nossa sociedade é um projeto distante e talvez, irrealizável. Somente existimos como homens quando o Estado nos reconhece como “cidadãos” através de mediações que configurem o sujeito jurídico ou o sujeito de direitos. Segundo Pogrebinschi (2009, p. 299):

Estado e direito, portanto, fundam-se reciprocamente um no outro. Um serve de base ao que o outro lhe serve de garantia. Com isso, juridicizam-se os homens e suas relações. O direito passa a ser uma mediação entre o homem e ele mesmo, uma vez que o constitui em sujeito jurídico ou sujeito de direito. E também uma mediação dos homens entre si, já que as relações entre um homem e outro se expressam juridicamente na forma de um contrato. É o contrato, afinal, a ilusão que permite que os homens se relacionem como sujeitos livres e iguais. Daí que uma perspectiva recorrente assumida pela crítica do direito consiste em concebê-lo como uma forma de socialização dos sujeitos. Vale dizer, o direito é percebido como a forma pela qual se organiza o laço social da sociedade burguesa na qual os indivíduos são considerados átomos egoístas, independentes uns dos outros. Com efeito, Marx critica o direito enquanto forma social específica da sociedade capitalista, como uma mediação indispensável à troca entre produtores privados formalmente iguais.

De acordo com as considerações da autora apresentadas acima, acreditamos que muitas pessoas interpretam que quando se fala em “direito à cidade” estaríamos falando apenas da conquista de bens e serviços (o que no atual cenário político já seria muito).

É importante ter em mente que essa acepção é importante, mas que ela não se esgota em si mesma. Deve ser entendida como aquela que é fruto de ações e intenções que colocam em primeiro plano o “respeito” ao “sujeito de direitos” em detrimento do ser social em suas generalidades e singularidades. Muitas vezes, a máxima “vale o que está na Lei” é colocada acima de interesses e necessidades de grupos considerados “minorias” (como por exemplo, a população LGBTQI+, indígenas, negros etc.).

Como nossa sociedade tem sua organicidade no direito burguês, na maioria das vezes, reflexo das necessidades e dos interesses de uma classe dominante, tal fato influencia diretamente o pensamento da sociedade civil no que diz respeito ao “direito à cidade”, muitas vezes compreendido como acesso à direitos concedidos pelo Estado através da promulgação leis oriundas das lutas sociais engendradas por diferentes movimentos sociais.

No entanto, é importante advertir que Direito e lei não podem ser tomados como sinônimos. Essa é primeira confusão da qual devemos nos livrar, até mesmo para fazer sentido a dimensão radical que fora apresentada anteriormente. Segundo Lyra Filho (2006, p.8):

A lei sempre emana do Estado e permanece, em última análise, ligada à classe dominante, pois o Estado, como sistema de órgãos que regem a sociedade politicamente organizada, fica sob o controle daqueles que comandam o processo econômico, na qualidade de proprietários dos meios de produção. Embora as leis apresentem contradições, que não nos permitem rejeitá-las sem exame, como pura expressão dos interesses daquela classe, também não se pode afirmar, ingênua ou manhosamente, que toda legislação seja Direito autêntico, legítimo e indiscutível. Nesta última alternativa, nós nos deixaríamos embrulhar nos “pacotes” legislativos, ditados pela simples conveniência do poder em exercício. A legislação abrange, sempre, em maior ou menor grau, Direito e Antidireito: isto é, Direito propriamente dito, reto e correto, e negação do Direito, entortado pelos interesses classísticos e caprichosos continuístas do poder estabelecido.

Precisamos olhar para Estado e para a elaboração de leis a partir de uma perspectiva crítica, como muito bem nos lembra Massey (2013, p. 32):

Não apenas a história, mas também o espaço é aberto. Nesse espaço aberto interacional há sempre conexões ainda por serem feitas, justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas), relações que podem ou não ser realizadas.

Podemos afirmar que muitas dessas relações ocorrem no que se convencional chamar de espaço de público. Utilizamos o termo “convencional” pois para muitos, o “espaço público” seria o “espaço de todos”, em contraposição ao “espaço privado”, que seria o “espaço que constituiria a propriedade de alguém”. Seria tão simples se fosse assim, não é mesmo? Pois é, mas infelizmente a definição de espaço público é bastante complexa.

Mas porque nosso interesse pelo espaço público? Quais seriam os fenômenos que têm se apresentado em nossa realidade concreta e que têm motivado alguns autores a uma espécie de arqueologia conceitual acerca do “público” e do seu contraponto, ou seja, “o privado”?

Não é recurso raro iniciar a especificação conceitual do espaço público a partir da ambiguidade de seus significados presentes na fala cotidiana, ilustrando seu caráter complexo ou multidimensional e os diversos problemas nele envolvidos (LAVALLE, 2005). Nesse sentido, acreditamos ser pertinente levar em

consideração que o denominamos de “espaço público” na contemporaneidade possui diferentes modelos genéticos: os normativos e os não normativos.

Pode-se dizer que, enquanto os modelos genéticos normativos consideram a gênese do espaço público a partir da Grécia e Roma antigas, os modelos genéticos não normativos concentram seus esforços analíticos a reconstrução da gênese do espaço público moderno como um produto da modernidade (Laval, 2005).

Ainda segundo Laval (2005), dois fatores incidem decisivamente para tornar especialmente difícil a apreensão dos diversos conteúdos englobados pela categoria “público”. O primeiro fator seria o fato de não existir a rigor um campo da teoria do espaço público, como existe sobre as teorias do desenvolvimento. O segundo fator seria uma variedade de terminologia de uso corrente, muitas vezes empregada como se delimitasse fenômenos distintos: esfera pública, vida pública, espaço público, público, publicidade entre outros termos. Para Nora Rabotnikof (2005, p. 45):

Alguien podría decir que en realidad “falta una teoría del espacio público”, como antes nos faltaba una teoría del Estado, de la democracia o de la sociedad civil. Es posible que ello así sea. Pero sin menoscabar ni el papel de la teoría ni los avances realizados en ese sentido, tengo la impresión de que es más el desconcierto con las categorías heredadas (Estado, sociedad civil, sistema político, mercado, ciudadano, consumidor, nuevos actores, etc.) lo que explica el resurgimiento y la “sobrecarga” que la idea de espacio público debe soportar en la época presente.

Ainda de acordo com Rabotnikof (2005, p. 45), “no parece arriesgado afirmar que en la actualidad, el hecho de volver la mirada sobre el espacio público expresa en gran parte las esperanzas y desconciertos en las formas de percibir y pensar la política”.

Consoante Laval (2005), é pertinente pensar no espaço público a partir de da confluência de três dimensões que englobariam: o social, o político e o comunicativo. Para o autor:

(i) **o social**, consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na “arte da associação” ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos – as grandes urbes-; (ii) **o político**, cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas tanto de processar decisões

vinculantes quanto de implantá-las e respaldá-las mediante imposição de penas caso necessário; e **(iii) o comunicativo**, entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos e dissensos na percepção social do mundo. (LAVALLE, 2005, p. 39, grifo nosso)

Acreditamos que pensar a articulação dessas três dimensões do espaço público pode contribuir para também pensar a questão do direito à cidade nesse primeiro quartel do século XXI. Nesse sentido, na conclusão de seu artigo, Lavalle (2005, p. 41) nos chama a atenção de que:

No espaço público articulam-se interesses sociais, condições, condições de institucionalização política e expedientes de intermediação comunicativa. Nestas páginas propõe-se uma compreensão do espaço público como produto da convergência das distintas dimensões com suas respectivas problemáticas, as quais não podem ser reconduzidas a um princípio ou pólo de articulação único; quer dizer, a produção do espaço público não pode ser carregada “no lado” da sociedade civil – tampouco apenas do Estado ou da mídia.

Outro aspecto interessante relacionado ao espaço público e que gostaríamos de destacar são as chamadas lutas por reconhecimento. Segundo Pallamin (2005, p. 55):

Nos últimos decênios essas lutas defensivas centradas na ideia de reconhecimento têm sido vistas como uma forma paradigmática dos conflitos políticos. Caracterizam-se como esforços efetivados no sentido de mudar o “status” da alteridade, à medida em que esta alteridade é vinculada a desrespeito, dominação e desigualdade. Voltam-se para questões de gênero, raça, sexualidade, identidade e diferença dentre outras, objetivando modificar certos padrões de representação e interpretação que sustentam a discriminação social, buscando uma mudança de ordem cultural ou simbólica.

“Percebemos que as reivindicações de vários grupos demandando reconhecimento social em domínios distintos têm vindo a público e se manifestado nas ruas de modo contundente, abrindo espaços de ação” (PALLAMIN, 2005). Há um amplo debate acerca da noção de reconhecimento, que não será desenvolvido neste trabalho. No entanto, pode-se dizer que essas lutas colocariam as dimensões social, política e comunicativa do espaço público numa espécie de “tensão visível” entre os corpos cívicos da cidade contemporânea. As contradições sociais aparecem e ganham visibilidade no espaço, visto que “o dissenso é parte integrante de sua natureza e não obstáculo a ser evitado e rechaçado a qualquer custo” (PALLAMIN, 2005, p. 55).

Richard Sennet (2008), em seu livro *Carne e Pedra: O Corpo e a Cidade na Civilização Ocidental*, apresenta-nos um interessante estudo acerca do que ele denominou de “corpos cívicos”. Para o autor, tanto faz uma digressão histórica até a Grécia e Roma antigas mostrando o quanto o espaço da polis era um espaço que os cidadãos colocavam em prática a coletividade e a relação com o outro. Porém, a noção de civilidade na maioria das grandes cidades tornou-se sinônimo de individualismo e silêncio (e, em alguns casos, também o medo). Segundo esse sociólogo:

O individualismo moderno sedimentou o silêncio dos cidadãos na cidade. A rua, o café, os magazines, o trem, o ônibus e o metrô são lugares para se passar a vista, mais do que cenários destinados a conversações. A dificuldade dos estrangeiros manterem um diálogo entre si acentua a transitoriedade dos impulsos individuais de simpatia pela paisagem ao redor – centelhas de vida não merecem mais que um lampejo de atenção. (SENNETT, 2008, p. 289)

Acreditamos que o avanço deste individualismo no espaço público está intimamente relacionado com a necessidade de reprodução das relações sociais de produção agora não apenas no espaço da fábrica e sim na sociedade inteira.

Neste sentido, devemos (re)pensar estratégias de luta contra à produção alienadora das cidades. Portanto, consideramos que estabelecer relações entre o conceito de direito à cidade (considerando-o em toda sua radicalidade desenvolvida por Henri Lefebvre) e a proposta de conhecimento da realidade a partir da metageografia pode ser uma passo em direção a construção de novos pensamentos e ações que compreendam a produção do espaço em sua totalidade. De acordo com Carlos (2015, p.21), “a metageografia aponta a exigência de um momento crítico como aquele da interrogação, da busca da totalidade como necessidade de superação das fragmentações às quais o pensamento geográfico está submetida”.

Compreender a nossa atual materialidade histórica a partir do instrumental teórico-conceitual da Geografia, porém não desconsiderando o diálogo com outras áreas do conhecimento, como a filosofia e artes, sempre foi para nós um desafio bastante prazeroso e interessante. Portanto, consideramos que sempre flertamos com a proposta da metageografia e com as proposições de Henri Lefebvre acerca

da importância de buscarmos uma compreensão da produção do espaço a partir do movimento da totalidade.

Portanto, nossa compreensão acerca da produção do espaço não anula a necessidade de dialogar com as outras áreas como a filosofia, as artes, a literatura, e economia etc. Pensamos que a revolução trazida pelas descobertas científicas impulsionadas pela mecânica quântica, juntamente com mudanças de ordem econômicas e políticas contribuíram consideravelmente para que a categoria “espaço” também fosse repensada, principalmente a partir da segunda metade do século XX, na filosofia e nas Ciências Sociais. Nesse sentido, recorrer ao conhecimento produzido pela filosofia tem sido uma estratégia importante utilizada pela Geografia em busca do entendimento crítico da produção do espaço. Essa atitude pode revelar a preocupação do pesquisador com um método que busque ir além de uma análise fenomenológica do espaço.

Segundo Carlos (2011, p. 19), “a Geografia, ela própria fruto da divisão do conhecimento, só pode resolver a cisão da qual se origina pelo recurso à filosofia, posto que esta guia o conhecimento servindo de mediação entre o todo e o momento parcial”. Talvez esse caminho de repensar a fragmentação entre os diferentes saberes possa contribuir para a construção de práticas socioespaciais, no sentido da práxis, que busquem a construção de verdadeiros espaços diferenciais para além das margens do “direito à cidade”.

5. Considerações Finais

É visível o aumento do interesse em torno do conceito de “direito à cidade”, assim como também é visível o interesse pelas lutas travadas por diferentes sujeitos sociais que reivindicam esse direito. Em sua essência, esse “direito” estaria intimamente relacionado com um projeto utópico de sociedade que resgataria certos vínculos sociais que reforçam ideais coletivos baseados na autoemancipação.

No entanto, considerando-se nossa condição de país periférico, imaginamos que alguns aspectos considerados relevantes ao estudo sobre as lutas pelo direito à cidade no Brasil são bastante diferentes daqueles que são objeto de estudo na França (como fez Lefebvre) ou nos Estados Unidos (onde Harvey, até os dias atuais, vem desenvolvendo suas pesquisas). A democracia representativa no Brasil ainda demonstra fragilidades e enormes possibilidades de ruptura institucional, como ocorreu em diversos momentos de nossa história em que a sociedade presenciou “momentos sombrios” em que o Estado mostrou a sua verdadeira face.

Compreender a complexidade da temática do “direito à cidade” no Brasil é um desafio que perseguimos ao longo de nossa trajetória acadêmica. O interesse em tentar entender os múltiplos processos relacionados à produção do espaço urbano, a partir do instrumental teórico-conceitual da Geografia, começou durante nossa graduação, mais precisamente nas diferentes etapas de pesquisa para elaboração de nossa monografia de conclusão de bacharelado (MAGALHÃES, 2001), e, um pouco mais adiante, nas reflexões e análises motivadas por nossa dissertação de mestrado (MAGALHÃES, 2004). Nessas duas etapas de nossa vida acadêmica buscamos uma análise (“dialética”) das formas, das funções, da estrutura e dos processos em diferentes períodos históricos da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente em sua região portuária. Cabe destacar que essa “região” da cidade, entre a década de 1980 e início dos anos 2000, ainda era identificada por nós e por Rabba (1984) como um exemplo de uma “*área cristalizada*”, um “*espaço rugoso*” ou uma “*zona de obsolescência*” visto que apenas transformações pontuais na paisagem podiam ser percebidas

No entanto, há alguns anos, mais precisamente em meados de 2009, a “região” em tela vem sofrendo um intenso processo de “revitalização de cima pra baixo”. O Estado (em suas diferentes níveis de poder), em parceria com diferentes matizes do capital, vem promovendo impressionantes transformações na infraestrutura do local como uma forma de “ajuste espacial” mediante às novas exigências da reprodução ampliada do capital. Porém, a implantação desse novo “suporte técnico” não trouxe consigo apenas lindas paisagens de cartão-postal. Emergiram também dilemas sociais, como a expulsão (ainda em processo) de uma parcela de população empobrecida do local, dentre outros aspectos. Como já nos alertava Santos (1996), pode-se dizer que as técnicas configurariam, a princípio, um suporte material e imaterial para a produção social do espaço. No entanto, já haveria “intencionalidades” contidas na escolha dessas técnicas, que, na maioria das vezes, são pensadas e implantadas por sujeitos sociais hegemônicos que monopolizariam ações políticas na produção do espaço. Essas intencionalidades podem ser observadas em distintos períodos e regiões da cidade do Rio de Janeiro ao longo da sua evolução urbana (ABREU, 2006).

Considerando-se que as práticas sociais não são neutras, ao longo deste trabalho buscou-se analisar a produção social do espaço e reafirmar nossa condição de sujeitos cada vez mais “às margens do direito à cidade” neste primeiro quartel do século XXI. Para tanto, nos embasamos nas proposições apresentadas pelo filósofo Henri Lefebvre. Para tentar alcançar esse objetivo consideramos necessário buscar o diálogo com outros autores, de outras áreas do conhecimento, que estudam a obra de Lefebvre.

Neste trabalho, buscamos defender a tese de que mediante o avanço da racionalidade neoliberal, que tem acentuado a produção alienadora das cidades em nossa materialidade histórica, percebemos um duplo movimento que caracterizaria um contraditório processo de banalização-potencialização do conceito de “direito à cidade”. Nesse sentido, em relação a “experiências concretas”, ainda estaríamos à margem de formas de organização social e política que materializem toda a radicalidade contida e expressa neste conceito apresentado originalmente por Henri Lefebvre. Portanto, enquanto “sujeitos históricos” estaríamos (ainda) “às margens do direito à cidade” ao considerarmos os limites e as fronteiras dos

diferentes projetos de democracia contidos nos contraditórios projetos de *emancipação política* e *emancipação humana*.

Considerando-se vaga e abstrata a linha que separa os conceitos de “*fronteira*” e “*limite*”, optamos neste trabalho por utilizar o termo “*margem*” como uma opção para representar dialeticamente estes conceitos.

Acreditamos que os conceitos de “*fronteira*” e “*limite*”, pensados dialeticamente através do termo “*margem*”, contribuíram em análise acerca do contraditório processo banalização-potencialização do conceito lefebvriano de direito à cidade. Neste sentido, enquanto o “*movimento de banalização do direito à cidade*” estaria mais próximo do conceito de “*limite*”, o “*movimento de potencialização do direito à cidade*” estaria mais próximo do conceito de “*fronteira*”.

Ao longo do trabalho, destacamos a dimensão radical do conceito de “direito à cidade”, que foi primeiramente apresentada por Henri Lefebvre, em 1968. Essa dimensão vai incorporar elementos para além da luta por emancipação política, representada aqui pelo movimento de banalização do direito à cidade. A radicalidade do conceito em tela está intimamente relacionada com a luta por uma emancipação humana, ou seja, com a auto emancipação do homem. Muitas vezes interpretada como “utopiana”, essa dimensão movimenta espíritos compromissados com a mudança da ordem estabelecida em busca de outras formas de sociabilidades no espaço urbano que se encontram no movimento de potencialização do direito à cidade.

Em relação ao movimento de banalização do direito à cidade, poderíamos destacar que este tem suas bases construídas sobre o alicerce do direito burguês que legitima a propriedade privada. No entanto, diante do avanço da racionalidade neoliberal, uma parcela cada vez menor da população tem o direito de propriedade em relação ao solo urbano. Este cada vez mais vai sendo apropriado por diferentes matizes do capital em estreita relação com o Estado. Acentua-se, portanto, uma das “contradições fundamentais” do capital: a contradição entre valor de uso e valor de troca.

O movimento de potencialização do direito à cidade, como já expresso no próprio termo, possui uma “potência” de movimento que pode animar utopias. Ou seja, podem surgir (re)ações que seriam engendradas por diferentes sujeitos sociais simpatizantes do projeto utópico, presente na *dimensão radical do conceito lefevriano*. Constatamos assim um movimento de sujeitos, que imersos na crise das totalidades sociais e percebendo que o contrato social que rege as relações entre Estado e sociedade civil parece não ter mais sentido diante da falência das instituições. A sociedade encontra-se plenamente rachada em projetos ideológicos distintos.

O movimento de potencialização pode avançar ou retroceder mediante a crise da democracia representativa. Diante desse cenário, regimes totalitários e/ou partidos de extrema direita podem tomar o poder em nome do “estabelecimento da ordem”. Revoluções de caráter contra-hegemônico também podem aparecer. Diante do contexto apresentado pode ganhar expressividade a ação de sujeitos sociais que em conjunto acabam tendo que lutar pela democracia representativa e assim acabando “oscilando” para o movimento de banalização do direito à cidade.

É importante ficar claro: um movimento não exclui totalmente o outro. Eles se “retroalimentam” devido às suas tensões, ou seja, contradições dependendo do local e do período histórico a ser analisado. Por exemplo, quanto maior visibilidade do movimento de banalização podemos presenciar o aumento de ações que estejam ligadas ao movimento potencial, principalmente em momentos em que um número considerável da população não consegue ser “cidadão” porque não possui dinheiro para comprar serviços como saúde e educação que, em nossa materialidade histórica, ainda são direitos fundamentais.

A tensão constante entre os movimentos de banalização-potencialização do direito à cidade acabaria por constituir o contraditório processo de banalização-potencialização do direito à cidade. Esse processo vai se desenvolvendo conforme aumenta a contradição entre o valor de troca e o valor de uso do solo urbano. No atual estágio desse processo encontramos o fenômeno da produção de espaços financeirizados, conforme podemos identificar na região portuária carioca.

Devemos reconhecer que a “luta por direitos” é importante e digna para nossa reprodução dentro de uma sociedade capitalista, mas também não podemos esquecer do compromisso de compreender estes “direitos” para além da sua pseudoconcreticidade. Neste sentido, é fundamental uma crítica à alienação tendo em vista desenvolver em nossa consciência que os mesmos direitos que nos “libertam” e nos fazem ser “reconhecidos” são os mesmos que nos “aprisionam” ao sistema sociometabólico do capital.

Diante da atual crise do valor e da eterna necessidade de reprodução ampliada do capital, o modo de produção capitalista vai transformando a paisagem das cidades, implicando assim mudanças no cotidiano do homem que nela trabalha e colocando em questão a permanência deste na cidade. A reprodução da vida encontra-se no limite. Nos encontramos cada vez mais às margens do direito à cidade. Lefebvre, nesse sentido, nos traz uma possibilidade de voltar a acreditar na utopia.

Considerando-se que “o poder das representações está também em seu anúncio do porvir”, podemos encontrar forças para acreditar que as transformações sociais são possíveis e que o direito à cidade como um direito coletivo é possível. Embora não possamos negar também que há vozes que gritam por um direito à cidade ancorado em conquistas de direitos individuais, que muitas vezes reforçam a propriedade privada.

O conceito de direito à cidade ainda apresenta um enorme potencial analítico-explicativo para entender as diferentes realidades urbanas pelo mundo. É o que demonstra o fato de vir ganhando fôlego ao longo dos anos e ter sido incorporada tanto em análises de cunho teórico (artigos acadêmicos, monografias, dissertações e teses), assim como em práticas distintas (palestras promovidas por universidades, por coletivos, cursos promovidos por prefeituras, etc.).

Constatamos o conceito de “direito à cidade “explodiu” muito mais pelo viés da luta do que propriamente pelo gozo desse direito na vida cotidiana. Uma espécie de “explosão incompleta”. Nesse sentido, “lutar pelo direito à cidade” representaria muitas vezes (apenas) lutar pela manutenção dos direitos conquistados dentro de uma “sociedade de direitos” e não necessariamente lutar

por outras formas de usos no espaço urbano, como por exemplo o uso “comum”. O momento é dramático: parece-nos que estamos entrando numa nova fase na qual nem mesmo as lutas identificadas com o movimento de banalização do direito à cidade estariam sendo alcançadas, pois sua base encontra-se na democracia representativa (cada vez mais em crise) tendo como ápice a noção de *emancipação política* e não a noção de *emancipação humana*. Nesse cenário, percebemos o predomínio do neoliberalismo como nova razão do mundo e, como consequência disso, assistimos à erosão de alguns direitos civis e trabalhistas.

Cinquenta anos após Lefebvre publicar a primeira edição do “Direito à Cidade”, o cenário político-institucional do Brasil não é dos mais otimistas. Há uma sensação por parte da população em geral de corrosão e desmoronamento do que é identificado como “público” enquanto aquilo que é identificado como “privado” vai cada vez mais ganhando expressividade como sendo a possível solução dos problemas para saúde, a educação, a segurança entre outras instâncias.

Após recente processo de impeachment, que retirou do Poder Executivo Federal a presidenta reeleita em 2014, uma série de conquistas sociais estão sob risco de serem reformadas ou mesmo desaparecerem na gestão do atual presidente eleito. A “crise” que assola as três instâncias de poder e que repercute na vida de milhões de brasileiros virou desculpa para as péssimas condições dos serviços públicos no Brasil. Os discursos de representantes do governo e de representantes da mídia de massas parecem fazer coro em uníssono. Como se a “crise” atingisse a todos da mesma forma e como se ela não representasse um momento de reestruturação que envolve ações conjuntas entre múltiplos atores e os Estados Nacionais no sentido de produzir rearranjos políticos e econômicos de interesse do capital privado transnacional.

Diante de tal quadro, constata-se que “a nova razão do mundo” se impõe, ou seja, descortina-se um cenário político de repactuação dos Estados com a racionalidade neoliberal. Porém, devemos ter esperança: “o *princípio do comum* que emana hoje dos movimentos, das lutas e das experiências remete a um sistema de práticas diretamente contrárias à racionalidade neoliberal e capazes e capazes de revolucionar o conjunto das relações sociais” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.

9). Percebemos, assim, que tal princípio estaria intimamente relacionado às lutas pelo direito à cidade quando diversos movimentos sociais reivindicam moradia, saneamento, mobilidade, educação, cultura e uma participação efetiva nas decisões que afetarão o modo de viver na cidade.

Essas lutas são muito importantes, principalmente mediante à urbanização capitalista neoliberal em que a “cidadania” estaria ancorada a uma certa “cultura de direitos”, na qual a diversidade dos sujeitos é “normatizada” através da Lei, muitas vezes sendo mesmo necessário apelar para ações judiciais para que tenhamos assegurada a nossa reprodução social na cidade.

Acreditamos que o contraditório processo de banalização-potencialização do direito à cidade deve ser analisado a partir de suas diferentes dimensões, que estão inter-relacionadas e apresentam especificidades, tensões e articulações devido às ações engendradas por diferentes sujeitos sociais. Esses sujeitos, representantes de diferentes classes e grupos sociais, têm diferentes interesses em relação ao solo urbano.

Não podemos desconsiderar que vivemos numa sociedade capitalista e, neste sentido, o “direito à cidade” encontra ainda certa dificuldade de desenvolver-se em sua plenitude. Encontramo-nos assim numa espécie de “umbral”, visto que as ações de luta pelo direito à cidade até o presente momento nos conduziram, no máximo, para o acesso a emancipação política baseada no direito burguês. Nesse sentido, há uma tendência para a individualização e segregação das diferenças sociais e culturais. Os diferentes sujeitos sociais, imersos na realidade-aparência de uma cidade na qual o cidadão somente é reconhecido enquanto “sujeito de direitos”, tendem a desacreditar na vida coletiva e no bem comum. O “outro”, o “diferente” passou a ser uma ameaça em potencial e deve ser vigiado através de câmeras de segurança ou evitado através de muros e cercas.

Poderíamos dizer que a necessidade de reprodução ampliada do capital dentro do modo de produção capitalista seria a “mola propulsora” da produção social do espaço. Nesse sentido a reprodução das relações sociais de produção pode ser percebida na paisagem das cidades ao longo dos diferentes períodos

históricos. No período atual, tal fato implica mudanças no cotidiano: retira-se do cidadão a utopia do direito à cidade e colocam-no numa posição de mero espectador que teria apenas uma presença-ausente na condução das políticas que produzem a espacialidade da cidade. A cidade atual, diferentemente daquela anunciada no poema de Carlos Drummond de Andrade, vem perdendo seu sentido utópico, cada vez sendo menos “prevista” e sonhada e tornando-se cada vez mais previsível diante do cotidiano instaurado em que nos encontramos enquanto sociedade.

6. Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

ALVAREZ, Isabel Pinto. A Produção de Espaços Financeirizados na Metrópole de São Paulo. In: Ferreira et al. (orgs.). **O Espaço e a Metropolização: Cotidiano e Ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

ALVES, Rafael de Oliveira. O Direito e a Propriedade: O Privado, o Público e o Comum. In: COSTA, Geraldo Magela et al. (org.). **Teorias e Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **A Rosa do Povo: Poesia e Prosa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentido do Trabalho: Ensaio Sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

BADIOU, Alain. **Em Busca do Real Perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BARTHOLL, Timo. **Por uma Geografia em Movimento: A Ciência como Ferramenta de Luta**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BENACH, Núria. Da desigualdade social à justiça espacial. In CARLOS et al. (orgs.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 15-32.

BEY, Hakim. **TAZ – Zona Autônoma Temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite à Alternativa: O Movimento Operário Europeu em Crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Editora da UnB, 1995.

BORGES, Jorge Luís. O Aleph. In: **Obras Completas de Jorge Luis Borges**. Volume 1. São Paulo: Globo, 1999.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 de Julho de 2001. Seção 1, página 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10257-10-julho-2001-327901-publicacaooriginal-1-pl.html>.

CAMUS, Albert. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

CARLOS *et al.* (orgs.). **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 9ª ed. 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “Organização” à “Produção” do Espaço no Movimento do Pensamento Geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2013 p. 53 -73.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Geografia Crítica-Radical e a Teoria Social. In: Carlos *et al.* (orgs.). **Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método**. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Metageografia: Ato de Conhecer a Partir da Geografia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARTOGRAFIA SOCIAL URBANA. **Transformações e Resistências na Região Portuária do Rio de Janeiro**. FASE/Fundação Rosa Luxemburgo. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Fase_Web.pdf

CASARA, Rubens R.R. **Estado Pós-Democrático: Neo-Obscurantismo e Gestão dos Indesejáveis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Insurgência, Espaço Público e Direito à Cidade. **Revista da ANPEGE**, vol. 13, n. 22, ano 2017.

CIAVATTA, Maria. O Conhecimento Histórico o Problema Teórico-Metodológico das Mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre Agentes Sociais, Escala e Produção do Espaço: Um Texto para Discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 42-51.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: Ensaio Sobre a Revolução no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FAULHABER, Lucas e AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERREIRA, Álvaro. A Imagem Virtual Transformada em Paisagem e o Desejo de Esconder as Tensões no Espaço: Por que Falar de Agentes, Atores e Mobilizações? In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MARAFON, Glaúcio Jose; SILVA, Augusto César P. da (orgs.). **Metropolização do Espaço: Gestão Territorial e Relações Urbano-Rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

FERREIRA, Alvaro. A luta pela “Verdadeira Democracia” na Produção do Espaço: Por um Outro Projeto de Sociedade. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (orgs.). **Produção do Espaço: Emancipação Social, o Comum e a “Verdadeira Democracia”**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

FERREIRA, Álvaro. Metropolização do Espaço, Cotidiano e Ação: Uma Contribuição Teórico-Metodológica. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (orgs.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

FERREIRA, Álvaro. O Projeto “Porto Maravilha” no Rio de Janeiro: Inspiração em Barcelona e a Produção a Serviço do Capital? In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociales**. Universidade de Barcelona. Vol. XV, n. 895 (20), 2010.

FERREIRA, Alvaro. Produção Alienadora das Cidades e Indícios de Insurgência. In FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (orgs.). **O Espaço e a Metropolização: Cotidiano e Ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade Espetáculo. Política, Planejamento e City Marketing**. Ed. Palavra. 1997. Curitiba.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no Limite: Território e Multi/Transterritorialidade em Tempos de In-Segurança e Contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARD-VALLÉE, Benoit. **Que é um Conceito**. São Paulo: Parábola, 2013.

HARVEY, David. **17 Contradições e o Fim do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2018.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo. Ed. Anablume. 2ª edição. 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: Do Direito à Cidade à Revolução Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2006

HARVEY, David. O Espaço como Palavra-Chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, vol. 14, n. 28, 2012.

HARVEY, David. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HIERNAUX, Daniel. **Pensar a Cidade: A Dimensão Ontológica do Urbano**. Geosp – Espaço e Tempo. São Paulo, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A Mobilidade das Fronteiras: Inserções da Geografia na Crise da Modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

JAPIASÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969.

LAVALLE, Adrian Gurza. As Dimensões Constitutivas do Espaço Público: Uma Abordagem Pré-Teórica para Lidar com a Teoria. **Espaço & Debates**. São Paulo. Vol. 25, nº46, p.33-44. Jan/jul 2005.

LAZZARATO. **O Governo do Homem Endividado**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, [1973] 2008b.

LEFEBVRE, Henri. El urbanismo de hoy. Mitos y realidades. In: LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Península, s/d, 205-214.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, [1968] 2008a.

LENCIONI, Sandra. **Metrópole, Metropolização e Regionalização**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do Espaço e a Constituição de Megarregiões. In: FERREIRA, Alvaro et al. (orgs.). **Desafios da Metropolização do Espaço**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas Geográficas: Notas sobre a Compreensão do Sujeito na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

LIRA FILHO, Roberto. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LISPECTOR, Clarice. **A descoberta do mundo**” (Crônicas). Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

LÖWY, Michael et al. **100 palavras do Marxismo**. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma Análise Marxista**. São Paulo: Cortez Editora, 2015

LUFTI, Eulina Pacheco; SOCHACZEWSKY, Suzanna; JAHNEL, Teresa Cabral. As Representações e o Possível. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MACHADO, Carlos R.S. Momentos da Obra de Henri Lefebvre. **Revista Ambiente e Educação**, vol. 13. 2008.

MAGALHÃES, Alex Lamônica. **Abordando Algumas Manifestações Culturais no Bairro da Saúde e suas Relações com o Processo de Cristalização**. Monografia de Bacharelado em Geografia. Departamento de Geografia da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2001.

MAGALHÃES, Alex Lamônica. **As Geo-Grafias do Morro da Conceição- RJ: Um Olhar sobre sua Forma-Aparência e Forma-Conteúdo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

MARICATO, Ermínia; FERREIRA, José SetteWhintaker. Operação Urbana Consorciada: Diversificação Urbanística Participativa ou Aprofundamento da Desigualdade. In: OSÓRIO, L.M (org.). **Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras**. Porto Alegre/São Paulo: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.

MARTINS, José de Souza. As Temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In: Martins, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSEY, Doreen. O Sentido Global do Lugar. In: ARANTES, Antonio A. (org.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MATTOS, Regina Célia. Racionalidade Neoliberal, Metropolização e Espaço. In: FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de (orgs.). **O Espaço e a Metropolização: Cotidiano e Ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

MÉSZÁROS, István. **A Montanha que Devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOREAUX, Michel Philippe. **Expressões e Impressões do Corpo no Espaço Urbano: Estudo das Práticas de Rua como Rupturas dos Ritmos do Cotidiano na Cidade**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC- Rio. Rio de Janeiro, 2013.

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NASSER, Ana Cristina Arantes; FUMAGALLI, Marlene. A Opressão da Equivalência, as Diferenças. In: Martins, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1999.

PACHUKANIS, Evguièni B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Boitempo, 2017.

PÁDUA, Rafael Faleiros de. Pensando a Noção de Prática Socioespacial. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). **Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método**. São Paulo: Contexto, 2018.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza Duarte. Centros Históricos–Mercantilização e Territorialidades do Patrimônio Cultural. In: **GEOgraphia, Revista de pós-graduação em Geografia**, UFF, Rio de Janeiro, nº 15, 2005.

PALLAMIN, Vera M. Espaço Público e as Lutas por Reconhecimento. **Espaço & Debates** – São Paulo – vol.25, nº 55-61. Jan/jul 2005.

POGREBINSCHI, Thamy. **O Enigma do Político: Marx Contra a Política Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RABHA, Nina. **Cristalização e Resistência no Centro do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (mimeo). Rio de Janeiro, 1984.

RABOTNIKOF, Nora. El Espacio Público: Variaciones en Torno a um Concepto. **Espaço & Debates** – São Paulo – vol. 25, nº 45-54. Jan/jul 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Por uma Sociologia do Presente: Ação, Técnica e Espaço**. Volume 1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A Prática Socioespacial da Resistência. In: Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). **Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método**. São Paulo: Contexto, 2018.

RICOEUR, Paul. **A Ideologia e a Utopia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS JÚNIOR, Orlando dos. Espaços Urbanos Coletivos, Heterotopia e o Direito à Cidade: Reflexões a Partir do Pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA, Geraldo Magela et al. (orgs.). **Teorias e Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço: Diálogos em Torno da Construção de uma Categoria**. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra: O Corpo e a Cidadania na Civilização Ocidental**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. A Produção Política da Cidade. In: Martins, José de Souza (org.). **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1999.

TELES, Edson. Apresentação: As Margens Originárias do Político. In: NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Umbrais de Giorgio Agamben: Para Onde nos Conduz o Homo Sacer?** São Paulo: LiberArs, 2014.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. O Direito à Cidade na Urbanização Planetária, ou: Henri Lefebvre por uma Nova Cidadania. In: COSTA, Geraldo Magela et al. (orgs.). **Teorias e Práticas Urbanas: Condições para a Sociedade Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

VANEIGEM, Raoul. **A Arte de Viver para as Novas Gerações**. São Paulo: Conrad, 2002.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VIETTA, Silvio. **Racionalidade: Uma História Universal**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

VOLOCHKO, Danilo. Conflitos Socioespaciais, Socioambientais e Representações: Dimensões da Análise Urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (orgs.). **Geografia Urbana Crítica: Teoria e Método**. São Paulo: Contexto, 2018.

ZIBECH, Raul; MACHADO, Décio. **Os Limites do Progressismo: Sobre a Impossibilidade de Mudar o Mundo de Cima para Baixo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

Anexos

Anexo 1

BOLSONARO ABRE A ERA DA EXTREMA DIREITA NA PRESIDÊNCIA DO BRASIL

Com 56% dos votos válidos, o candidato do PSL derrota Fernando Haddad e será o 38º presidente da democracia a partir de 2019. Traz uma agenda conservadora que vai testar os limites do Judiciário e terá a pressão da esquerda, que sai enfraquecida das urnas

CARLA JIMÉNEZ

SÃO PAULO - 28 OCT 2018 - 22:25 BRT



Bolsonaro após votar no Rio de Janeiro neste domingo, 28
ANTONIO LACERDA (EFE)

O Brasil será governado por Jair Bolsonaro a partir de janeiro de 2019. Venceu o candidato que liderou a corrida presidencial desde o início, e será o 38º presidente eleito democraticamente no país. Prevaleceu o desejo da alternância de poder, e de arriscar o novo. Tudo menos a volta do PT ao poder, como ficou claro na última pesquisa Datafolha que mostrou seu adversário Fernando Haddad com um taxa de rejeição maior que a sua. Com 55,21% dos votos, ou quase 57 milhões de votos, o capitão da reserva, que assume o figurino da extrema direita no poder, conseguiu 'fuzilar' seu adversário nas urnas, e sobreviver aos movimentos de repúdio que seu nome suscitou, como o #Elenão, que levou centenas de milhares às ruas no final de setembro.

Nunca uma eleição havia provocado tanta angústia, medo e raiva, com uma violência que atingiu o próprio candidato. Ele quase perdeu a vida após o ataque com faca que lhe furou o intestino em um ato de campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais no dia 6 de setembro. O Brasil teve ainda dois eleitores mortos por quem hostilizava o PT, um sentimento que marcou como nunca o pleito. Um na Bahia,

e outro no Ceará. Foi o estresse que se estabeleceu num país que vive uma crise de identidade desde que a Lava Jato escancarou as entranhas do sistema político brasileiro. Foi nessa brecha que Bolsonaro se embrenhou, como o candidato antissistema, mesmo sendo deputado por 28 anos, tendo passado tempo em partidos que depois foram acusados de corrupção.

O estilo do novo presidente já ficou claro quando foi votar. Seguiu com um casaco verde da cor do Exército, e um colete a prova de balas, cercado de seguranças. Levará militares para seu ministério e promete seguir a disciplina do Exército para realizar o seu projeto de país. “Missão dada é missão a ser cumprida”, disse ele durante um Live assim que o resultado da eleição foi confirmado. Outro momento deste domingo que marca o perfil do novo presidente: antes de sair a público para fazer pronunciamento, entregou o microfone ao senador Magno Malta, que é também pastor evangélico. Ao lado da sua mulher, Michele, e de mãos dadas com toda a sua *entourage*, o novo presidente do Brasil acompanhou de olhos fechados uma espécie de oração conduzida por Malta. “Começamos esta jornada orando... os tentáculos da esquerda não seriam arrancados sem um apelo a Deus”, afirmou.

Em seguida, fez um discurso de tom mais conciliador, num momento em que o mundo estava com os olhos ligados no Brasil. “Liberdade é um princípio fundamental. Liberdade de ir e vir, de andar nas ruas, liberdade de empreender, liberdades política e religiosa, de fazer escolhas e ser respeitados por elas”, discursou.

De fala rude, e estilo conservador, Bolsonaro foi questionado ao longo de toda a sua campanha por suas falar horríveis e insensíveis para ferir seus interlocutores no passado. Nada derrubou o capitão da reserva que já esteve preso por desrespeitar o próprio Exército. Tudo o que ele disse foi minimizado por ele e seus quase 58 milhões de eleitores. O novo presidente promete fazer uma guinada no Brasil que votou pela alternância do poder e deu um recado de intolerância com a corrupção e os políticos que já estiveram no poder. Abraça uma agenda dos evangélicos, dos ruralistas e da bancada da bala, o bloco conhecido como BBB do Congresso, e vai testar os limites do Judiciário para pautas que pareciam superadas no Brasil. É o caso da liberação de armas, que hoje é rejeitada pela maioria da população.

Tem um caminho árduo pela frente diante da euforia que seu nome criou entre os eleitores. Há uma ansiedade para que a economia seja retomada depois de quatro anos pífios – recessão em 2015 e 2016, e recuperação pífia em 2017 e 2018. Os quase 13 milhões de desempregados esperam que a agenda do futuro ministro da Fazenda, Paulo Guedes, traga soluções rápidas e a confiança para que as empresas voltem a investir. “Falaremos com o seringueiro da selva amazônica e o empreendedor que cria sua empresa”, afirmou Bolsonaro.

Mas o futuro presidente ainda não deixou claro qual será sua forma de comunicação com a sociedade brasileira. Antes do discurso transmitido pelas televisões, ele falou por um Live no Facebook com seus seguidores e usou o estilo agressivo que o caracteriza. “Não poderíamos mais ficar flertando com o socialismo, o comunismo, o populismo e o extremismo da esquerda”, afirmou, e lembrou: “Nossa bandeira, nosso slogan, eu fui buscar naquilo que muitos chamam de caixa de ferramentas para consertar o homem e a mulher, a Bíblia sagrada.”



A partir de agora, o Brasil começa a conhecer o mandatário que já teve arroubos como de tirar o Brasil da ONU, ou de aumentar o número de ministros do Supremo. Ele e seus emissários extrapolam em seus recados, até mesmo chocam, para depois se corrigirem. “Ué, não estava quase empatado? Vocês são o maior do engodo do jornalismo do Brasil. LIXO!”, escreveu o assessor de imprensa atual do gabinete do deputado e futuro mandatário, em mensagem por whatsapp para dezenas de jornalistas que cobrem política em Brasília logo após o resultado da pesquisa de boca de urna que o colocava mais de dez pontos à frente de Haddad.

Seria o prenúncio do que será a comunicação com o Governo de Bolsonaro? A medir pela queda de braço que ele já estabeleceu com a Folha de São Paulo, por publicar uma matéria sobre empresários que pagavam por mensagens via Whatsapp para favorecer o candidato – o que configura crime — a resposta parece afirmativa. Bolsonaro entrou com uma ação contra o jornal e seus acionistas e contra a repórter que escreveu a matéria no Tribunal Superior Eleitoral. O jornal recebeu 220.000 mensagens intimidatórias por causa da reportagem.

Alheios a esses bastidores, seus eleitores celebraram com fogos, e buzinações em várias partes do Brasil quando seu nome foi confirmado. A campanha do PT para firmar uma mensagem de que a democracia estava em risco foi derrotada. Os eleitores de Bolsonaro não permitiram que os petistas se apropriassem dessa retórica e apontaram o combate à corrupção e a necessidade de alternância de poder para justificar seus votos. Em um colégio no bairro de Boa Viagem, no Recife, onde ocorreram os atos pró-Bolsonaro, a advogada Ana Guerra, 41, se dizia esperançosa com um governo do capitão reformado. “Acho que vai ser tudo diferente. Acredito em um país melhor e sem corrupção”, diz, vestindo uma camiseta amarela com a foto de Bolsonaro nas costas. “É acho a alternância de poder importante. Passamos muitos anos com PT e vimos que não deu certo. Estão todos [os dirigentes] presos ou respondendo a algum processo. Bolsonaro pelo menos não é corrupto”.

FONTE:

https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/28/politica/1540755111_272029.html

Anexo 2

BOLSONARO BATE RECORDE DE DECRETOS NOS PRIMEIROS 150 DIAS DESDE COLLOR

Com uma base incerta no Congresso, presidente tem adotado o expediente em alguns casos para acelerar a implantação do seu projeto político e cumprir promessas de campanha

Postado em 04/06/2019 13:33 / atualizado em 04/06/2019 13:34



(FOTO: Ed Alves/CB/D.A Press)

Desde que subiu a rampa do Palácio do Planalto, em 1.º de janeiro, o presidente Jair Bolsonaro usou sua caneta, como costuma frisar, para assinar 157 decretos. É o segundo presidente que mais "canetou" desde a promulgação da Constituição de 1988. Só perde para o ex-presidente Fernando Collor de Mello, que editou 486 decretos nos primeiros 150 dias de governo. Com uma base incerta no Congresso, Bolsonaro tem adotado o expediente em alguns casos para acelerar a implantação do seu projeto político e cumprir promessas de campanha. O Parlamento que tomou posse em março reúne o menor número de congressistas

declaradamente governistas da redemocratização para cá. "Com a caneta eu tenho muito mais poder do que você. Apesar de você, na verdade, fazer as leis, eu tenho o poder de fazer decreto. Logicamente, decretos com fundamento", afirmou Bolsonaro ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na semana passada. Algumas medidas, no entanto, têm sofrido contestações. Só na Câmara, há 117 pedidos para sustar 20 dos decretos, enquanto sete ações no Supremo Tribunal Federal (STF) questionam a legalidade de duas das "canetadas" do presidente. Todas colocam em xeque os fundamentos utilizados pelo governo para alterar normas sem consultar o Congresso. É o caso do decreto que ampliou o porte de armas no País. A primeira versão, publicada em 7 de maio, foi tema de 22 projetos de decreto legislativo, um dispositivo legal dos parlamentares para anular esse tipo de ato presidencial. Também foi alvo de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) no STF. O governo chegou a fazer mudanças no texto, mas não foram suficientes para afastar as dúvidas, levando a três novos pedidos de anulação na Câmara.

O decreto das armas, contudo, não é o mais questionado. Mudanças no sistema de nomeações para cargos no governo levaram a 28 pedidos para sustar a medida que criou o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas, plataforma eletrônica conhecida como "banco de talentos". Deputados, todos de oposição, viram na medida uma forma de o governo se sobrepor à autonomia universitária. Até agora, apenas um decreto presidencial foi derrubado no Congresso: o que previa aumentar o rol de servidores aptos a impor sigilo a documentos oficiais. Este, porém, não saiu da caneta de Bolsonaro, mas da do vice-presidente, Hamilton Mourão, que assinou a medida quando assumiu interinamente a Presidência em fevereiro.

Entidades

O número de "canetadas" de Bolsonaro levou 47 entidades a assinar um manifesto contra o "modus operandi" do governo. Batizado de "Pacto pela democracia", o texto diz que "governar por decreto" é um "atentado à democracia" e traz "uma lembrança amarga à sociedade brasileira", em

referência aos decretos-leis do período da ditadura. Entre as entidades que assinam o manifesto estão o Sou da Paz e o Instituto Ethos.

A edição de decretos pelo presidente está prevista na Constituição. Não há limite para o uso do dispositivo pelo chefe do Executivo. No entanto, a Constituição não permite a um presidente criar "nada de novo" por meio de decreto, mas apenas regulamentar a execução de uma lei.

Para o constitucionalista Flavio Pansieri, da Academia Brasileira de Direito Constitucional, é "natural" um governo que não é de continuação propor mais decretos, já que, em tese, se opõe a políticas públicas anteriores. "O que me parece é que os questionamentos muito mais têm a ver com a concordância ou discordância do mérito do tema do que com a utilização adequada do decreto", afirmou.

Procurado, o Palácio do Planalto disse que os decretos foram assinados "a partir do juízo de conveniência e oportunidade" de Bolsonaro.

FONTE:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/06/04/interna_politica,760088/bolsonaro-edita-recorde-de-decretos-desde-collor.shtml

Anexo 3

PRESIDENTE JAIR BOLSONARO EXTINGUE CENTENAS DE CONSELHOS FEDERAIS

14 de abril de 2019, 13h44

Assinado na quinta-feira (11/4) pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), o Decreto 9.759 extingue colegiados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que incluem grupos como comitês e comissões, instituídos via decreto, ato normativo inferior ao decreto e ato de outro colegiado.



Bolsonaro assina decreto para extinguir cerca de 650 conselhos federais criados em mandatos anteriores. Esses grupos extintos por Bolsonaro atuam com representados do governo e da sociedade civil para criar, executar e monitorar as ações de órgãos públicos e estatais. Ficam de fora da norma os conselhos previstos "no regimento interno ou no estatuto de instituição federal de ensino" e aqueles que tenham sido criados ou alterados depois da posse do presidente, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Segundo o decreto, os colegiados ficam extintos a partir do dia 28 junho de 2019. "Até 1º de agosto de 2019, serão publicados os atos, ou,

conforme o caso, encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República as propostas de revogação expressa das normas referentes aos colegiados extintos em decorrência do disposto neste Decreto", completa o artigo 9º da determinação.

Em entrevista coletiva para jornalistas sobre os 100 primeiros dias do governo, o ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni disse que existem hoje cerca de 700 órgãos de deliberação e que esse número deve cair para 50. Para ele, os conselhos foram criados com uma "visão completamente distorcida do que é representação e participação da população".

"Tinham como gênese uma visão ideológica dos governos que nos antecederam de fragilizar a representação da sociedade", comentou. "Foram criados no governo do PT e traziam o pagamento de diárias, passagens aéreas e alimentação."

As propostas de recriação dos colegiados extintos sem interferência na continuidade dos seus trabalhos, deverão ser encaminhadas à Casa Civil até 28 de maio de 2019. Entre os grupos que podem deixar de existir com o decreto está o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI), o Conselho Nacional de Segurança Pública (Conasp), o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT).

A determinação foi assinada com o chamado "revogaço", com o qual o presidente da República [revogou](#) 250 decretos considerados implicitamente revogados ou com a eficácia ou validade prejudicada.

Fonte: Revista **Consultor Jurídico**, 14 de abril de 2019, 13h44

Anexo 4:

CONTRA O PRODUTIVISMO, UM PROTESTO SOLITÁRIO

Compreender as condições nas quais se reproduz a sociedade brasileira, iluminar os conflitos e a condição profundamente desigual desse processo, requer dos pesquisadores a disposição de "habitar o tempo lento" imposto pela atividade do conhecimento. Esta compreensão, como prova a história do conhecimento, não é individual, pois pressupõe o debate de ideias entre pares, fundado no respeito à diferença e nas possibilidades postas pela diferença de vertentes e posições teórico-metodológicas que, antes de se conflitarem, se enriquecem. Esse processo exige tempo e condições de trabalho, exige também compromissos, e exige, ainda, disposição para o debate. O trabalho individual de reflexão/análise se coloca como pressuposto da elaboração do conhecimento, condição do debate

Nesse sentido, se não há uma verdade absoluta que se eleva no horizonte, tampouco existe somente um único caminho possível para pensar/interpretar o mundo. Por outro lado, penso que nosso papel na universidade é o de ensinar formando cidadãos, criando condições, dando-lhes ferramentas para construir essa interpretação. Mas, sem uma pesquisa que se debruce sobre a realidade, sem uma reflexão profunda e sem fundamento, exigidos pelo árduo trabalho de "gabinete", o que vamos ensinar-lhes?

Não sendo o único centro de produção do conhecimento, a universidade é, no entanto, o lugar precípuo desta possibilidade, que, para se realizar, precisa criar as condições necessárias dessa atividade. Trata-se de abrir espaços onde, sem preconceitos, possa desabrochar a diferença dos modos de pensar o mundo. A condição de independência e do exercício da liberdade de pensar se apoia na realização desta virtualidade. Mas o tempo da reflexão, cada vez mais consumido em papéis (hoje virtuais),

relatórios e pareceres, de todos os tipos, definha sem percebermos. Em todos os lugares, a conversa aponta a "falta de tempo". Não importa se nosso trabalho analisa o mundo, desvenda suas contradições mais profundas; se com a produção de um saber construímos os caminhos de um país independente. A universidade espera resultados quantitativos, muitos artigos publicados? Ninguém se pergunta ou questiona seus conteúdos, se guardam alguma possibilidade fecunda de conceber este mundo e nossa realidade desigual e dependente - muitas participações/organizações de congressos, seminários, workshops - não importa se com eles aprende-se algo, se depois de exporem seus trabalhos as pessoas se dão ao, trabalho de permanecerem para o debate. E ainda poucos se preocupam com os debates, posto que o centro das preocupações é o certificado de uma "presença ilusória". Mas há mais. Solicitação de pareceres de todos os tipos, salas apinhadas, reitores autoritários, falta de ambiente acadêmico. Diante deste cenário e da necessidade sempre ampliada do preenchimento do lattes, o que fazer? Há muitas estratégias. Posso correr de um colóquio a um workshop apresentando trabalhos "quase iguais, etc.? Estou tão cheia de trabalho burocrático que ainda bem que meus alunos escrevem artigos e colocam meu nome; senão não teria nada no currículo". Foi o que ouvi, quase literalmente, de uma colega em uma de minha viagens. Outro dia, ao abrir a internet para ver o último lançamento de uma revista, constatei que uma porcentagem considerável dos artigos estava assinada tanto pelo seu autor verdadeiro quanto pelo seu orientador. Façamos uma conta, rápida: 10 orientandos escrevendo 2 artigos por ano somam 20 artigos no "currículo Lattes" de seu orientador. Parece tentador! "Se os outros programas de pós-graduação fazem isso para aumentar a nota junto à CAPES, também faço...", ouvi de outro colega, coordenador de um programa de pós-graduação! Por uma nota melhor ? em substituição ao reconhecimento e importância da produção acadêmica realizada? cada programa de pós-graduação torna-se não um parceiro de debate, mas, antes, um competidor. Mas até que ponto a CAPES (que somos nós) privilegia e cobra esse comportamento destrutivo dos professores? Onde e quando foi decidido pela comunidade

geográfica que o mestrado deve ser concluído em 18 meses? Que se deve publicar cada vez mais (não importa com que conteúdo), que orientadores devem assinar, como coautores, pesquisas orientadas, quando sabe-se que existe até mesmo lei de direto autoral indicando que orientador não é coautor (lei cuja existência de maneira alguma substitui a ética)? Será que a comunidade acadêmica está contente com essa situação? Quando foi que perdemos nosso discernimento e consciência sobre nosso papel de educadores, de formadores, de pensadores?

Um manifesto do GEU ? Grupo de Estudos Urbanos ?, que apontava com mais profundidade e amplitude essa situação durante o Simpósio de Geografia Urbana realizado em Brasília em setembro de 2009 caiu no vazio. Ainda outro dia recebi um e-mail de "corajosos professores da Paraíba" que se desligaram de seus programas de pós em protesto contra este estado de coisas. Decisão solitária, sem prováveis seguidores. Isso não soa como um alerta? Nossa associação estaria preocupada com a situação dos programas de pós-graduação em Geografia e com as condições em que se realiza o ensino e a pesquisa, no Brasil? Ou a avaliação é de que "tudo vai bem"? Não seria o caso da ANPEGE abrir, em seu calendário, um lugar de debate para revermos essas práticas produtivistas e anti-éticas? Faz-se necessário que cada programa de pós-graduação veja no outro um parceiro de debate, um cúmplice na produção do conhecimento sobre a realidade brasileira. Estou absolutamente convicta do papel da Geografia na compreensão do mundo moderno, onde o espaço vem assumindo um protagonismo inédito na compreensão da realidade de hoje. Mas isto exige trabalho de pesquisa, reflexão, ambiente de debate. Meu protesto solitário: retiro-me da comissão científica de todas as revistas brasileiras das quais participo e que aceitam artigos em coautoria orientador/orientando sobre pesquisas orientadas, como procedimento correto e justificável. Se achar pertinente divulgue, se quiser aderir, aja, há muitos campos de ação, procure um ou junte-se a esse!

Ana Fani Alessandri Carlos

Anexo 5

OBRAS DE HENRI LEFEBVRE

Relação das obras de Lefebvre em Du Contrat de citoyenneté, do grupo de Navarrenx et Lefebvre, publicada por Sylleps e Périscope, 1990, Paris. A referência ao ano entre colchetes é da primeira edição em francês. Essa relação foi reproduzida por Machado (2008, p.92-93)

1934, em colaboração com Norbert Guterman, Introduction aux morceaux choisis de Karl Marx;

1936, em colaboração com Norbert Guterman, La Conscience mystifiée;

1937, La nationalisme contre les nations;

1938, Hitler au pouvoir, bilan de cinq annés de fascisme em Allemagne; em colaboração com Norbert Guterman, Morceaux choisis de Hegel e Cahiers de Lenine sur la dialectique de Hegel;

1939, Nietzsche; Le Matérialisme dialectique;

1946, L,Existentialisme;

1947, Logique formelle, logique dialectique; Critique de la vie quotidienne, I, Introduction; Marx et la liberte; Descartes;

1948, Pour connaître la pensée de Karl Marx; Le Marxisme;

1949, Diderot, republicada em 1983, com a titulo Diderot ou les affirmations fondamentales du matérialisme; Pascal, tome 1;

1953, Contribution à l'esthétique;

1954, Pascal, tome 2;

1955, Musset, Rebelais;

1956, Pignon, republicada em 1970;

1957, Pour connaître la pensée de Lenine;

1958, Problèmes actuelles du marxisme; Allemagne;

1959, La Somme et le Reste; 1962, Critique de la vie quotidienne, II, Fondament d'une sociologie de la quotidienneté; Introduction à la modernité;

1963, La Vallée de Campan, Etudes de sociologie rurale; Karl Marx (Euvres choisies, tome 2, avec Norbert Guterman;

1964, Karl Marx (Euvres choisies, tome 2, avec Norbert Guterman;

1964, Marx;

1965, Pyrénées; La proclamation de la Commune; Methaphilosophie;

1966, La Language et la société; Sociologie de Marx;

1967, Position: contre les technocrates;

1968, La Droit à La ville; La vie quotidienne dans lê monde moderne; L'Irruption de Nanterre au sommet; 1970, Du Rural à l'urbain; La Révolution urbaine, La Fin de l'histoire;

1971, Le Manisfetes différentialisme; Au-delà du struturalisme; Vers le cybernantrope, contre les technocrates;

1972, La Pensée marxiste et la ville; Trois textes pour lê théâtre;

1973, Espace et politique; La Survie du capitalisme, la reproduction dès rapports de production;

1974, La production de l'espace;

1975, Les Temps des méprises; Hegel, Marx et Nietszsche ou le royaume des ombres; L'Idéologie structuraliste;

1976, De l'Etat;

1978, 1. L'Etat dans le monde moderne; 2. Théorie marxiste de l'Etat de Hegel à Mão; 3. Le mode de production étatique; 4. Les Crontadidictions de l'Etat moderne. La dialectique et/de l'Etat; em colaboração com Catherine Régulier, La Révolution n'est plus ce qu'elle était; 1980, La Présence et l'absence; Une pensée devenue monde;

1981, Critique de la vie quotidienne, III. De la modernité au modernisme (Pour une métaphilosophie du quotidien);

1985, Qu'est-ce que penser?;

1986, Le Retour de la dialectique. Douze mots clefs pour lê monde; Luckcs 1955.

1991, Du contrat de citoyenneté (en collaboration avec le groupe de Navarrenx);

1992, Éléments de rytmanalyse. Introduction à la connaissance des ritmes.